

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

RELATÓRIO E CONTAS 2015

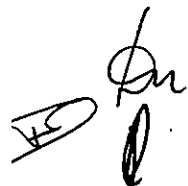


Handwritten signature and a circular stamp, likely an official seal or approval mark.

GAIURB - Urbanismo e Habitação, EM

Largo Aljubarrota, nº 13
4400-012 Vila Nova de Gaia
www.gaiurb.pt

Entidade Empresarial Municipal | Capital Estatutário € 2.268.000
Nº Matrícula | NIPC 506 064 433 da C.R.C. de Vila Nova de Gaia



ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Daniel Couto, Arq.

(presidente não executivo)

André Sanches Correia, Dr.

(administrador executivo)

Israel Oliveira, Dr.

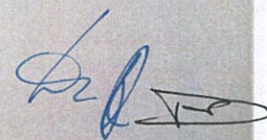
(administrador executivo)

Fiscal Único

MGI & Associados, SROC, Lda.

Assembleia Geral

Constituído de acordo com o art.º 7º dos estatutos da Empresa



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	7
2. PRINCÍPIOS E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	11
3. ESTRUTURA ORGANIZATIVA	15
4. AUDITORIA E QUALIDADE	19
5. DIVISÃO DE GESTÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	25
UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS	29
6. ATIVIDADE DA EMPRESA	39
DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS	41
DIVISÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	45
DIVISÃO DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA	57
DIVISÃO DE SERVIÇOS DE INOVAÇÃO	73
DIVISÃO DE PROJETO	75
DIVISÃO DE PLANEAMENTO	81
DIVISÃO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO URBANÍSTICA	91
DIVISÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE	105
DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO	
UNIDADE DE AÇÃO SOCIAL	117
UNIDADE DE GESTÃO HABITACIONAL	129
UNIDADE DE MANUTENÇÃO E OBRAS	132
7. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	139
DÍVIDAS EM MORA À SEGURANÇA SOCIAL	151
ARTIGO 397.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS	153
FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	155
PERSPETIVAS PARA O ANO 2016	157
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	159
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	161
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	169
8. ANEXO: CONTRATO-PROGRAMA	187
9. CERTIFICAÇÃO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	201



Handwritten signature in blue ink.

01

APRESENTAÇÃO



No cumprimento do disposto no artigo 11º nº 1 dos seus Estatutos, no artigo 42º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e nos artigos 65º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais, apresenta o Conselho de Administração o Relatório e Contas da Gaiurb – Urbanismo e Habitação, EM, que inclui a análise da sua Atividade, as suas Contas e a Proposta de Aplicação dos Resultados.

Este ano, a Gaiurb consolida uma vez mais, os sinais claramente positivos que tem revelado nos últimos anos, voltando a apresentar resultados claramente excecionais, atendendo a uma conjuntura económica pouco favorável.

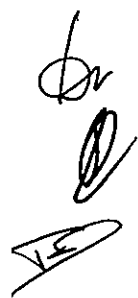
No final do exercício apresentamos um resultado líquido positivo de 34 575 euros o que vem reforçar a capacidade que esta empresa municipal teve em inverter os resultados negativos que evidenciou nos anos que antecederam o processo de fusão de que foi objeto.

Em termos das rubricas de Exploração é de salientar a diminuição dos gastos com os Fornecimentos e Serviços Externos em cerca de 11 391 euros.

Em termos de receita própria, no que concerne às vendas e prestações de serviços, verificou-se um acréscimo de cerca de 437 345 euros.

Durante o ano de 2015, a Gaiurb, EM tem dado continuidade à sua aposta estratégica no desenvolvimento de novos serviços, tendo em vista a sua disponibilização aos utentes tradicionais, mas reforçando igualmente o objetivo de os transacionar junto de outras entidades públicas e/ou privadas.

Destacamos o Projeto *NOPAPER* que tem vindo a revolucionar quer a relação com os nossos utentes, quer o *modus operandi* – tramitação interna dos processos de licenciamento e fiscalização, bem como o serviço de Certificação Energética, que além da internalização de custos tem vindo a crescer exponencialmente no número de clientes externos e mais recentemente a criação de um novo serviço de inspeção de elevadores.

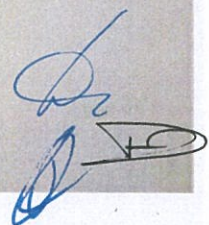


Durante o ano de 2015, a Gaiurb deu continuidade ao processo de consultadoria para a sistematização organizativa do GTRUCS – Luanda, no âmbito de um segundo contrato celebrado pelo prazo de um ano, e que entretanto, face as dificuldades económicas vividas em Angola, teve a sua execução suspensa, mas que prevemos retomar logo que as condições económicas do país assim o permitam.

Com a implementação destes novos serviços cumprimos um duplo objetivo: elevar mais um patamar na qualidade do serviço prestado, acrescentando maior eficiência e celeridade; por outro lado asseguramos novas fontes de receita e mercados alternativos aos tradicionalmente assumidos.

Relativamente às atividades, elas serão detalhadamente apresentadas e analisadas no contexto de cada departamento.

O presente relatório e contas do Conselho de Administração é ainda acompanhado da Certificação e Parecer do Fiscal Único.



02

PRINCÍPIOS E ORIENTAÇÕES
ESTRATÉGICAS

Missão

A empresa municipal Gaiurb tem como missão desenvolver em Vila Nova de Gaia uma política urbanística de excelência nos domínios do planeamento, licenciamento, fiscalização e paisagem urbana, contribuindo deste modo para a sustentabilidade do concelho e para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

Responsabilidade perante os Clientes, a Câmara de Gaia e os Trabalhadores

A Empresa tem responsabilidades perante todos os seus Clientes, em especial: perante os munícipes de Vila Nova de Gaia e principais destinatários da sua atividade, perante a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, enquanto detentora da totalidade do capital estatutário da Empresa e enquanto responsável pela sua superior orientação e ainda perante os seus Trabalhadores, sem os quais a sua atividade seria impossível.

Objetivos

A Empresa tem como objetivo principal o ordenamento do território e gestão urbanística, a reabilitação urbana, o desenvolvimento da habitação e a promoção do desenvolvimento local no concelho de Vila Nova de Gaia.

Para a prossecução destes objetivos, incumbe, designadamente, à Gaiurb:

- a) Desenvolver as iniciativas necessárias com vista à promoção do enquadramento estético do concelho, nomeadamente no que diz respeito à paisagem e reabilitação urbana;
- b) Promover todas as atividades associadas à reabilitação urbana, nos termos da legislação em vigor;
- c) Instruir, apreciar e emitir parecer sobre todos processos de licenciamento de publicidade e ocupação do espaço público a eles associados, prestando colaboração necessária, mediante a elaboração de estudos e/ou projetos, tendente à regular instrução de processos;
- d) Propor a definição dos parâmetros e do desenho urbano, necessários à qualificação urbana do território;
- e) Participar na elaboração dos instrumentos de gestão territorial de nível supramunicipal e emitir parecer dirigido à Câmara Municipal sobre as suas diferentes fases da elaboração;
- f) Emitir parecer sobre a integração e exclusão de áreas de Reserva Ecológica Nacional e na Reserva Agrícola Nacional;
- g) Propor à Câmara Municipal que requeira a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação e posse administrativa, de terrenos necessários à execução dos planos de urbanização e dos planos de pormenor e de unidades de execução plenamente eficazes;
- h) Executar e monitorizar a execução dos planos municipais de ordenamento do território e propor medidas de atualização ou correção de desvios;
- i) Propor a delimitação das zonas de defesa e controlo urbano e dos planos de renovação de áreas degradadas;
- j) Emitir pareceres e gerir todos os procedimentos relativos às operações urbanísticas, nos termos da lei;

- 
- k) Assegurar a compatibilização dos projetos e operações urbanísticas com os instrumentos eficazes de gestão territorial, a legislação e normativos legais e o modelo de desenvolvimento urbanístico do município;
 - l) Elaborar estudos de estruturação viária e propor alinhamentos em vias municipais;
 - m) Assegurar ações de fiscalização urbanística e propor as medidas previstas na lei, tendo em vista o cumprimento das disposições legais e regulamentares;
 - n) Organizar, instruir e propor as decisões no âmbito dos processos de contraordenação;
 - o) Coordenar e executar tarefas de recolha, produção e processamento de informação alfanumérica, cartográfica e topográfica, necessárias ao apoio nas funções de planeamento, gestão e fiscalização urbanística;
 - p) Gerir informação topográfica obtida pelos serviços municipais e fornecida pelas entidades particulares;
 - q) Promover a realização de ações de formação em matéria de urbanismo e ordenamento do território ou outras da sua competência;
 - r) Desenvolver produtos informáticos que auxiliem a atividade corrente da empresa, designadamente nas áreas de gestão do ordenamento do território e no seu enquadramento urbanístico;
 - s) Promover, através de peritos qualificados nomeados para o efeito, a certificação energética dos edifícios sítos no Concelho de Vila Nova de Gaia, nos termos da lei;
 - t) Assegurar a divulgação das atividades desenvolvidas junto dos munícipes, nomeadamente através da elaboração de estudos e projetos de criação gráfica e de comunicação;
 - u) Desenvolver outras atividades no âmbito da gestão urbanística, nomeadamente no que respeita ao licenciamento de postos de abastecimento e de armazenagem de combustíveis e outros derivados do petróleo; inspeção e fiscalização de elevadores; autorização de equipamentos de telecomunicações, bem como outras atividades de licenciamento e fiscalização relacionadas;
 - v) Promover o desenvolvimento da habitação social no Concelho e a gestão e exploração do parque habitacional da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;
 - w) Desenvolver projetos e promover todas as atividades associadas à reabilitação e requalificação urbanas, nos termos da legislação em vigor;
 - x) Zelar pela criação da habitação de qualidade com vista à fixação de populações específicas no Concelho de Vila Nova de Gaia;
 - y) O desenvolvimento de projetos e ações de criação e requalificação de áreas de implantação empresarial no Concelho de Vila Nova de Gaia;

Concomitantemente constitui, ainda objetivo da Gaiurb o desenvolvimento de outras atividades no mercado de bens e serviços, junto de outros agentes económicos, relacionadas com o seu objeto, designadamente nas áreas da assessoria e consultoria e na elaboração de projetos.

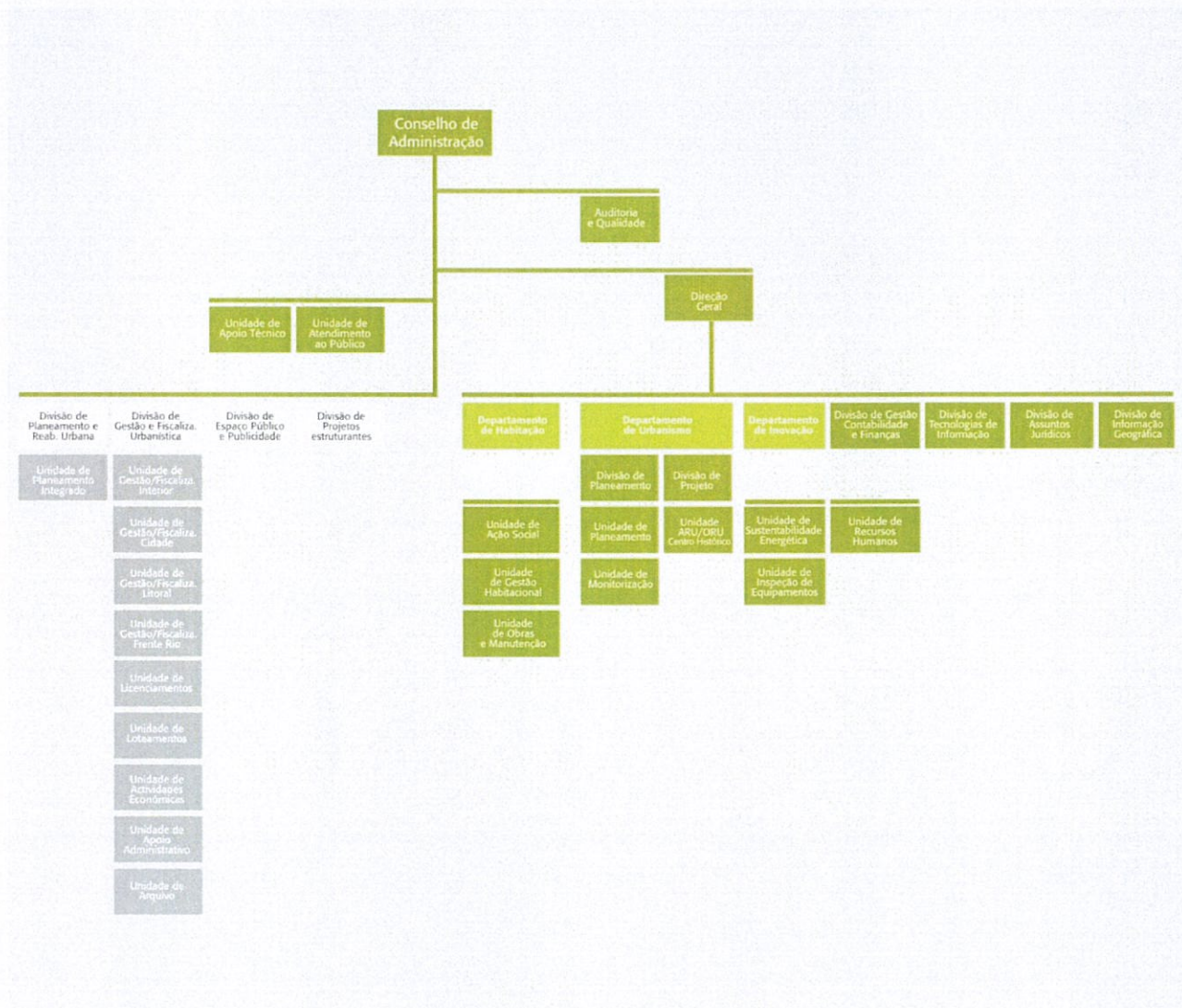
A handwritten signature in blue ink, located in the top right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a name followed by a surname.

03

ESTRUTURA ORGANIZATIVA

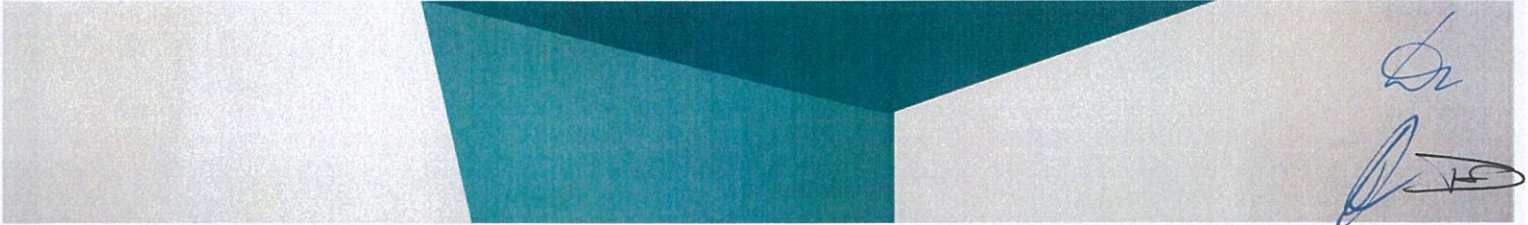
Dr. [Assinatura]

Por deliberação do CA de 11 de Novembro de 2014 o organograma da GAIURB - Urbanismo e Habitação, EM é o seguinte:



O organograma aqui apresentado enceta um caminho de progressiva dissociação das tarefas diretamente ligadas à dependência da Direcção Municipal de Urbanismo e Ambiente de outras que não lhe estão tão estreitamente submetidas.

No entanto mantêm-se as unidades orgânicas de quadros (técnicos e administrativos) de trabalhadores da Gaiurb, que asseguram as tarefas necessárias à prossecução dos objetivos definidos pelo conteúdo funcional, pelos objetivos definidos para 2016 e pelo serviço público de excelência que Gaiurb e Câmara Municipal em uníssono pretendem prestar. As unidades de coordenação diretamente afetas à DMUA poderão, quando necessário, sofrer alterações por força da monitorização do trabalho que então se iniciou.



Dr
JF

04

AUDITORIA E QUALIDADE



AUDITORIA E QUALIDADE

Na Gaiurb acreditamos que as pessoas são o suporte para impulsionar a mudança do futuro da empresa. Cada colaborador tem um papel decisivo na cadeia de valor e na obtenção dos resultados esperados dos serviços prestados.

A melhoria contínua, aliada à procura constante de excelência, permitiu-nos desenvolver um vasto portefólio de serviços a prestar aos cidadãos, sustentada na experiência adquirida da empresa ao longo dos anos, na qualidade técnica dos seus recursos humanos e na capacidade de internamente produzir novos serviços, com notoriedade e prestígio, na área da modernização administrativa municipal.

Hoje, a Gaiurb orgulha-se de ser uma empresa reconhecida internacionalmente como uma empresa inovadora associada ao conceito de cidade inteligente, gerida segundo o conceito de governação aberta e orientada para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

A Melhoria Contínua é um pilar chave da cultura corporativa do modo de trabalhar da Gaiurb, como uma poderosa filosofia e metodologia de procura da produtividade e da qualidade, todos os dias, criando valor sustentável para os todos *stakeholders* da Gaiurb.

No atual meio empresarial, em que a competição e as exigências são cada vez maiores nacional e internacionalmente, é de extrema importância a preocupação com a satisfação dos nossos clientes, a melhoria contínua dos processos e dos serviços prestados e, acima de tudo, estarmos preparados internamente para reagirmos de forma imediata, eficaz e eficiente a todos os fatores externos com impacto na prestação dos nossos serviços.

Aqui reside o papel da unidade de Auditoria e Qualidade, representando a atitude de valorizar a permanente monitorização dos resultados dos serviços prestados, bem como o comprometimento com as normas ISO aplicáveis e a sua metodologia de avaliação.

Ao longo de 2015, foram inúmeras as situações que exigiram à Gaiurb uma reação imediata, designadamente, de adaptação da estrutura organizativa dos serviços e dos recursos humanos que respondessem cabalmente às expectativas e orientações da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e de adaptação de um conjunto vasto de procedimentos internos na área de urbanismo imposta pelas alterações legislativas ocorridas em 2015 nesta matéria.

Findo o ano de 2015, e feito o balanço da atividade da empresa no âmbito do sistema de gestão da qualidade, concluímos que a Gaiurb apresentou resultados muitos positivos atendendo a uma conjuntura económica pouco favorável e a todo o processo de reestruturação orgânica ocorrida na empresa que implicou uma reorganização profunda dos serviços sem prejuízo do alcance dos seus objetivos e da manutenção de uma prestação de serviços de qualidade.

A adaptação da empresa à mudança e exigências do mercado representa uma cultura corporativa de melhoria contínua, desafiando-se constantemente para a obtenção de um melhor desempenho, cumprindo de forma plena os compromissos assumidos no início do ano.

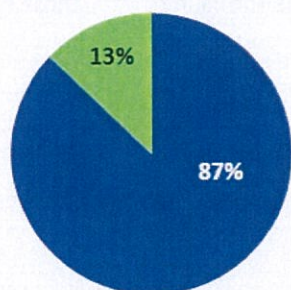
Em 2015 a Gaiurb atingiu o nível de desempenho esperado para os serviços, com uma taxa média de cumprimento superior a 92% dos objetivos definidos para toda a empresa.

Um importante indicador de avaliação do desempenho da empresa é indubitavelmente a percepção dos nossos clientes. É por essa razão que anualmente são aplicados inquéritos de satisfação junto dos nossos clientes, com o objetivo de avaliar se os requisitos do cliente estão ou não a ser cumpridos, assim como, facilitando a implementação de melhorias face a insuficiência/falhas detetadas no serviço ou na empresa.

No final de 2015 foram convidados a participar todos os cidadãos/clientes que se dirigiram à Gaiurb num questionário de satisfação dos serviços prestados pela área de urbanismo, tendo sido apurado um nível de satisfação de 100%, relativamente ao Atendimento ao Público em Geral e nas áreas Técnicas,

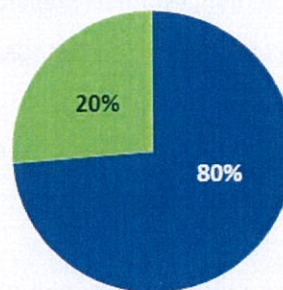
NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES GAIURB – URBANISMO

NÍVEL DE SATISFAÇÃO
ATENDIMENTO AO PÚBLICO GERAL



■ Muito Satisfeito ■ Satisfeito ■ Insatisfeito

NÍVEL DE SATISFAÇÃO
ATENDIMENTO TÉCNICO



■ Muito Satisfeito ■ Satisfeito ■ Insatisfeito

A avaliação externa é reveladora do esforço desenvolvido pela Gaiurb na área da modernização municipal e na procura contínua pela excelência dos serviços prestados, sustentados numa forte aposta em sistemas de informação desenvolvidos internamente ou em cooperação com os nossos parceiros tecnológicos.



De forma resumida, evidenciamos alguns factos relevantes ocorridos em 2015 com impacto no sistema de gestão da qualidade, em particular, e na atividade da empresa, em geral.

Assim, destacamos alguns **FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS EM 2015**:

1. Reestruturação orgânica da Gaiurb aprovada em Conselho de Administração de 11 de novembro de 2014, decorrente das orientações do atual executivo municipal;
2. Na sequência dessa deliberação foi aprovado o novo organigrama da empresa, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2015;
3. A Gaiurb, em 2015, arrancou com o processo de acreditação como Organismo de Inspeção de Instalações de Elevação (EIE), de acordo com a Norma ISO/IEC 17020:2012, pelo Instituto Português de Acreditação, IP (IPAC). Sobre este ponto, que foram diligenciadas todas as alterações necessárias ao Sistema de Gestão da Qualidade, implementado e certificado na Gaiurb, no sentido de dar cumprimento à Norma ISO/IEC 17020:2012.
Esta unidade teve uma auditoria independente realizada por uma entidade externa, a 14 de janeiro, constituída por 2 auditores, sendo 1 auditor responsável pela verificação da conformidade dos procedimentos gerais e o outro auditor responsável pela verificação da conformidade dos procedimentos técnicos.
4. Em fevereiro de 2015 foi extinto o Departamento de Reabilitação Urbana e criada a Divisão de Projetos que contempla a unidade ARU/ORU Centro Histórico com redefinição de missão e objetivos.
5. Ao longo de 2015 destacamos a gestão criteriosa na atribuição de habitações assim como destacamos o rigor na instauração de processos de despejo, relativamente àqueles agregados familiares que demonstrem claro desinteresse na preservação das habitações e no sistemático incumprimento das suas obrigações, violando reiteradamente as normas e regras vigentes.

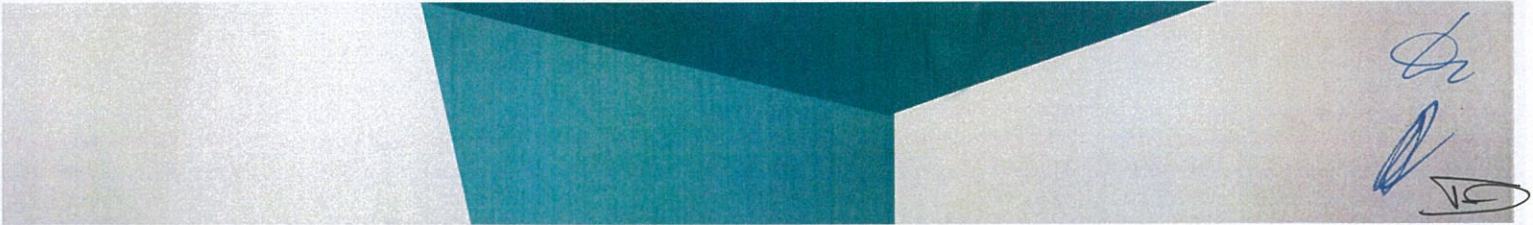
DESPEJOS HABITAÇÃO SOCIAL EM 2015:

- Despejos executados coercivamente – 12
 - Despejos entregas voluntárias – 11
6. Transferência da gestão administrativa de elevadores da Divisão de Informação Geográfica para a Divisão de Serviços e Inovação – Unidade de Inspeção de Equipamentos (Nov.2015).

Por fim, destacamos algumas **MELHORIAS IMPLEMENTADAS EM 2015**:

1. No âmbito da gestão da publicidade e ocupação do espaço público destacamos as alterações efetuadas nos procedimentos no âmbito do licenciamento, autorização/ comunicação e liquidação de taxas dos pedidos de ocupação do espaço público e publicidade decorrentes das metas definidas para o serviço, a saber:
 - Integração no novo procedimento de gestão de documentos designadamente via e-mail ou edoc, definido pela DMUA com a criação da Unidade de Expediente Geral;
 - Integração do projeto NO PAPER;
 - Utilização da plataforma BALCÃO DO EMPREENDEDOR;
 - Criação de ferramentas de monitorização;

2. Novo site da Gaiurb – Habitação, em vigor desde Dez.2015, que disponibiliza informação sobre o parque habitacional social do concelho e um conjunto de ferramentas com o objetivo de facilitar o relacionamento entre os munícipes e os serviços de habitação.
3. Na sequência da aplicação da Lei dos Compromisso, por aplicabilidade da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, foram estabelecidas normas internas para aquisição de bens e serviços.
4. Revisão do Regulamento de Utilização das Viaturas da Gaiurb, aprovado a 13 de janeiro.
5. Constituição de uma bolsa interna de formadores.
6. Implementação do Programa “Locais de Trabalho Saudáveis” (em curso).
7. Retomas das reuniões de chefias com o objetivo de trocar informações pertinentes sobre o conteúdo do trabalho de cada unidade, bem como articular alguma tarefa transversal que implique a coordenação de mais que uma unidade funcional.
8. Elaboração de relatórios mensais de atividades.
9. Elaboração de um Código de Conduta (aprovado 8/9/2015).
10. Revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, Corrupção e Infrações Conexas (em curso).
11. Desenvolvimento de uma aplicação de comunicação interna “intranet”.
12. Nova aplicação para gestão administrativa de elevadores.



Dr
[Signature]
[Signature]

05

DIVISAO DE GESTAO, CONTABILIDADE
E FINANÇAS



DIVISÃO DE GESTÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS

A economia portuguesa evoluiu ao longo do ano de 2015, tendo o Instituto Nacional de Estatística confirmado que o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,5% em 2015, apesar de se ter verificado que o ritmo de recuperação da economia tenha sido relativamente moderado.

Todavia, as projeções do Banco de Portugal para a economia portuguesa, entre os anos de 2015 e de 2017, apontam para a continuação da recuperação gradual da atividade económica.

Relativamente à esfera pública em geral, manteve-se ao longo do ano o esforço de consolidação orçamental das contas públicas, com a preocupação de se dar cumprimento das metas assumidas.

A estabilidade financeira da Gaiurb é um fator essencial para o seu crescimento equilibrado e sustentável, sendo por isso importante, a sua perseverança e a contínua promoção das suas prestações de serviços.

A Gaiurb tem vindo a adotar medidas de afetação mais eficientes dos seus recursos, bem como, o desenvolvimento e promoção de novos serviços a prestar aos municípios e à população em geral, por forma a garantir o autofinanciamento da sua atividade em condições de sustentabilidade e estabilidade económico-financeira.

No ano de 2015 a Gaiurb foi reclassificada, pelo Instituto Nacional de Estatística, como Entidade do Setor Institucional das Administrações Públicas, subsequentemente ficou enquadrada na Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, Lei n.º 8/2012, de 12 de fevereiro.

Na sequência da aplicação da Lei dos Compromissos na Gaiurb, está esta empresa sujeita às regras da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que introduz a quarta alteração à Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), e aos procedimentos necessários à aplicação da mesma e à operacionalização da prestação de informação, nos termos do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ficando, assim, esta Divisão com mais um acréscimo de responsabilidade no desenvolvimento das suas atividades.

Para além do que já foi mencionado, a Divisão de Gestão, Contabilidade e Finanças é ainda responsável por assegurar a gestão de tesouraria, de acordo com as boas práticas de gestão e tendo por base os instrumentos aplicáveis, bem como, pelo suporte ao bom funcionamento da empresa, desenvolvendo-se, também, as seguintes atividades:

- Controlo da despesa, registo da informação contabilística, recebimentos, pagamentos e reconciliação das disponibilidades (caixa e bancos);
- Gestão dos procedimentos de Contratação Pública;

- 
- Elaboração do plano e orçamento, instrumentos de gestão financeira e do documento de prestação de contas e demais demonstrações financeiras;
 - Execução de tarefas inerentes à receção e encaminhamento de processos de contraordenação para o Município de Vila Nova de Gaia;
 - Impressão e envio dos avisos de cobrança, mensais e trimestrais, das taxas de publicidade, bem como, o acompanhamento dos recebimentos;
 - Emissão de Certidões de Dívida, seu controlo e acompanhamento;
 - A gestão do economato;
 - Gestão da frota automóvel.



UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS

O ano de 2015 foi o ano da mudança, da viragem estratégica no rumo da empresa. Logo no início do ano assistimos a uma reorganização de toda a estrutura, a que correspondeu um novo organograma, como reflexo do novo paradigma defendido pela empresa, da aposta em novas áreas de serviços e negócios, na inovação, na modernização administrativa.

Os objetivos delineados para 2015 como orientações estratégicas da empresa para a área dos recursos humanos, foram quase todos cumpridos. Manteve-se a aposta numa política equilibrada de recursos humanos como pilar fundamental do sucesso da empresa, só assim a consolidação do planeamento estratégico traçado para toda a estrutura orgânica.

PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ATINGIDOS

1. Gestão Equilibrada dos Recursos Humanos

Mantendo a política de racionalização do capital humano existente e de redistribuição dos colaboradores pelas áreas funcionais, de acordo com as necessidades da empresa e com as competências de cada uma, a empresa conseguiu através da sua reorganização estrutural e da redistribuição dos colaboradores de acordo com o novo organograma aprovado, gerir de forma equilibrada os recursos humanos existentes.

Orientada pela necessidade de proporcionar estabilidade aos colaboradores e confiança nas relações laborais, a empresa redistribuiu o seu capital humano numa forma diferente de organização, pretendendo assim, dar resposta às novas orientações estratégicas e à mudança de paradigma da empresa, que assenta no desenvolvimento de novas áreas de prestação de serviços que lhe permita a entrada para o mercado concorrencial, através da captação de novos mercados e de novos investimentos.

O novo organograma aprovado, redefiniu ainda competências estratégicas dentro da estrutura da empresa, separando a prestação de serviço público de serviço privado, redistribuindo os recursos humanos de acordo com as necessidades das várias áreas funcionais e com as respetivas competências e aptidões profissionais.

2. Reforçar a Aposta na Qualificação Especializada em Novas Áreas de Trabalho

A aposta na modernização e na prestação de serviços em áreas inovadoras como uma das orientações estratégicas da empresa para o ano de 2015, só foi conseguida porque se manteve o empenho no reforço da qualificação especializada de alguns colaboradores da empresa, em áreas que se passaram a incluir no leque de serviços prestados, ficando a Gaiurb mais qualificada para dar resposta a novos desafios, para concorrer a novos mercados, recolhendo novas receitas e internalizando custos antes suportados com entidades externas.



Assim, foi reforçada a aposta na qualificação de projetistas e peritos qualificados em RCCTE, a fim de existirem mais colaboradores habilitados para prestar serviços na área da apreciação de projetos e de avaliação e certificação energética de edifícios, que poderão ser responsáveis pela avaliação do desempenho energético de imóveis e pela emissão do respetivo certificado energético.

Foi feita uma aposta muito grande na contratualização de quadros especializados para se iniciar o processo de acreditação da empresa como organismo de inspeção de instalações elevatórias, processo que está em marcha sendo de crer que em breve se obtenha o reconhecimento para se iniciar prestação de serviços nesta área. O objetivo desta aposta é internalizar os custos até agora inteiramente suportados pela empresa e gerar receitas provenientes dos serviços prestados.

Esta aposta na qualificação especializada tem em vista dar respostas de excelência no âmbito da prestação de serviços em novas áreas de atuação, o que tem permitido captar novos mercados de serviços e novos investimentos.

3. Apoiar a Formação Profissional Contínua dos Recursos Humanos

Um das maiores apostas e garantes de sucesso da Gaiurb continua a ser a qualificação dos seus recursos humanos, procurando a empresa sempre que possível, dados os escassos recursos financeiros e a baixa dotação orçamental de que dispõe para formação, apoiar o reforço de competências e qualificações dos trabalhadores, valorizando o seu desempenho na empresa, visando garantir a satisfação do público com demonstrações de enorme competência bem como aumentar a produtividade e a competitividade da empresa.

Assim, apesar da política de contenção de custos que tem orientado a atividade da empresa e que tanto afeta o apoio financeiro à formação, foram proporcionadas algumas ações de formação por via de recursos internos e apoiada a frequência de outras ações de formação por indicação dos próprios interessados, das chefias ou da própria empresa.

No ano de 2015, foram promovidas 3 ações de formação por iniciativa da empresa que envolveram todos os colaboradores, nas áreas da motivação, procedimento administrativo e urbanismo.

Assim, do balanço da formação proporcionada aos trabalhadores em 2015, concluímos que:

- Foram frequentadas 72 ações de formação, 60 previstas no plano e 12 fora do plano;
- Foram abrangidos 701 colaboradores, tendo vários frequentado mais do que uma ação de formação;
- Foram proporcionadas um total de 3872 horas de formação, o que corresponde a uma média anual de 17 horas de formação por trabalhador.

4. Aposta na Motivação dos Colaboradores e na Construção e Fortalecimento de Espírito de Grupo

Neste ponto, apesar de se ter como objetivo a realização de ações que visem a motivação dos colaboradores e a construção e fortalecimento de espírito de grupo, contando com a participação não só dos colaboradores mas também dos membros da administração, não foi possível por diversas vicissitudes implementar este tipo de atividades durante o ano de 2015, não tendo sido utilizada a dotação orçamental que existia para este fim.



5. Dar Continuidade ao Sistema de Avaliação de Desempenho

A fim de se dar continuidade à implementação do procedimento de avaliação de desempenho na empresa, iniciado em anos anteriores, por decisão do Conselho de Administração da empresa, foi dado início ao processo de avaliação de desempenho dos trabalhadores da empresa para o ciclo avaliativo 2015-2016 e aprovado o procedimento já utilizado no biénio anterior, que resulta da aplicação analógica do modelo de avaliação do Município de Vila Nova de Gaia (SIADAP 3), com as necessárias adaptações à realidade da empresa.

Foram contratualizados para vigorar para o ciclo avaliativo 2015-2016 os objetivos e competências entre todos os trabalhadores da empresa e os respetivos avaliadores, de acordo com as orientações aprovadas, visando alcançar os objetivos de eficácia, eficiência e qualidade definidos pela empresa.

6. Aposta nos Protocolos de Parceria

Durante o ano de 2015 a empresa manteve os Protocolos de Parceria que tinha subscrito em anos anteriores, continuando a apostar no apoio à família e na promoção da valorização pessoal dos seus trabalhadores, sempre consciente da importância que este tipo de apoios tem sobre a motivação dos seus colaboradores.

Por isso se tem procurado manter as parcerias que já existiam e investir em novos projetos destinados a facilitar o acesso dos seus trabalhadores a cuidados médicos e de saúde a custo reduzido.

Manteve-se em vigor o protocolo de parceria celebrado com a Clínica Medica Jardim da Lixa, S.A. e com a Consolidar e Validar – Centro de Estudos em Ciências da Saúde, Lda., que permite aos seus beneficiários terem acesso a uma tabela de preços com valores protocolados e prioridade aquando da seleção dos pacientes para a realização de tratamentos diferenciados e de custo reduzido, visando promover, melhorar e facilitar o acesso aos cuidados de Saúde Oral, contribuindo para o bem-estar dos seus beneficiários, abrangendo não só os trabalhadores da Gaiurb mas também os seus familiares diretos.

Mantiveram-se em vigor o protocolo celebrado com a Ergovisão, que permite aos colaboradores da Gaiurb beneficiar de condições vantajosas e descontos em consultas de optometria e na aquisição de artigos de ótica e o protocolo celebrado com a farmácia Gaia Nova que permite aos colaboradores da Gaiurb beneficiarem de descontos na aquisição de artigos da farmácia e de que já têm usufruído vários colaboradores.

No ano de 2015, foi renovado o contrato celebrado entre a Gaiurb e o TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE, denominado Contrato ANDANTE PRO, através do qual o TIP se compromete a fornecer à Gaiurb títulos de transporte de acesso ao sistema intermodal de transportes, com a concessão de desconto, sendo beneficiários dessa redução de custo os colaboradores da empresa ou membros do seu agregado familiar que utilizem uma assinatura andante.

Considerando que se trata de um contrato que visa apoiar os colaboradores da empresa, na redução do custo suportado com a aquisição de títulos de transporte, sem encargos para a empresa e que, tem uma adesão significativa dos colaboradores da empresa, iremos encetar diligências no sentido de assegurar a celebração de um novo contrato, com a mesma duração e nas mesmas condições do atual para vigorar a partir de 2016.

Ainda durante o ano de 2015 foi celebrado um Protocolo de Parceria entre a Gaiurb - Urbanismo e Habitação, EM e a Ordem dos Psicólogos Portugueses, que tem por objeto estabelecer as bases de colaboração entre a Gaiurb e a OPP, no âmbito da promoção e divulgação do Programa “Healthy Workplaces: Locais de Trabalho Saudáveis”, que visa a adoção das medidas necessárias à avaliação, prevenção e intervenção na gestão de riscos psicossociais junto dos colaboradores da Gaiurb, tudo no sentido de promover a sua saúde e bem-estar.

A empresa continua empenhada em celebrar parcerias que beneficiem direta ou indiretamente os seus colaboradores, sempre consciente da necessidade de apoio que tem vindo a ser cada vez maior.

7. Continuidade da prestação de Serviços de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

Com vista a dar cumprimento à obrigação legal de assegurar as condições de trabalho adequadas e o acompanhamento apropriado dos trabalhadores em matéria de higiene, segurança e saúde no trabalho que garanta a sua aptidão para o trabalho, a empresa mantém a contratualização dos serviços da Medi -T – Saúde, Lda. e Medi-T2 – Higiene e Segurança, Lda., sendo o balanço desta parceria bastante positivo.

Em 2015, a empresa decidiu alargar o âmbito de aplicação deste contrato de prestação de serviços, passando a ser contemplados os trabalhadores do Município em cedência de interesse público e que antes não eram abrangidos, a fim de serem asseguradas as condições de trabalho adequadas e o acompanhamento apropriado de todos os trabalhadores da empresa em matéria de higiene, segurança e saúde no trabalho que garanta a sua aptidão para o trabalho mediante a realização de exames médicos de admissão, periódicos e ocasionais.

No âmbito da prestação de serviços de medicina de trabalho ao abrigo deste contrato passaram a estar abrangidos 200 trabalhadores que no decurso do ano realizaram exames médicos para efeitos de verificação de aptidão.

Foi ainda feito o acompanhamento das condições de segurança e higiene no trabalho, de modo a ser assegurado o cumprimento das regras e procedimentos de segurança nas instalações da empresa.

BALANÇO SOCIAL A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

O Quadro de Pessoal da Gaiurb era constituído a 31 de Dezembro de 2015 por 243 trabalhadores e 3 Administradores nomeados, sendo o Presidente do Conselho de Administração não executivo e os dois vogais, Administradores executivos. Tendo em conta o vínculo que os 243 trabalhadores possuem com a empresa, contabilizam-se 198 trabalhadores com contrato de trabalho por tempo indeterminado (destes nove estão cedidos à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e cinco estão em situação de licença sem retribuição), 10 trabalhadores com contrato de trabalho a termo certo, 35 trabalhadores em regime de acordo de cedência de interesse público ou cedência ocasional à Gaiurb (nestes incluem-se trinta e três trabalhadores da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, estando dois em situação de licença sem vencimento e dois trabalhadores de outras entidades).

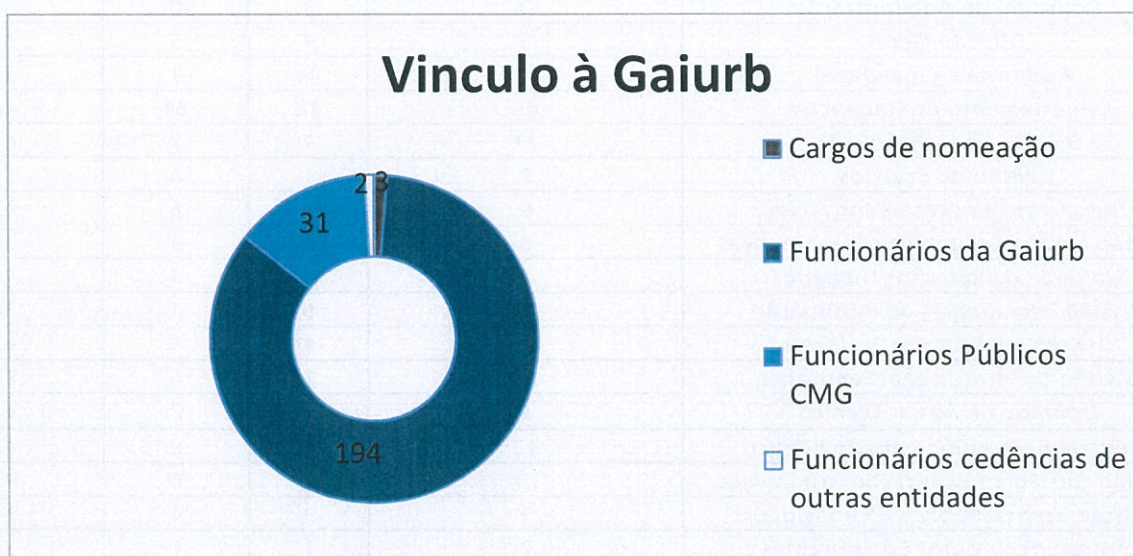
[Handwritten signatures and initials]

Distribuição dos trabalhadores por vínculo com a Gaiurb:

TIPO DE VINCULO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL NA EMPRESA
NOMEAÇÃO CA	3	3 ATIVOS
QUADRO	198	184 ATIVOS
		5 LICENÇAS SEM RETRIBUIÇÃO
		9 CEDIDOS À CAMARA
CONTRATO A TERMO	10	10 ATIVOS
CEDÊNCIA INTERESSE PÚBLICO/OCASIONAL	35	33 ATIVOS
		2 LICENÇAS SEM RETRIBUIÇÃO
TOTAL DE TRABALHADORES	246	
TOTAL DE TRABALHADORES ATIVOS	230	

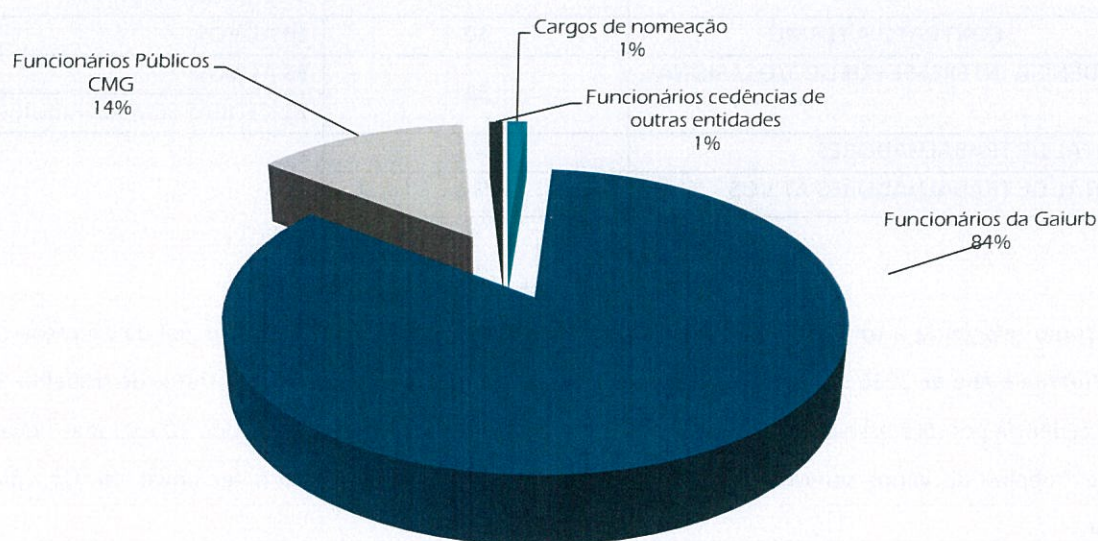
Tomando como referência a totalidade de trabalhadores que integravam o quadro de pessoal da empresa no final do ano anterior, durante o ano de 2015 ocorreram 7 saídas definitivas, 2 saídas por termo dos contratos de trabalho, 3 por termo do acordo de cedência por interesse publico, 1 por despedimento e 1 por óbito, tendo ocorrido 10 entradas novas para reforçar equipas de trabalho de vários serviços que, por força da reorganização passaram a ter novas tarefas, que é necessário concretizar.

Relativamente aos 230 trabalhadores ativos que estavam em exercício de funções na Gaiurb a 31 de Dezembro de 2015, podemos considerar que, tendo em consideração o tipo de vínculo à Gaiurb, estão distribuídos em quatro grupos, mantendo-se na essência a representatividade que cada grupo já tinha anteriormente. Em termos absolutos essa distribuição tem a representação seguinte:



VC

Numa análise percentual à representatividade que existe na empresa, verificamos que, o grupo dos trabalhadores com vínculo à Gaiurb continua o mais representativo com 84%, seguido do grupo com vínculo de origem à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia que representa 14% do total dos trabalhadores, sendo os restantes grupos de trabalhadores em cargos de nomeação ou com vínculo de origem a entidades diversas, designadamente às Águas de Gaia, os menos representativos, com 1% cada. Conforme representação gráfica que se segue:

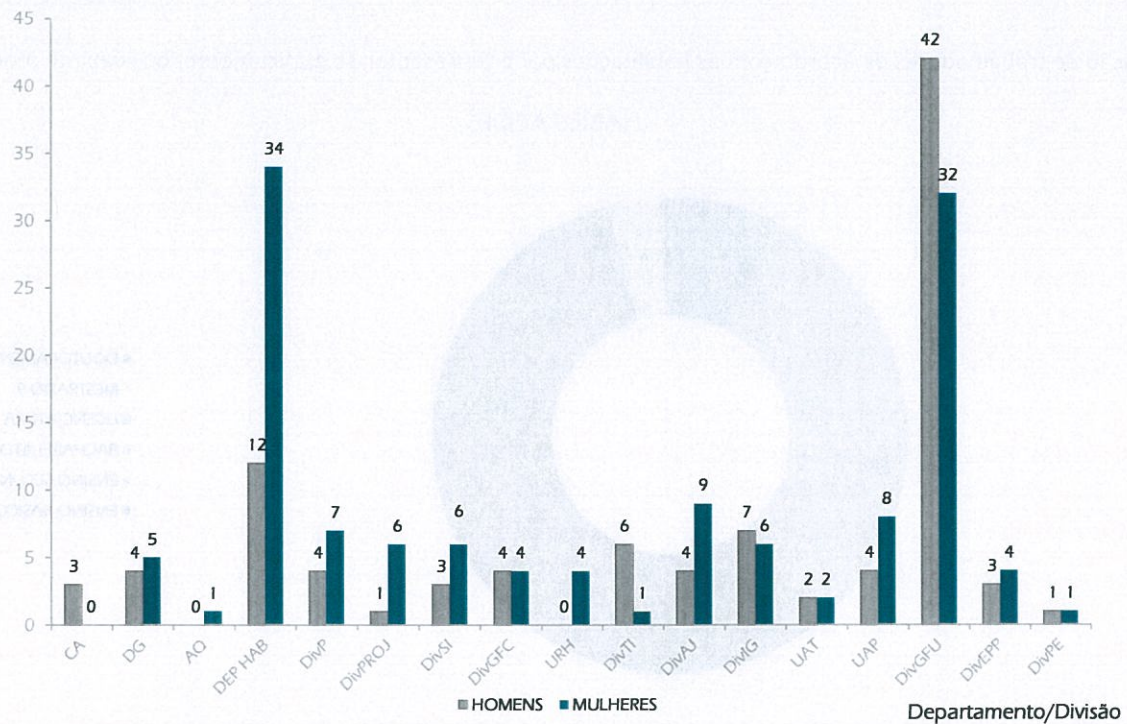


A Gaiurb tem uma equipa jovem, dinâmica e muito equilibrada no que respeita à igualdade de género.

DEPARTAMENTO/DIVISÃO	TOTAL TRABALHADORES	HOMENS	MULHERES	MEDIA ETÁRIA
Conselho de Administração	3	3	0	50
Direção Geral	9	4	5	45
Auditoria e Qualidade	1	0	1	33
Departamento de Habitação	46	12	34	40
Divisão de Planeamento	11	4	7	41
Divisão de Projetos	7	1	6	39
Divisão de Serviços de Inovação	9	3	6	43
Divisão Gestão Contabilidade e Finanças	8	4	4	38
Unidade de Recursos Humanos	4	0	4	46
Divisão Tecnologias de Informação	7	6	1	38
Divisão de Assuntos Jurídicos	13	4	9	42
Divisão de Informação Geográfica	13	7	6	38
Unidade de Apoio Técnico	4	2	2	40
Unidade de Atendimento ao Público	12	4	8	43
Divisão Gestão e Fiscalização Urbanística	74	42	32	42
Divisão Espaço Público e Publicidade	7	3	4	39
Divisão de Projetos Estruturantes	2	1	1	39
TOTAL	230	100	130	41

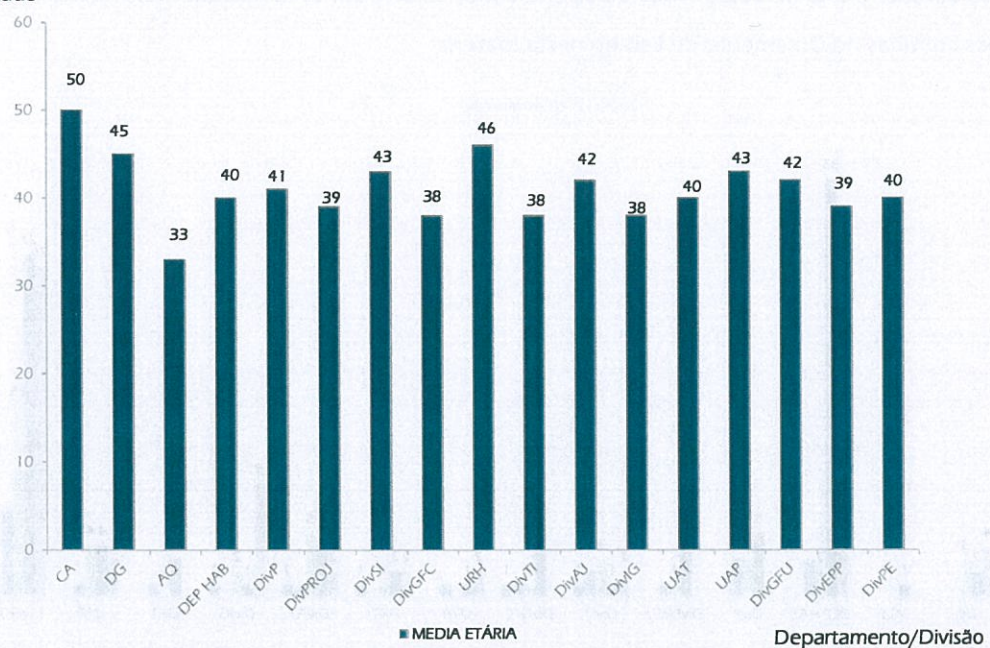
Verifica-se assim que, a média etária dos trabalhadores da empresa é de 41 anos e que existe um equilíbrio entre géneros, visto que 57% são mulheres e 43% homens.

N. Trabalhadores



Distribuição dos trabalhadores de acordo com o género

Idade

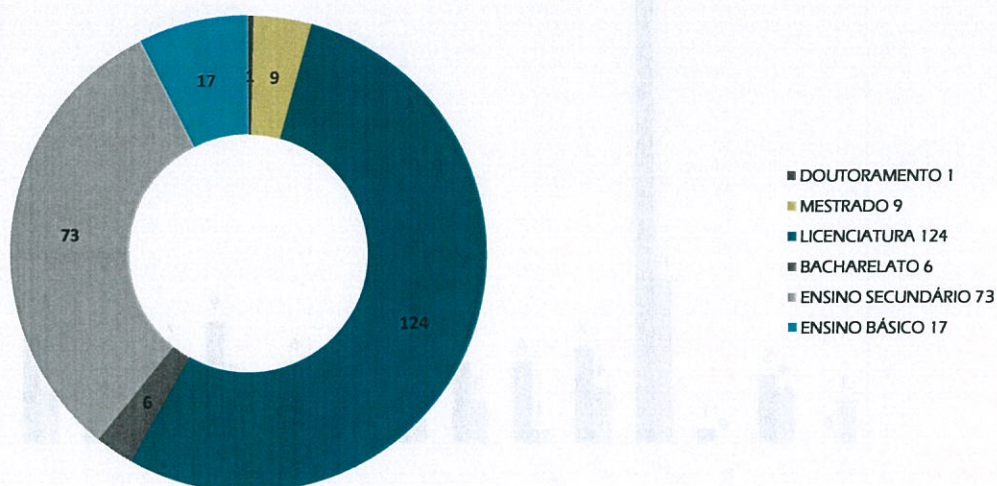


Distribuição dos trabalhadores de acordo com a idade

Os recursos humanos da Gaiurb são de um nível de qualificação muito elevado e especializado, tendo em consideração que dos 230 trabalhadores ativos, temos 1 trabalhador com doutoramento e 139 com grau académico equivalente a mestrado, licenciatura e bacharelato, o que corresponde a cerca de 61% dos trabalhadores da empresa.

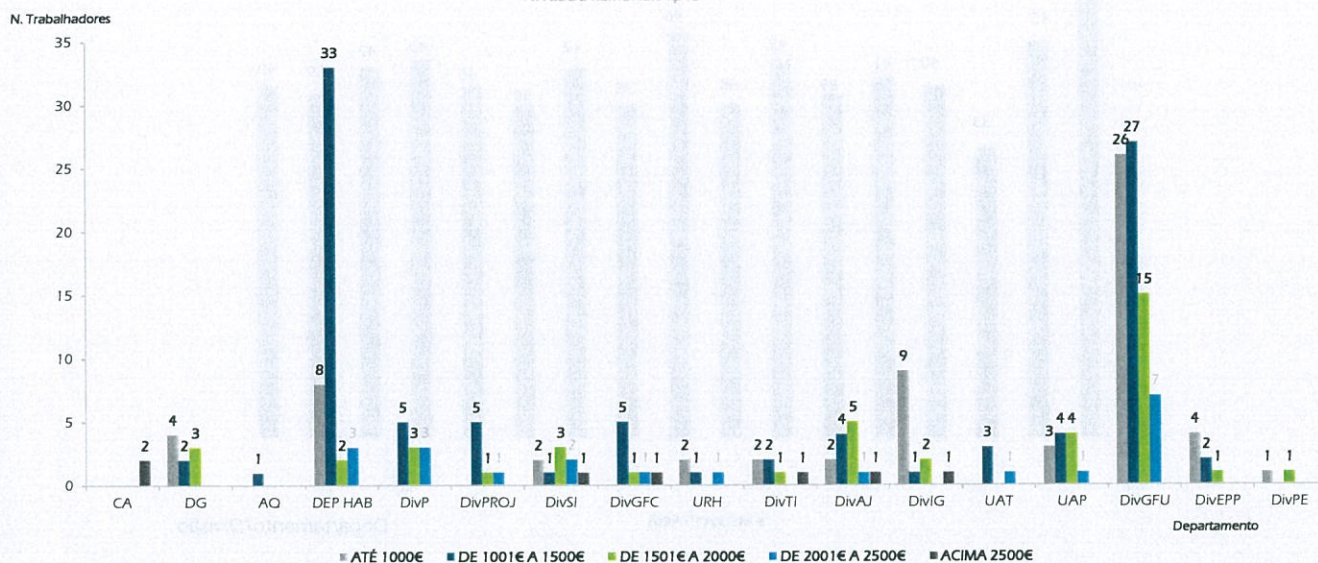
A distribuição de trabalhadores de acordo com as habilitações pode representar-se graficamente, do seguinte modo.

HABILITAÇÕES



No que concerne ao nível remuneratório dos trabalhadores da empresa e fazendo uma análise comparativa entre as remunerações base dos trabalhadores da empresa pagas em anos anteriores e as remunerações base dos trabalhadores da empresa pagas durante o ano de 2015, verificou-se que continua a existir uma taxa de crescimento nula, por imposição legal das disposições contidas no Orçamento de Estado nesta matéria.

NÍVEL DE REMUNERAÇÃO



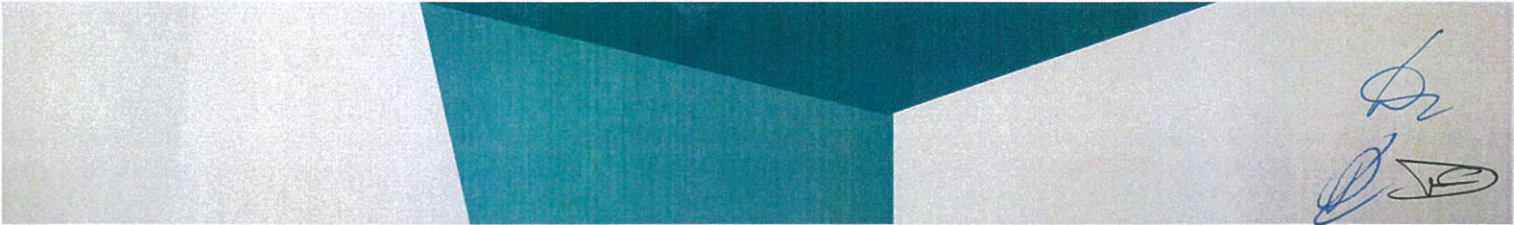


Tomando por referência as remunerações dos colaboradores considerados ativos na empresa, fez-se um enquadramento do nível remuneratório auferido, dividido por cinco grupos. Fora deste enquadramento fica o Presidente do Conselho de Administração, que por ser membro não executivo não auferir qualquer remuneração.

Deste enquadramento resulta que, dos trabalhadores ativos da empresa, 138 recebiam a 31 de Dezembro de 2015 entre 1001€ e 2000€, representando a faixa mais significativa na ordem dos 60%, rondando a média de salários os 1400€.

Importa ainda referir que, a empresa tem uma equipa dinâmica e qualificada, na sua maioria técnicos superiores, o que tem contribuído para um desempenho de excelência e para que se mantenha o reconhecimento externo da Gaiurb como uma empresa consolidada e competitiva, com uma performance inovadora e de grande qualidade, demonstrada quer a nível nacional quer internacional.

Por último, deixamos a nota de que sendo esta empresa constituída por um conjunto bastante diversificado de categorias profissionais, tem sido possível assegurar a existência de níveis de gestão intermédia, o que facilita o acompanhamento mais aproximado da execução das orientações estratégicas determinadas pela gestão de topo da empresa.



Handwritten signature and initials in blue ink.

06

ATIVIDADE DA EMPRESA



Do ano de 2015 destacam-se deste serviço as seguintes atividades:

- No âmbito da Empresa

Acompanhamento da 2ª renovação do contrato de Consultoria para Sistematização Organizativa do Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga e Sambizanga (GTRUCS), em Luanda, Angola.

A DAJ acompanhou toda a execução do contrato, desde o seu início em 2013 até Junho de 2015, com especial incidência na área procedimental e de produção de documentos internos do Gabinete Técnico em causa, quer através de deslocações a Angola integrando as equipas técnicas, quer através de contacto *on line* com a Consultora Jurídica Externa do GTRUCS e com os quadros do Gabinete angolano;

Assessoria na elaboração dos contratos celebrados pela empresa;

Prestação de assessoria jurídica à Administração, especialmente em matérias de contratação pública e de prestações de serviços, elaborando um total de 111 propostas para deliberação do Conselho de Administração;

Coordenação das atividades e ações na linha geral de orientação definida pelo Conselho de Administração;

Prestação de informações técnico-jurídicas sobre todas as questões que lhe foram submetidas internamente;

Uniformização, em matéria de interpretação, das posições jurídicas assumidas pela Direção Municipal de Urbanismo e Ambiente;

Apreciação e proposta de decisão de todas as reclamações lavradas no Livro de Reclamações da Empresa;

Análise, tratamento e divulgação da legislação publicada no Diário da República, a nível interno e através da sua publicitação na página da internet da Empresa;

Atualização jurídica, legislativa e jurisprudencial em matéria de urbanismo e de outras relacionadas com a atividade da Empresa e sua divulgação e explicitação pelos serviços da empresa, proporcionando o desenvolvimento formativo de todos os técnicos;

Prestação de informação interna sobre as alterações legislativas com impacto no desenvolvimento e gestão da atividade da Gaiurb ou outras de interesse geral;

Participação nos procedimentos associados à desmaterialização administrativa;



Colaboração na preparação de medidas municipais e documentação associada, no âmbito dos benefícios fiscais na reabilitação urbana.

- Em matérias de Gestão e Fiscalização Urbanísticas e Planeamento

Coordenação do trabalho de elaboração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Vila Nova de Gaia, sob a supervisão da Direção Municipal de Urbanismo e Ambiente e com a colaboração da Consultora externa para a área do urbanismo e planeamento, até à aprovação do documento final pelos órgãos municipais e publicação no Diário da República;

Criação de um regime excecional de isenção de taxas urbanísticas para Legalização de Construções, em conformidade com as diretrizes municipais;

Prestação de informação sobre todos os pedidos de isenção do pagamento de taxas municipais;

Elaboração da proposta de renovação do Regime Excecional de Isenção de Taxas Urbanísticas para o Centro Histórico, freguesia de Avintes e União das freguesias de Olival, Crestuma, Lever e Sandim, a qual veio a ser aprovada por deliberação da Assembleia Municipal de 12 de fevereiro de 2015;

Articulação entre a Direcção Municipal de Urbanismo e Ambiente e a Divisão Municipal de Gestão e Fiscalização Urbanística, na realização das seguintes tarefas:

Acompanhamento dos fluxogramas e minutas de informações no âmbito do regime especial de Regularização de Indústrias e Atividades Económicas, que vigorou durante o ano de 2015;

Prestação de informação técnico-jurídica em todas as questões ou processos administrativos que lhe foram remetidos pela Direção Municipal de Urbanismo e Ambiente, no âmbito da Gestão Urbanística; emissão de parecer nos processos administrativos de licenciamento e de fiscalização urbanística em coordenação com a Divisão Municipal de Gestão e Fiscalização Urbanística, tendo em vista a fundamentação das decisões a proferir pelos órgãos decisores;

Prestação de informações no âmbito de processos de publicidade, quanto a dúvidas de ordem técnico-jurídica, tendo em vista a fundamentação das decisões a proferir;

Habilitação da Direcção Municipal de Urbanismo e Ambiente, no âmbito das suas competências específicas, a preparar resposta aos Tribunais, Autoridades Judiciárias, outras entidades e do Departamento dos Assuntos



Jurídicos da Câmara Municipal, controlando os prazos para prestação dessa resposta, solicitando, de forma articulada, aos diversos serviços da Empresa os elementos conducentes àquela informação;

Participação nas alterações aos regulamentos municipais conexions com a atividade da empresa e a área do urbanismo;

Informação e acompanhamento, em todos os seus trâmites, das reclamações e recursos hierárquicos de atos administrativos, em estreita coordenação com o Departamento dos Assuntos Jurídicos da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, em matérias da competência municipal na área do urbanismo;

Realização e acompanhamento de inúmeros atendimentos aos munícipes, no âmbito dos processos administrativos;

Elaboração de diversos protocolos entre o Município e particulares/autarquias;

Acompanhamento da execução de diversos Protocolos celebrados entre o Município de Vila Nova de Gaia e outras entidades ou particulares.

- No âmbito da gestão dos empreendimentos habitacionais propriedade do Município de Vila Nova de Gaia Permanece assegurado o apoio e a prestação de informação técnica na área da habitação social, zelando-se pelo cumprimento dos contratos de arrendamento e pela aposta na mediação, através de atendimentos e celebração de acordos com vista a regularização de dívidas pelo não pagamento de rendas, por parte dos agregados familiares;

Tratamento dos processos de averiguação, notificação e inquérito e tramitação e execução dos processos de inquérito para despejo, em articulação com os serviços da Câmara Municipal;

Assessoria à Unidade de Ação Social, nomeadamente no apoio com os órgãos de polícia criminal.

- Articulação dos assuntos entre a Administração e a Assessoria Externa
- Articulação, preparação e acompanhamento dos pedidos de Parecer, no âmbito do Direito do Urbanismo.



DIVISÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Visão

A missão da Divisão de Tecnologias de Informação passa por garantir a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos sistemas de informação da organização, em paralelo com a promoção de serviços inovadores capazes de garantir valor acrescentado para a Gaiurb e para os cidadãos.

Estratégia

A estratégia da DTI passa por uma gestão coordenada de quatro componentes críticas para o sucesso dos sistemas de informação na organização: a mudança, as operações, a modernização e a inovação. A aposta da Divisão, concretizada em 2009 pela mudança do paradigma de gestão, passa pela estabilização dos processos de operação, através de melhores equipamentos e melhores práticas de operação, diminuindo progressivamente o esforço necessário nesta componente. Através desta forma de atuar, pretende-se que o esforço nos projetos de modernização seja crescente, sustentado por práticas de operação consistentes e que não coloquem em causa o suporte aos utilizadores e a operação dos sistemas centrais.

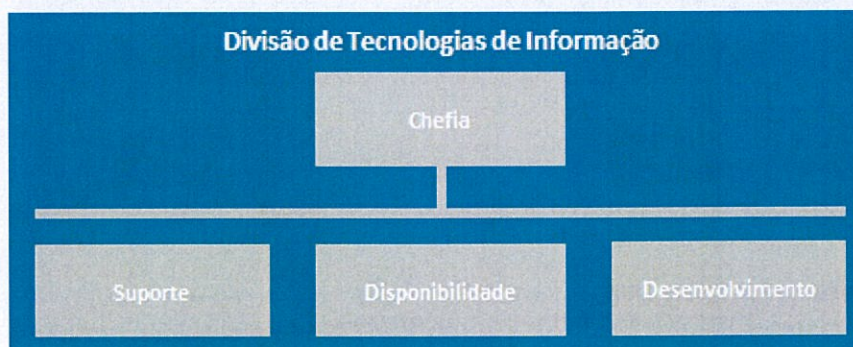
Universo de atuação

A DTI presta apoio a cerca de 250 utilizadores e igual número de computadores, localizados em 35 locais distintos do Concelho de Vila Nova de Gaia. A estrutura de apoio está centralizada no Largo de Aljubarrota, na sede da Gaiurb, prestando apoio, tanto remoto como físico, às restantes 34 localizações. Toda a estrutura aplicacional utilizada pelos colaboradores é disponibilizada e gerida pela DTI, através de um centro de dados equipado com servidores de dados e aplicações. Os sistemas centrais de computação asseguram a disponibilização e a segurança de serviços e dados a todos os 250 utilizadores. A estrutura aplicacional disponibilizada aos utilizadores conta com mais de 30 diferentes aplicações, sendo uma parte relevante desenvolvida e gerida internamente pela DTI. A dispersão de localizações e utilizadores, em conjunto com a diversidade do universo aplicacional e de informação, bem como toda a responsabilidade de gestão dos sistemas centrais estar sob a égide da DTI, proporciona um ambiente de elevada complexidade e requer a aplicação das melhores práticas do setor. Com a intervenção da Gaiurb no mercado de prestação de serviços, nos quais as tecnologias de informação e comunicação assumem um papel relevante, existe ainda afetação de recursos desta Divisão a esta área de atuação, em particular no que diz respeito aos projetos em Angola e divulgação dos serviços associados ao NOPAPER.



Organização

A DTI contou em 2015 com a colaboração de oito elementos, divididos pela direção e três unidades funcionais (disponibilidade, suporte e desenvolvimento).



As competências base de cada unidade estão assim definidas:

- À Direção cabe a responsabilidade de gestão geral da Divisão, incluindo as componentes de recursos humanos, planeamento e coordenação geral de trabalhos. Além das tarefas gerais de Direção, cabe a esta unidade a responsabilidade direta sobre as componentes de política de segurança da organização e gestão dos projetos de modernização;
- No que diz respeito à Unidade Técnica de Suporte, a sua atividade centra-se no apoio diário a todos os colaboradores da empresa em termos aplicacionais e de equipamentos;
- À Unidade Técnica de Disponibilidade cabe a tarefa de garantir a disponibilidade dos sistemas de informação, com enfoque particular nos sistemas centrais e salvaguarda de dados;
- A Unidade de Desenvolvimento tem por objetivo desenhar e criar ferramentas capazes de potenciar um trabalho mais confortável e eficiente na organização, bem como a implementação de todos os projetos de modernização administrativa.

A lógica organizativa da Divisão, desenhada tendo em vista uma estruturação lógica de competências e responsabilidades, encontra na sua lógica funcional uma maior flexibilidade ao nível de afetação de recursos humanos, existindo um elevado nível de partilha de funções e competências. De facto, tendo em consideração a abrangência do universo de atuação da Divisão e o número de funcionários existentes, existe uma necessidade crescente de abrangência de competências e funções independentemente da função base ao nível do organograma.

Adicionalmente às atividades de desenvolvimento de administração de sistemas, a DTI tem a sua face mais visível na unidade de suporte, já que este sector está particularmente exposto e tem um contacto permanente com todos os colaboradores da empresa. Sendo essencialmente assegurado por três colaboradores da Unidade Técnica de Suporte, com o inevitável apoio dos restantes membros da Divisão, este serviço contempla as atividades de apoio junto dos 250 utilizadores. As atividades de suporte são encaminhadas à DTI pela via presencial, telefónica ou por correio eletrónico. Da análise de dados realizada, verifica-se que no ano de 2015 a DTI foi consultada em números superiores a 8000 pedidos.



A Unidade de suporte responde perante os utilizadores a todo e qualquer pedido de apoio relacionado com o funcionamento dos equipamentos pessoais, periféricos ou partilhados, bem como todas as aplicações informáticas em utilização pela empresa. O universo de atuação desta unidade é vasto, exigindo conhecimentos transversais ao nível de *software* base, hardware e aplicações específicas do sistema de informação da Gaiurb. Face ao elevado número de utilizadores, a sua dispersão geográfica e a diversidade do sistema de informação, existe a necessidade de uma elevada sistematização no processamento e consequente tratamento dos pedidos. Só assim se torna possível garantir os níveis exigíveis de qualidade na atividade de suporte. A este nível, o sistema de informação adotado em 2012 e que suporta a atividade desta unidade desempenha um importante papel, nomeadamente ao nível do registo de pedidos, tempos de resposta e análise estatística de pedidos tendo em vista a priorização de atividades, sejam elas de carácter preventivo ou reativas.

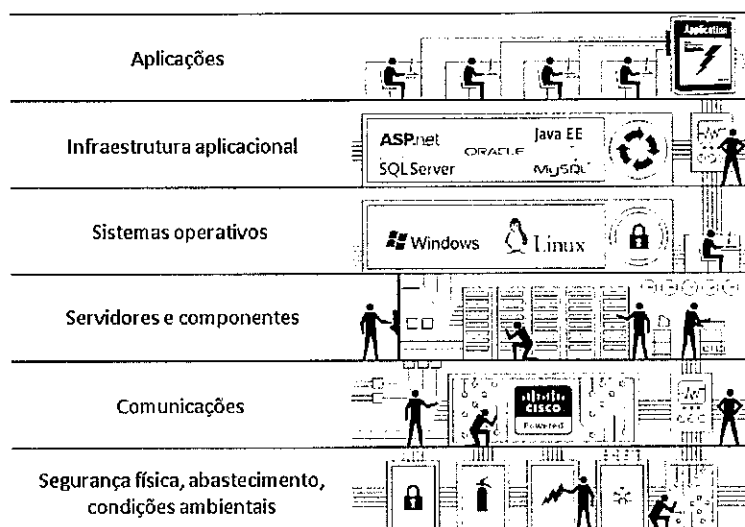
No que diz respeito à modernização do parque informático, também sob gestão desta unidade, foi guiada por dois objetivos com estreita relação com a estratégia da empresa e da divisão de tecnologias: a adequação de postos de trabalho à nova realidade oferecida pela desmaterialização dos processos de obras particulares e, por outro lado, a conclusão do processo de evolução do sistema operativo Windows XP para Windows 7.



Unidade técnica de disponibilidade

À Unidade Técnica de Disponibilidade compete garantir a segurança, a integridade e a disponibilidade dos sistemas de informação e de todos os componentes que o asseguram. A unidade técnica de disponibilidade intervém sobre as comunicações de voz e dados, as condições físicas, ambientais e de abastecimento elétrico do centro de dados, os mecanismos de segurança de informação digital (intrusão, *malware* e salvaguarda de informação) e todos os componentes de *hardware* e *software* que constituem o centro de dados da empresa.

Além das tarefas diárias que garantem o bom funcionamento dos sistemas centrais do sistema de informação, existe uma aposta permanente na melhoria do desempenho e fiabilidade dos sistemas, quer através de melhorias nos equipamentos, quer em alterações e *upgrades* dos sistemas operativos e aplicações, garantindo-se períodos de *downtime* apropriados ao exigível para a atividade da empresa.



Durante o ano de 2015 não se registaram eventos relevantes do ponto de vista da indisponibilidade de dados ou dos sistemas centrais, tendo sido possível deslocar as atividades de manutenção reativa para períodos de reduzida procura dos serviços fornecidos pelo centro de dados.

Com o evento da desmaterialização dos processos de obras particulares, a exigência de disponibilidade e de desempenho sobre os sistemas foi aumentada, implicando a criação de novos mecanismos internos de gestão dos sistemas. De facto, com a possibilidade de os processos de obras poderem ser entregues de forma desmaterializada e através dos serviços *on-line* implica, automaticamente, que os serviços passem a funcionar numa lógica de 24x7x365. Esta exigência de disponibilidade permanente introduz variantes nas práticas de gestão do centro de dados, fazendo deslocar atividades de manutenção para períodos necessariamente de pouca procura dos serviços. Por outro lado, são introduzidos critérios mais apertados para os mecanismos de monitorização e alarmística, exigindo-se maior capacidade de resposta em caso de necessidade de intervenção.





FISCALGEST

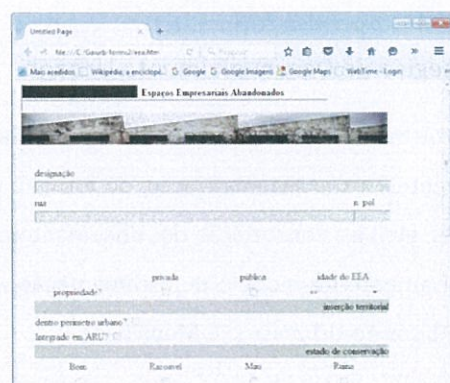
O sistema FISCALGEST suporta toda a atividade de acompanhamento de obras particulares licenciadas, através do registo de visitas, atribuição de obras a técnicos e o registo fotográfico de obras, já com mais de 5 anos após o primeiro desenvolvimento por parte da DTI, continua a ser uma ferramenta fundamental na atividade da Direção Municipal de Urbanismo e Ambiente.

Projeto	Estado	Responsável	Observações	Estado	Observações
4075-11	PL	CLASSE	CLASSE	CLASSE	CLASSE

Projeto	Estado	Responsável	Observações	Estado	Observações
4075-11	PL	CLASSE	CLASSE	CLASSE	CLASSE

Projeto-piloto para a reabilitação de Edifícios Empresariais Abandonados

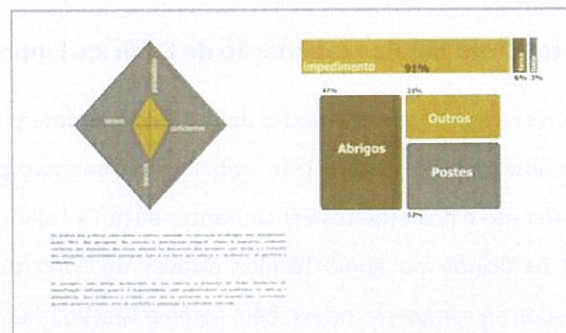
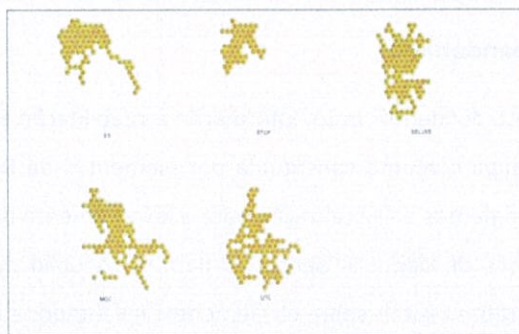
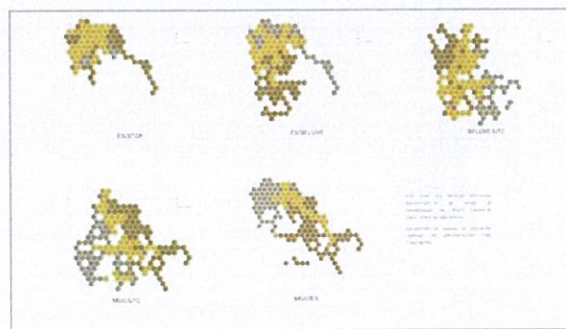
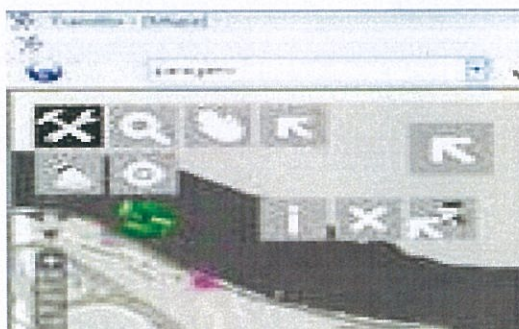
Apoio técnico e desenvolvimento de ferramentas para o projeto-piloto de identificação, informação e reabilitação e edifícios empresariais abandonados. Este trabalho foi realizado por uma equipa conjunta constituída por elementos da Divisão de Planeamento e dos Projetos Estruturantes e com a colaboração de elementos da Fiscalização para o levantamento de campo. A DTI participou no apoio técnico através de constituição de bases de dados e aplicativo para introdução dos dados registados no campo em papel, bem como a ligação dinâmica a fotografias digitais sobre os elementos levantados e respetiva georreferenciação.





Levantamento de Paragens de Transportes Públicos

A DTI participou neste levantamento fornecendo todo o suporte técnico e tecnológico bem com a supervisão do mesmo. O levantamento foi realizado com recurso à utilização dos Tablet da Gaiurb e através da adaptação do software “onSiteGIS” desenvolvida também pela DTI. A informação reunida incluiu a georreferenciação da paragem, a classificação do seu tipo, estado e amenidades, fotografia e a sua ligação à base de dados de vias da Gaiurb. Desenvolveu-se o programa “Transfor” que permite em gabinete a consulta da informação e inclusão de informação de linhas e tempos das carreiras que servem o município.



Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

A DTI colaborou neste trabalho através da arquitetura de uma solução que permitisse a introdução das diferentes fichas por diferentes agentes, a sua sistematização, de forma a garantir os necessários outputs para avaliação das propostas (quadros resumo, fichas, etc.) e a constituição dos documentos ao plano. Além de suporte tecnológico à submissão de propostas, a DTI colaborou ativamente no modelo de orçamentação, e em propostas que permitiram introdução de novas tecnologias nos diferentes âmbitos do Urbanismo e Mobilidade.



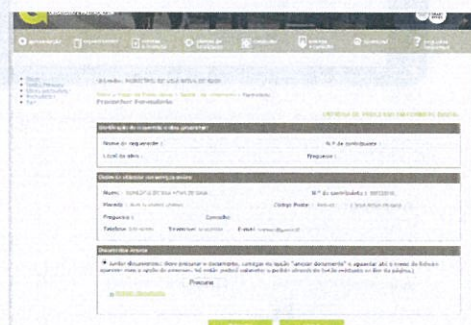
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Urbanismo

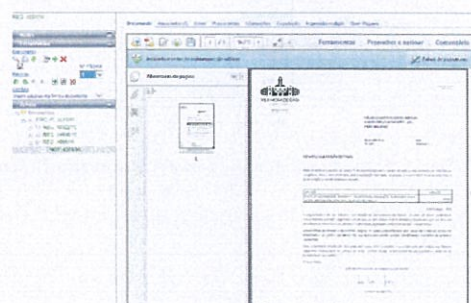
O projeto NOPAPER foi idealizado tendo por objetivo conceder agilidade, transparência e eficiência à relação dos promotores, técnicos e particulares com os serviços municipais, através de uma relação desmaterializada de todo o processo administrativo de licenciamento urbanístico. Os utilizadores dos serviços aderiram a uma taxa crescente e muito relevante, com vantagens muito claras ao nível da redução de custos que estavam associados à apresentação de um processo em papel, da facilidade e rapidez no relacionamento com os serviços da Gaiurb. Verificou-se que no início de 2015 foi conseguida a entrega plena de todos os pedidos de obras particulares em formato digital.



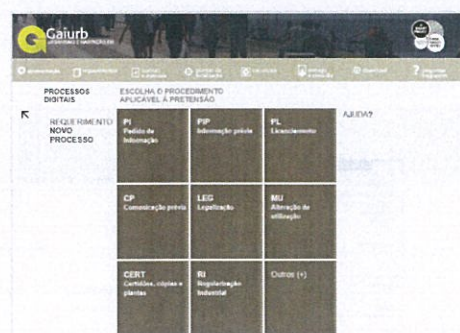
Interface nopaper



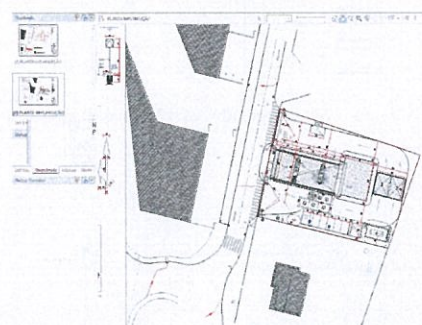
Formulários eletrónicos



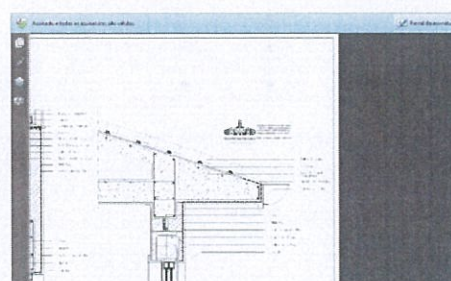
Notificações eletrónicas



Construtor de processos digitais



Processos em formato digitais

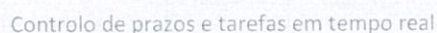


Certificação eletrónica de documentos

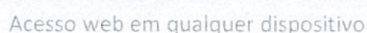


A passagem para tramitação digital (com inexistência de qualquer suporte em papel a circular) foi assegurada em Outubro de 2015, tendo sido registados já sob o novo sistema mais de 250 requerimentos.

Com a conclusão desta iniciativa pretende-se garantir uma maior agilidade dos procedimentos administrativos na área da publicidade, garantindo-se em simultâneo a prova de conceito necessária para o alargamento de igual conceito a todas as restantes áreas de trabalho da empresa.



No novo sistema de tramitação digital foram criados em 2015 mais de 600 fichas de intervenção que tramitam unicamente em formato digital até à sua conclusão.



Conclui-se que no ano de 2015 foram dados passos muito importantes na consolidação do conceito de desmaterialização pretendido para a Gaiurb, abrindo claramente portas à sua expansão global no ano de 2016.



DIVISÃO DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

A Divisão de Informação Geográfica (DIG) tem como principal objetivo centralizar e disponibilizar a informação geográfica, através da produção e edição de dados geoespaciais e disponibilização de interfaces gráficos, capazes de responder às exigências, cada vez maiores, da gestão do território, nomeadamente no auxílio às tomadas de decisão.

Numa área em que a tecnologia sofre evoluções diárias, é imprescindível ser capaz de dar resposta aos novos desafios, realizando novas tarefas que vão ao encontro das necessidades diárias dos serviços da Empresa e do cidadão, primando pela realização de um trabalho de excelência, em tempo útil, com os recursos disponíveis, inovando e valorizando a imagem da empresa e da divisão ao nível municipal, nacional e internacional.

Com 13 anos de experiência em sistemas de informação geográfica, a Gaiurb, pela sua Divisão de Informação Geográfica é hoje (dada a singularidade do nosso território, heterogeneidade, extensão e complexidade social) detentora de um “know-how”, largamente reconhecido a nível municipal e nacional e recorrentemente referenciado, como exemplo, dentro do universo académico e municipal, fator este, que funciona como fonte de motivação para a apresentação de produtos inovadores e que irão revolucionar a informação geográfica municipal.

O ano de 2015 está diretamente ligado com os trabalhos de implementação do **Novo GeoPortal de Gaia v2.0**, aplicação mobile **GISMATMobile**, da aplicação **GeoGaia de Gestão do Mobiliário Urbano de Publicidade Institucional**, assim como os trabalhos iniciais de reestruturação do **Sistema Municipal de Informação Geográfica**.

No ano de 2015, os principais trabalhos realizados pela Divisão de Informação Geográfica foram:

Projeto “Geoportal II” – GeoPortal de Informação Geográfica e Geoestatística de Vila Nova de Gaia

Durante o ano de 2015, foram reestruturados todos os conteúdos temáticos para a nova versão do Novo GeoPortal, com a implementação de novos recursos, novas tecnologias e mais interatividade. Após o lançamento da versão original do Geoportal em Abril 2013, fomos investigando e analisando a evolução de novas tecnologias, verificando que após dois anos de utilização seria necessário a reconversão dos indicadores para a nova reorganização administrativa, permitindo ainda uma maior interação entre o utilizador e os dados disponíveis.

Esta solução, trata-se de um produto unicamente desenvolvido pelas equipas da DIG com o apoio da DTI da Gaiurb, que consideramos possa ser uma mais-valia para o município de Vila Nova de Gaia, assim como servir de um subproduto a ser rentabilizado pela Gaiurb para outros municípios. Foram associadas ainda as novas versões da WebSIG e WebEPL.

Todos os dados estão em bases de dados espacial e com exportações semanais automáticas para formato de ficheiros, a ser disponibilizada também no servidor de cartografia, permitindo a atualização num único repositório de dados geográficos, mantendo-se sempre a informação atualizada em tempo real para as demais plataformas e utilizadores.



O novo Geoportal de Gaia v2.0 inclui:

- Nova estrutura gráfica e de design.
- Novo mapa interativo, que inclui toda a informação existente.
- O mapa inclui ainda a consulta de gráficos interativos por ano.
- Nova consulta de período temporal de indicadores estatísticos por anos.
- Novos gráficos interativos por valores absolutos e percentagens.
- Novas funcionalidades de gravação de imagens, anotações e impressão.
- Inclusão das novas plataformas WebSIG e WebPDM.

GeoGaia – Gestão Mobiliário Urbano e Publicidade Institucional

Foi produzida internamente pelos serviços da Gaiurb, uma aplicação desktop, de Gestão Municipal de Publicidade em Mobiliário Urbano, realizada em conjunto pelos serviços de Informação Geográfica, Tecnologias de Informação e Unidade de Design. Esta é uma plataforma OpenSource, sem custos de licenciamento. A aplicação permite a gestão da ocupação dos suportes publicitários institucionais, permitindo associar à gestão espacial a componente de gestão temporal de eventos ocupacionais. O interface está otimizado para o Google Chrome e Mozilla FireFox.

O GeoGaia Mobiliário Urbano e Publicidade Institucional inclui:

- Navegação de mapa, com diferentes funcionalidades
- Login de acesso
- Alternar entre Eixos de Via com Edificado e Ortofotomapas
- Zoom, Pan
- Medição de distâncias e áreas
- Impressão de planta
- Criação de eventos de ocupação
- Edição de eventos
- Listagem de eventos
- Pesquisa de disponibilidade de Suportes Publicitários
- Cruzamento de prazos e disponibilidades parciais dos suportes
- Representação em mapa das disponibilidades dos suportes



Este trabalho, envolveu um conjunto alargado de recursos humanos e tempo disponível, devido à complexidade e automatismo da mesma. Pelo que é importante ressaltar que se tratou de um investimento interno da empresa e dos seus técnicos, no cumprimento dos objetivos propostos, evitando-se deste modo, custos de aquisição de uma solução comercial mais fechada e menos dedicada.

O volume de horas disponibilizado para este trabalho foi de mais de: 250 horas.

Foi produzido um vídeo de ajuda para demonstrar as funcionalidades e funcionamento do portal.

Entendemos que este trabalho responde ao idealizado, sendo certo que fizemos um investimento na capacidade de automatismo, ferramentas de pesquisa e cálculo avançado.

GISMAT Mobile

Durante o ano de 2015, procedeu-se a um exaustivo trabalho de produção de uma aplicação mobile para *smarthphones*, designada de GISMAT Mobile. Este interface irá permitir ao executivo municipal, direções municipais e chefias, ter uma informação em tempo real sobre os processos de Obras Particulares / Publicidade / Fiscalização, assim como a localização das obras municipais no concelho. Futuramente será disponibilizado ao público para participação cívica de ocorrências.

Trata-se de uma mais-valia significativa para os serviços, pois será possível no local ou em uma qualquer reunião de trabalho, através do telemóvel pessoal, conhecer qual o titular do processo e o seu estado administrativo. O módulo está pensado para ser simples intuitivo e funcional.

Terá ainda, a mais-valia de no momento, o utilizador poder registar in-loco uma determinada situação ou ocorrência, a qual em BackOffice um determinado técnico dará o devido seguimento através da criação de um processo de Fiscalização ou Publicidade, por exemplo.

Trata-se de uma evolução significativa na modernização e transparência administrativa ao nível municipal, registando-se ainda o elevado número de dados disponibilizados on-line e em tempo real. Entendemos que esta aplicação é uma mais-valia para os serviços municipais e para o público em geral.

O desenvolvimento tecnológico foi implementado pela PH com o apoio e estruturação base das ideias das funcionalidades da aplicação, assim como tratamento e disponibilização dos dados pela DIG e DTI da Gaiurb.

Sistematização do Sistema Municipal de Informação Geográfica (SMIG-GAIA)

No ano de 2015 foram iniciados os trabalhos de sistematização e organização do Sistema Municipal de Informação Geográfica, compatibilizando os dados geográficos do SIG da Gaiurb com os dados geográficos produzidos pelos serviços municipais. A abrangência dos trabalhos implica uma definição de priorização das ações a implementar. Foi realizada uma avaliação pormenorizada de todas as soluções informáticas existentes em ambas as instituições, iniciando-se desde logo os trabalhos de parametrização e organização no que se refere à solução de Redes Viárias. Durante 2016, irão ser tratadas e reestruturadas novas áreas de informação geográfica municipal.

Prestação de serviços de consultadoria em Angola

A Divisão de Informação Geográfica, iniciou os trabalhos de consultadoria em SIG, no Gabinete Técnico do Reconverter Urban do Cazenga e Sambizanga (GTRUCS) com sede em Luanda, com a participação em várias visitas técnicas, nas quais realizou trabalhos no âmbito da área dos Sistema de Informação Geográfica.

Foram implementadas as soluções tecnológicas de SIG no GTRUCS e realizadas sessões de formação a todos os serviços.

Importação de informação cartográfica e temática para o GISMAT

A aplicação GISMAT permite centralizar, consultar e gerir toda a informação relativa aos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), Cartografia e Processos. A sua gestão e otimização é realizada pela DIG, no ano de 2015, foram criados, geridos e atualizados os temas de: Cartografia, Pontos de Referência, Instrumentos de Gestão Territorial, Gestão Urbanística, Fiscalização e Publicidade, assim como a inserção de novos conteúdos temáticas de apoio à Gestão e Fiscalização Urbanística, através de ligações dinâmicas entre a componente espacial e a componente de base de dados dos processos no SIGMA.

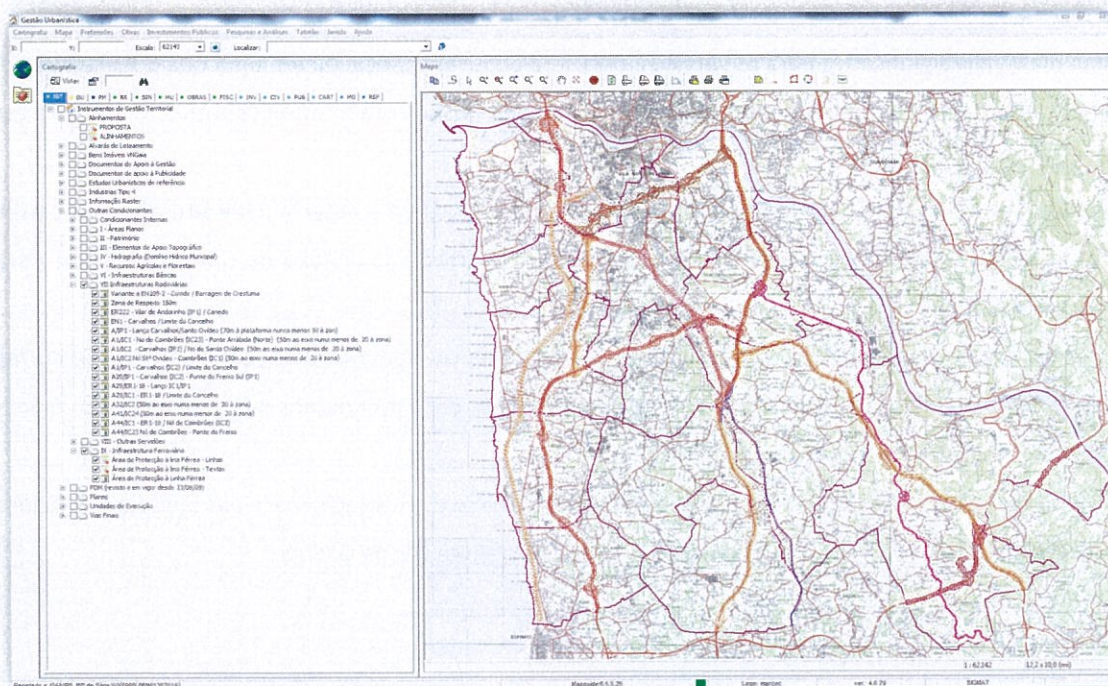


FIG.2 – Informação cartográfica e temática no GISMAT (Cartografia)

O volume de informação disponibilizada no GISMAT atualmente é elevado, estando disponível para consulta na aplicação intranet GISMAT e no mapa interativo da web, milhares de ficheiros para qualquer utilizador.

A informação diária inserida no GISMAT é maioritariamente referente aos processos de Urbanismo, Fiscalização e Publicidade. Atualmente existem georreferenciados no GISMAT mais de 140.000 entidades (cadastro e pretensão).

Georreferenciação de Processos no GISMAT

No que se refere à georreferenciação de processos no GISMAT em 2015, pelas equipes técnicas da DIG, os valores globais obtidos das aplicações GISMAT para os processos tratados, independentemente do ano do 1º requerimento, foram:

TAB.1 – Processos georreferenciados e registrados na aplicação SIG - GISMAT (ano de 2013 e 2015)

	2013	2014	2015
GU – Gestão Urbanística	2945	3080	3226
FISC - Fiscalização	1919	1970	1181
PUB - Publicidade	334	539	374
Média mensal de processos georreferenciados	433	466	398
Total anual de processo georreferenciados	5198	5589	4781

Organização de Processos

A fase inicial de análise de um processo de urbanismo, inicia-se na DIG, nomeadamente a montagem física do processo em papel, validação, organização do digital, georreferenciação e confrontação dos cadastros com os IGT.

Validação de processos

Todos os processos que circularam pela DIG foram validados automaticamente e numerados manualmente. A validação e numeração de páginas é um processo moroso, que se traduz pelos números globais obtidos para 2013 e 2015 (TAB.2).

A diferença significativa e comparativa entre os três anos, no número de páginas validadas, deve-se ao sucesso na implementação do projeto NOPAPER – tramitação de processos em digital, o que comprova a mais-valia de implementação do NOPAPER nos procedimentos administrativos do município e na sua crescente utilização.

TAB.2 – Número total de requerimentos e páginas validadas na DIG (ano 2013 a 2015)

Ano	Requerimentos	Páginas validadas
2013	3.007	39.307
2014	1900	25.339
2015	924	15.191

Processos de Urbanismo (2015)

No ano de 2015 foram georreferenciados na aplicação de SIG, **2.254 novos processos de urbanismo** (OBP).

TAB.4 – Número total de processos de obras particulares (OBP) por freguesia (ano 2015), georreferenciados.

FREGUESIA	2015	FREGUESIA	2015
ARCOZELO	125	OLIVEIRA DO DOURO	111
AVINTES	95	PEDROSO e SEIXEZELO	155
CANELAS	105	SANDIM, OLIVAL, LEVER e CRESTUMA	167
CANIDELO	169	SANTA MARINHA e SÃO PEDRO DA AFURADA	313
GRIJÓ e SERMONDE	114	SÃO FÉLIX DA MARINHA	106
GULPILHARES e VALADARES	201	SERZEDO e PEROSINHO	111
MADALENA	80	VILAR DE ANDORINHO	60
MAFAMUDE e VILAR DO PARAÍSO	342		
		TOTAL	2.254

Distribuição espacial de processos de urbanismo em 2015

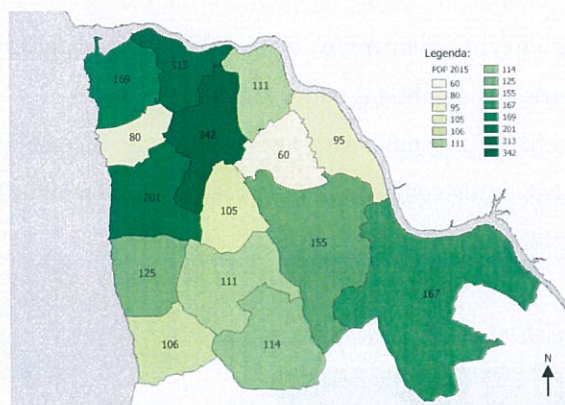


FIG.5 – Distribuição espacial dos processos URB (2015)

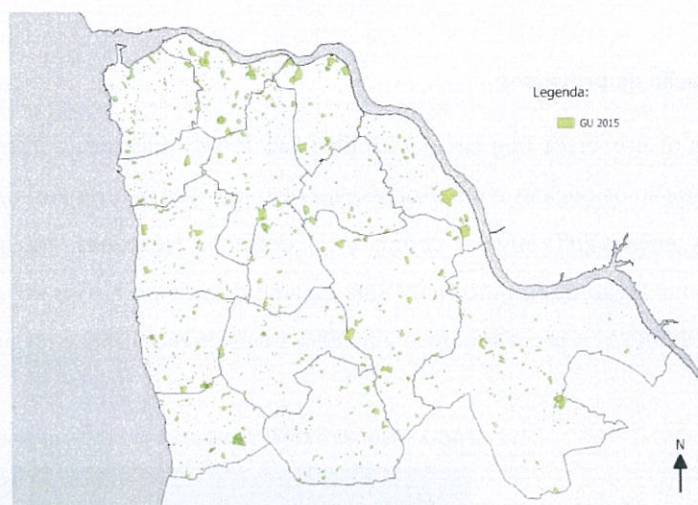


FIG.6 – Polígonos dos processos novos URB (2015)

Processos de Publicidade (2015)

No ano de 2015 foram georreferenciados na aplicação de SIG, **347 novos processos de Publicidade (PUB)**, nas 14 diferentes tipologias de processo.

TAB.5 – Tipo de processos de publicidade (2015)

TIPO DE PROCESSO	Nº Processos 2015
Esplanadas espaço privado	4
Esplanadas espaço público	45
Estabelecimentos	139
Estabelecimentos (com suportes eletrônicos)	1
Eventos e ações temporárias	28
Muppis	3
Ocupação	2
Outros suportes de ocupação	7
Outros suportes de exterior	7
Painéis e monopostos	66
Painéis Institucionais	1
Sinalização	13
Telas	13
Veículos	18
Total	347

Distribuição espacial de processos de publicidade em 2015

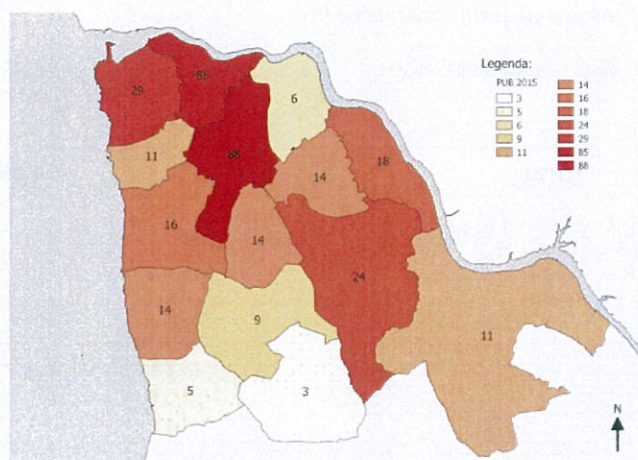


FIG.7 – Distribuição espacial dos processos PUB (2015)

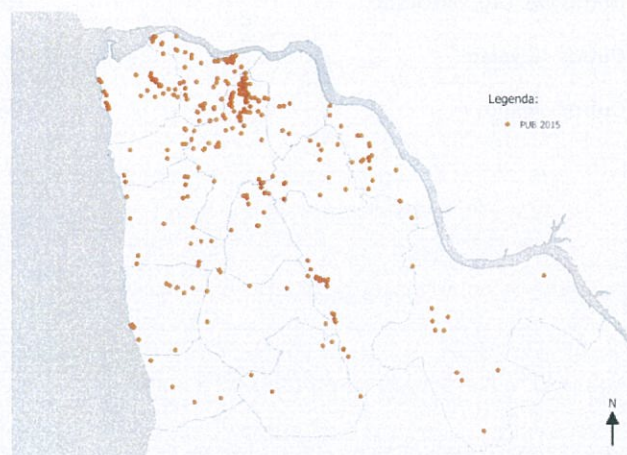


FIG.8 – Processos de publicidade PUB (2015)

Processos de Fiscalização (2015)

No ano de 2015 foram georreferenciados **1.097 novos processos de fiscalização (FISC)**, nas 37 diferentes tipologias de processo.

TAB.6 – Número total de processos de fiscalização georreferenciados na aplicação SIG por tipo (2015)

Tipo de Processo FISC	N.º	Tipo de Processo FISC	N.º
Diversos Fiscalização	18	Processos de Fiscalização a Estabelecimentos Com.	15
Estabelecimentos - Comércio	1	Processos de Fiscalização de Parques Infantis	1
Estabelecimentos - Outros	10	Processos de Fiscalização de Venda Ambulante	10
Estabelecimentos - Prestação de Serviços	7	Publicidade - Ação Promocional	3
Estabelecimentos - Restauração e Bebidas	8	Publicidade - Bandeiras	2
Fiscalização de elevadores	65	Publicidade - Cavaletes	3
Fiscalização Municipal	177	Publicidade - Direcionadores	
Limpeza de terreno	7	Publicidade - Letreiros luminosos ou iluminados	11
Ocupação de espaços públicos	3	Publicidade - Letreiros não luminosos	31
Ocupação espaços públicos (Fiscalização Municipal)	29	Publicidade - MUPIS	2
Outras Op. Urb. - Derrube de árvores	1	Publicidade - Painéis	27
Outras Op. Urb. - Marquise	9	Publicidade - Telas e Lonas	13
Outras Op. Urb. - Obra ilegal c/ processo licenc.	41	Publicidade - Toldos	14
Outras Op. Urb. - Obra ilegal s/ processo licenc.	197	Remodelação de terrenos - Aterro	4
Outras Op. Urb. - Obra licenciada	3	Stand de Automóveis	
Outras Op. Urb. - Obras em Curso	24	Sucata	1
Outras Op. Urb. - Vedação	20	Vistoria de certificação de edifício	2
Outros - Diversos	65	Vistorias Administrativas	263
Outros - Ruído	10		
		TOTAL	1.097



Distribuição espacial de processos de fiscalização em 2015

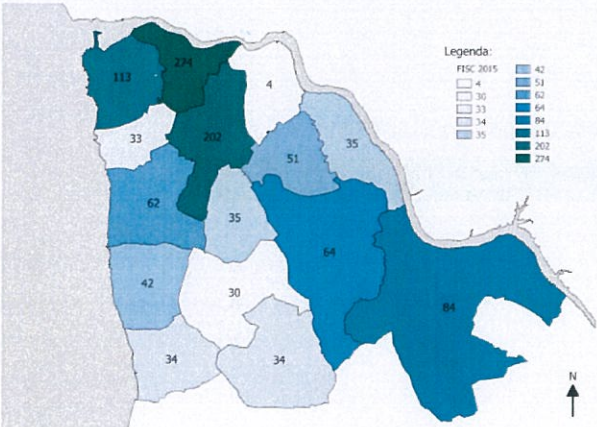


FIG.9 – Distribuição espacial dos processos FISC (2015)

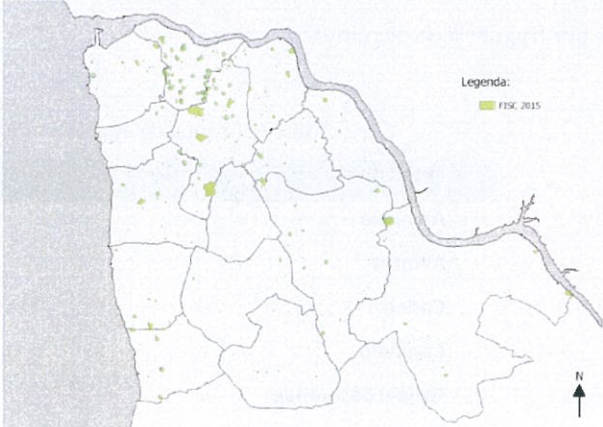


FIG.10 – Processos de fiscalização FISC (2015)

Circulação de processos para a DIG

No ano de 2015 foram tramitados para a Divisão de Informação Geográfica, para todas as tarefas de montagem, georreferenciação, disponibilização de informação geográfica e cartográfica, **6.319 requerimentos de processos**, referente aos vários tipos de processos de diferentes anos, perfazendo uma média mensal de **527 requerimentos de processos / mês**.

TAB.3 – Tramitação de processos para o DIG (2013 a 2015)

	2013	2014	2015
Obras Particulares	6171	5713	4552
Contra Ordenações	653	546	1148
Fiscalização	2563	1277	566
Atendimento	101	115	53
Total	10.090	7.651	6.319
Media Mensal	841	638	527

Alvarás de Loteamento

A disponibilização da informação relativa aos alvarás de loteamento adota uma série de procedimentos realizados na DIG. No ano de 2015 foram organizados 72 requerimentos de processos de alvarás e aditamentos, com licenças emitidas, distribuídos por freguesia da seguinte forma:

TAB.7 – N.º total de alvarás e aditamentos por freguesia (2015)

FREGUESIA	ALVARAS	ADITAMENTOS	TOTAL
Arcozelo		5	5
Avintes		5	5
Canelas		4	4
Canidelo		9	9
Grijó e Sermonde		4	4
Gulpilhares e Valadares	1	9	10
Madalena		4	4
Mafamude e Vilar Paraíso		5	5
Oliveira Douro		3	3
Pedroso e Seixezelo		7	7
Sandim, Olival, Lever e Crestuma		2	2
Santa Marinha e S. Pedro Afurada		2	2
S Félix Marinha	1	6	7
Serzedo e Perosinho		4	4
Vilar de Andorinho		1	1
Total	2	70	72

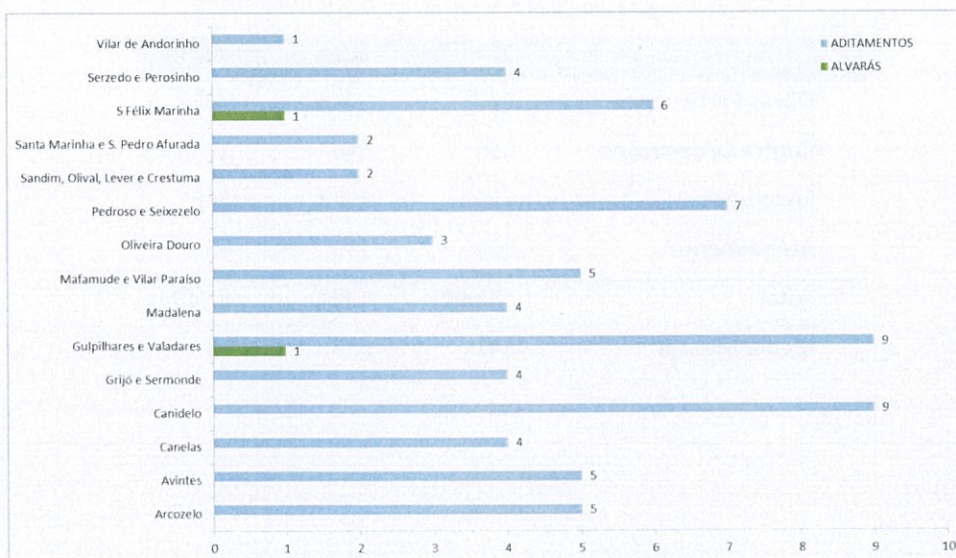


FIG.11 – Número total de alvarás e aditamentos por freguesia (2015)

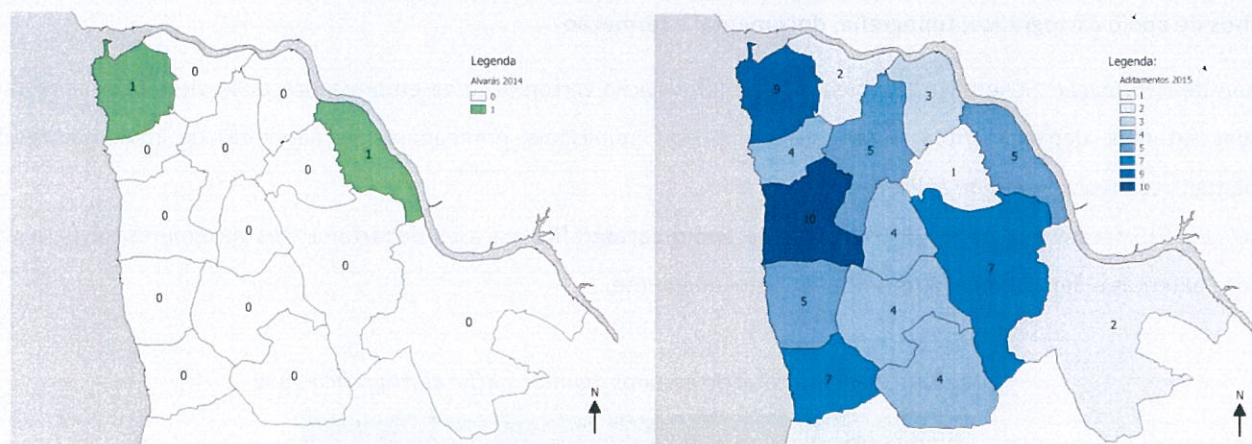


FIG.12 – Distribuição espacial do número total de alvarás de loteamento e aditamentos por freguesia (2015)

Fichas Técnicas de Habitação

A validação automática e realização de cópias das Fichas Técnicas de Habitação representam um grande volume de trabalho administrativo. No ano de 2015, foram validadas **5.110 páginas** correspondendo a um valor total de **312 requerimentos** de fichas técnicas de habitação.

Processos de Elevadores

A DIG fez até novembro a gestão dos pedidos de inspeção, reinspeção e selagem de elevadores, monta-cargas, escadas mecânicas e escadas rolantes, bem como a requisição das inspeções à Entidade Inspetora, ao abrigo do contrato de prestação de serviços entre a Gaiurb e a Entidade Inspetora, tendo efetuado a ligação com a Fiscalização Urbanística. Esta competência transitou em novembro para a Divisão de Serviços e Inovação.

No ano de 2015 foram registados **12 novos processos de elevadores** e registados e analisados **2.115 requerimentos** de elevadores, distribuídos da seguinte forma:

TAB. 8 – N.º Total de requerimentos de processos de elevadores (2012 a 2015)

TIPO DE REQUERIMENTO	2013	2014	2015
COMUNICAÇÃO EMA	178	120	109
COMUNICAÇÃO REQUERENTE	13	11	6
DIVERSOS	2	38	
EXPOSIÇÃO, ALEGAÇÕES OU RECLAMAÇÃO	4	2	8
PEDIDOS DE CONSULTA DE PROCESSO			
PEDIDO DE ADITAMENTO DE DOCUMENTO		2	
PEDIDO DE CESSAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE ELEVADORES	82	116	90
PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS / INFORMAÇÃO / PARECER			
PEDIDO DE INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE ELEVADORES	8		
PEDIDO DE INSPEÇÃO PERIÓDICA DE ELEVADORES	1638	1795	1724
PEDIDO DE ISENÇÃO / REDUÇÃO DE TAXAS	1	4	1
PEDIDO DE REINSPEÇÃO DE ELEVADORES	342	212	152
PEDIDO DE SELAGEM DE ELEVADORES	39	41	13
REGISTO DE ELEVADOR	20	13	12
ALTERAÇÃO DE CONTACTOS	10		
Total	2.337	2.354	2.115



Trabalhos de apoio cartográfico, topografia, documental e formação

A Divisão de Informação Geográfica responsável pela informação cartográfica da empresa presta serviços para as restantes entidades externas, departamentos municipais e empresas municipais, nomeadamente nas áreas de apoio cartográfico, documental, desenvolvimento de aplicações e formação.

No ano de 2015 foram realizados **75 trabalhos de apoio cartográfico** para os departamentos da empresa e para várias entidades externas e departamentos municipais, nomeadamente:

TAB.09 – Número total de pedidos de informação cartográfica 2015

	2013	2014	2015
INTERNOS (1)	57	75	34
EXTERNOS (2)	24	26	41

(1) Pedidos internos da empresa e serviços de Urbanismo

(2) Pedidos da Câmara Municipal, Empresas Municipais e Entidades Externas (Universidades, Escolas, Particulares).

No ano de 2015 foram realizados **23 trabalhos de topografia** para os departamentos da empresa e para várias entidades externas e departamentos municipais, nomeadamente:

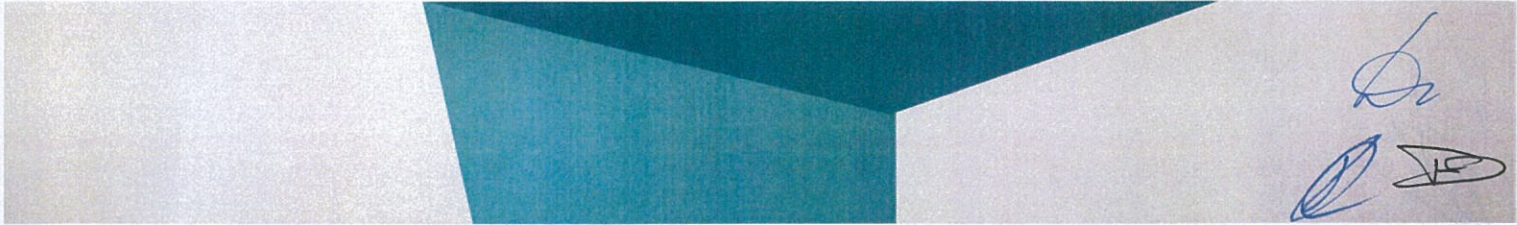
A equipa de topografia, realiza ainda outros trabalhos no âmbito dos sistemas de informação geográfica, enquadrados na georreferenciação de processo antigos de arquivo, assim como algumas tarefas constantes da Tab.09.

TAB.10– Número total de pedidos de levantamento topográfico 2015

Lev. Topográficos	2013	2014	2015
INTERNOS (1)	18	12	17
EXTERNOS (2)	7	7	6

(1) Pedidos internos da empresa e serviços de urbanismo

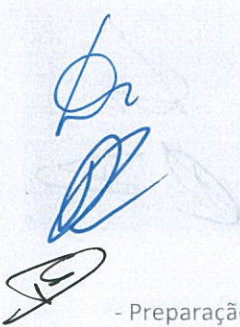
(2) Pedidos da Câmara Municipal, Empresas Municipais, Entidades Externas e Serviços



As diversas atividades realizadas pela Divisão de Informação Geográfica constam dos relatórios mensais de atividades de 2015 entregues à administração da Gaiurb.

Em resumo as principais atividades realizadas foram:

- Tratamento geográfico e montagem dos processos de urbanismo, fiscalização e Publicidade;
- Manutenção dos conteúdos da página da internet e das redes sociais;
- Acompanhamento e apresentação técnica nas visitas de Câmaras Municipais no âmbito do NOPAPER.
- Visitas de Consultoria do SIG no GTRUCS em Luanda, Angola.
- Implementação das soluções, sistemas de informação geográfica - GISMAT em Angola.
- Elaboração dos relatórios trimestrais e relatório final dos trabalhos do SIG no GTRUCS, Angola (2014-2015).
- Parametrização de informação SIG para o GISMAT do GRUTCS.
- Implementação das soluções tecnologias de SIG e Formação no GTRUCS.
- Conclusão dos trabalhos do Plano de Estrutura Organizacional e Funcional do GTRUCS.
- Disponibilização de informação cartográfica para entidades externas, para universidades, escolas e municípios.
- Realização de trabalhos de modernização das aplicações GISMAT WebEPL e EPL.
- Parametrização de informação SIG para o GISMAT WebEPL, WebPDM e GISMAT G10.
- Colaboração na produção de conteúdos comerciais da empresa.
- Estudo da conversão cartográfica de Datum dos municípios do Porto e Gondomar.
- Preparação e edição de dados cartográficos para o projeto Valorização do Douro da AMP.
- Preparação da estrutura do layout e dados para o GISMAT Mobile.
- Proposta de modernização das tecnologias: GISMAT GTRUCS, GISMAT mobile, gestão dos números de polícia.
- Participação da DIG nas reuniões na AMP no âmbito da constituição de um Sistema de Informação Geográfica Metropolitano.
- Levantamento topográfico da Escarpa da Arrábida – Projetos Encostas Douro.
- Levantamento topográfico em Canelas para cálculo e Volumes de Terra – Projeto Encostas Douro.
- Elaboração de plantas de cartografia histórica para a 1ª Conferência Cidades de Rio e Vinho
- Preparação das peças do concurso para as Cidades Analíticas 2015, no âmbito do Citygaia e NOPAPER.
- Participação da Gaiurb, no FICIS'15 – Fórum Internacional das Comunidades Inteligentes e Sustentáveis, realizado em Braga de 16 a 19 de Abril de 2015.
- Georreferenciação dos suportes publicitários com gestão municipal e disponibilização dos dados no GISMAT.
- Georreferenciação de processos antigos de arquivo.
- Tratamento da cartografia militar 1:25.000 e disponibilização na pasta da cartografia.
- Levantamento fotográfico e construção do modelo de Visita Virtual em 360 da Exposição Cidades de Rio e Vinho.
- Continuação do desenvolvimento da nova versão Web da página do Geoportal e elaboração da framework para a nova plataforma do Mapa Interativo do Geoportal.

- 
- Preparação de novos Layouts de impressão, para todas as temáticas definidas na nova versão do GeoPortal, alteração de símbolos e criação de novos modelos para os novos anos em análise (1991 e 2001).
 - Geoportal – tratamento e importação de novos indicadores sociais e criação de novos mapas.
 - Manutenção da página do geoGaia para a questão dos MUPIS da CMG e o levantamento de campo dos *outdoors*.
 - Apresentação da framework do Mapa interativo e módulo de consulta e gestão de Publicidade Institucional.
 - Parametrização das novas versões *online* o da WebEPL (emissão de plantas de localização) e do WebSIG (mapa dos instrumentos de gestão territorial).
 - Realização de apresentação sobre os trabalhos da Gaiurb em Angola, para a conferência GovInt Governação Integrada, em 14 julho 2015, na Universidade Católica do Porto.
 - Tratamento de informação geográfica, sobre as ações com os investimentos públicos e privados a desenvolver na área frente rio, no âmbito do Projeto de Valorização das Margens do Douro, da AMP.
 - Tratamento e atualização dos eixos de via e toponímia, para envio ao IMTT.
 - Início do Procedimento de Revisão da base geral de Número de Polícia no concelho.
 - Elaboração de mapas no que se refere aos indicadores na área do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) de Gaia (Cruz Vermelha / Frente Atlântica).
 - Início do procedimento de georreferenciação e atualização da Planta da Rede Escolar, com os respetivos equipamentos e agrupamentos escolares.
 - Criação do novo site institucional da “Gaiurb Habitação”.
 - Implementação dos trabalhos de Atualização de Cartografia oficial 1: 5000. 1ª Fase - identificação de áreas a atualizar.
 - Elaboração de novos mapas gerais e layouts do concelho em tamanho A0.
 - Atualização da aplicação de gestão de Publicidade Institucional e mobiliário urbano e implementação de compatibilização da evolução do internet Explorer 10 para o Edge.
 - Diagnósticos e orçamentação de nova cobertura dos ortofotomapas para a AMP em conjunto CM Feira e CM Oliveira de Azeméis.
 - Reformulação das Páginas do programa Arco-íris de modo a adaptar a informação ao design do *site*.
 - Elaboração de proposta de modernização do GISMAT Rede Viária e levantamento da Rede Viária.
 - Estudo de proposta de modernização do GISMAT Património.
 - Participação na Ação de Formação "Diretiva INSPIRE" | 26.novembro ▪ Museu D. Diogo de Sousa ▪ Braga.
 - Realização dos trabalhos externos de topografia adjudicados, assim como os serviços internos do município.
 - Início do estudo e diagnóstico dos cadastros existentes no concelho para proposta para gestão da informação cadastral no concelho.

Em conclusão

Das atividades previstas nos Instrumentos de Gestão Provisional (IGP) de 2015, todas as atividades permanentes, foram realizadas positivamente, tal resultado é verificado através da análise dos quadros de resultados finais obtidos. O acompanhamento dos trabalhos nos serviços é diário.



Estão sendo cumpridos os prazos previstos para a realização das tarefas individuais uma vez que os processos de urbanismo e fiscalização tem prazos legais a cumprir e para os quais é dada a total prioridade.

A análise aos indicadores do SGQ indica uma taxa de cumprimento dos prazos previstos de 96,8% (mais 1.8% do que em 2015), para as tarefas de tratamento dos processos de urbanismo, fiscalização e publicidade na DIG.

As principais atividades previstas nos IGP para 2015, foram globalmente trabalhadas pela Divisão.

Os trabalhos em Angola, e o conjunto de atividades desenvolvidas pela equipa de técnicos superiores da Divisão, de suporte à prestação de serviços internacional, foram em número alargado, o que implicou uma dedicação e maior tempo disponível para este projeto da empresa.

Várias outras tarefas foram realizadas durante o ano de 2015 que não estavam previstas nos IGP, já referidas no presente relatório de atividades da Divisão de Informação Geográfica.



DIVISÃO DE SERVIÇOS DE INOVAÇÃO

A Divisão de Serviços e Inovação (DSI) constitui uma estrutura de apoio estratégico à ação da Gaiurb, com competências na promoção de iniciativas que visem a qualidade, a inovação e o desenvolvimento de novos serviços, reforçando as relações e cooperação com as mais diversas entidades e instituições públicas e privadas, potenciando e valorizando os recursos humanos, técnicos e materiais da Gaiurb.

A estrutura nuclear da DSI integra duas unidades funcionais cuja atuação se centra nas áreas específicas da sustentabilidade urbana, energia e eficiência energética e de inspeção de instalações de elevação, a que correspondem a Unidade de Sustentabilidade Energética (USE) e a Unidade de Inspeção de Equipamentos (UIE) respetivamente.

No âmbito dos serviços desenvolvidos pelos seus quadros técnicos a DSI encontra-se especialmente capacitada para atuar nas áreas da promoção e utilização sustentável dos recursos naturais no setor dos edifícios através da eficiência energética, da utilização de energias renováveis e da minimização dos impactos ambientais na construção, reabilitação e utilização dos edifícios.

Em paralelo, foi criado em março de 2015 um grupo especializado com o objetivo de preparar a criação e instalação de um Organismo de Inspeção de Instalações de Elevação na Gaiurb tendo em vista a acreditação de acordo com a Norma ISO/IEC 17020 pelo Instituto Português de Acreditação I.P. (IPAC) e consequente registo e reconhecimento na Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) como Entidade de Inspeção de Instalações de Elevação (EIIE). A esta nova área de atuação juntou-se em novembro de 2015 a atividade de gestão dos pedidos de inspeção de instalações de elevação do município de Vila Nova de Gaia.

Nos objetivos da DSI e como ação constante mantem-se a continua prospeção de oportunidades de negócio quer através de financiamentos dos programas estruturais/projetos de investigação com instituições de ensino, quer pela prestação de serviços a clientes privados e públicos.

Tendo presente o seu papel na promoção da visibilidade e integração das orientações estratégicas definidas na empresa, a Divisão de Serviços e Inovação procurará dar resposta à necessidade de promoção e cooperação em áreas de interesse, intensificando a procura e o reforço da posição competitiva da empresa, pela exploração de novas oportunidades de negócio.

Atividades desenvolvidas

Pela diversidade das suas áreas de intervenção e qualificação dos recursos técnicos a DSI tem acompanhado e desenvolvido diferentes projetos em articulação quer com os serviços da Gaiurb e da Câmara Municipal, quer em resposta a clientes externos particulares e públicos, incluindo na sua atividade de 2015 a prestação de serviços de certificação energética de frações de habitação e pequenas frações de comércio e serviços; desenvolvimento de projetos de reabilitação energética para os empreendimentos de habitação social do município de Vila Nova de Gaia; assessoria e coordenação de projeto incluindo acompanhamento e segurança em obra na reabilitação da Companhia de Fiação de Crestuma; participação em projetos de investigação em parceria com instituições de ensino superior.



Análise dos resultados alcançados

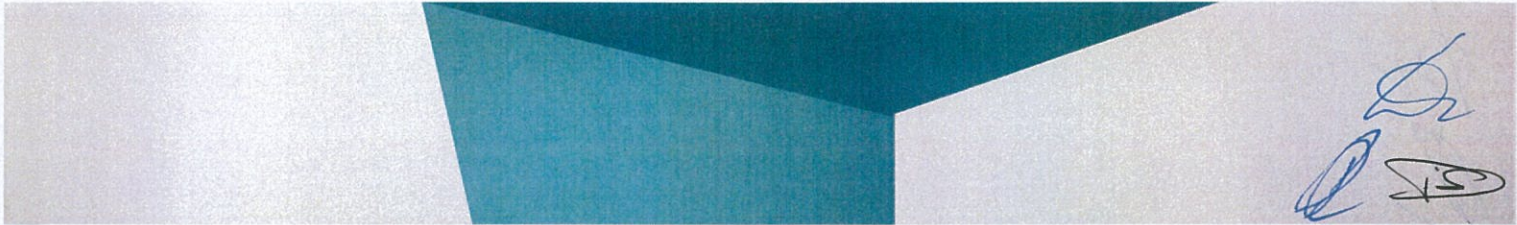
Área de intervenção: Sustentabilidade Energética

No ano de 2015 foi reforçada a competência técnica do grupo de trabalhadores da Unidade de Sustentabilidade Energética, com a formação de mais duas Peritas Qualificadas no âmbito do Sistema de Certificação Energética, tendo em perspetiva a consolidação e desenvolvimento de novas competências e conhecimentos no domínio da eficiência energética e gestão inteligente da energia o que possibilitou dar continuidade à oferta de serviços disponibilizada, sendo de destacar a seguintes atividades:

- Emissão de 124 certificados energéticos de frações de habitação e pequenas frações de comércio e serviços;
- Prestação de serviços de consultoria à Câmara Municipal Gondomar, designadamente pela realização de estudo técnico - Análise Energética das operações de eficiência e reabilitação energética realizadas em edifícios de habitação, assim como pela elaboração, apresentação e acompanhamento de candidatura a sistema de incentivos;
- Elaboração de projetos de reabilitação energética para os empreendimentos de habitação social do município de Vila Nova de Gaia;
- Prestação de serviços de acompanhamento e segurança em obra nos trabalhos de reabilitação da Companhia de Fiação de Crestuma;
- Estabelecimento de parcerias com entidades externas para a concretização de iniciativas de inovação na área da eficiência energética no setor dos edifícios – WORKSHOP “OPTIMIZED BUILDING RENOVATION” no âmbito do projeto *Annex 56 Cost Effective Energy and Carbon Emissions Optimization in Building Renovation*;
- Acompanhamento do desenvolvimento do projeto de investigação MORE-CONNECT, no âmbito do qual se encontra prevista a reabilitação das fachadas de um dos edifícios do Empreendimento Prof. Mota Pinto;
- Participação em consórcios internacionais para candidatura a financiamento de projetos de investigação no âmbito do Programa Horizon2020, nomeadamente com os projetos PathFinder e EnergyBbug.

Área de intervenção: Inspeção de Equipamentos

Tomando como ponto de partida os objetivos delineados e a intenção de internalização dos custos com a inspeção de elevadores, foram desenvolvidas múltiplas ações pelo grupo de trabalho criado no 2º trimestre de 2015, visando a preparação dos procedimentos gerais e reguladores, necessários às atividades de inspeção, reinspeção e selagem de instalações de elevação, tendo em vista a acreditação de acordo com a Norma ISO/IEC 17020 pelo Instituto Português de Acreditação I.P. (IPAC) e consequente registo e reconhecimento na Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) da Unidade de Inspeção de Equipamentos da Gaiurb, como Organismo de Inspeção, perspetivado para o 1º semestre de 2016.



DIVISÃO DE PROJETOS

O Conselho de Administração da Gaiurb – Urbanismo e Habitação, EM, aprovou em 23 de dezembro de 2014, a reestruturação da empresa e o novo organograma. Na sequência desta deliberação, que produziu efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2015, é extinto o Departamento de Reabilitação Urbana (DRU) e criada em sua substituição a Divisão de Projetos (DP) integrada no também criado Departamento de Urbanismo.

A estrutura orgânica da Divisão de Projetos completa-se com a Unidade de ARU / ORU do Centro Histórico que substitui a anterior Unidade de Projeto integrada na estrutura anterior.

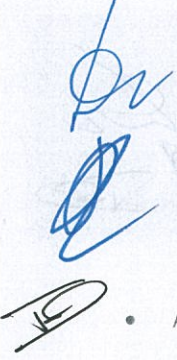
Não se verificaram alterações no elenco do grupo de trabalho.

MISSÃO

Por efeitos da reestruturação orgânica são alteradas a missão e as competências dos serviços.

A Divisão de Projetos tem como missão de génese, em síntese, a participação na gestão ativa e primordial da regeneração urbana sustentável, com particular incidência na área do Centro Histórico, pela vertente operacional e valências de projeto, na implementação dos seguintes objetivos estratégicos:

- Participar na gestão ativa e primordial da regeneração urbana sustentável, com particular incidência na área do Centro Histórico;
- Elaborar projetos estratégicos nomeadamente de Áreas de Reabilitação Urbana e respetivos projetos de Operacionalização (ORU);
- Elaborar estudos e projetos urbanos e de arquitetura que visem a recuperação e reabilitação, ou reconversão, de áreas definidas com processo de transformação do solo urbanizado, do edificado e do espaço público;
- Colaborar na definição das unidades de intervenção e planos municipais de ordenamento do território;
- Participar na gestão urbanística de áreas delimitadas como ARU, no âmbito do projeto da ORU, com a emissão de parecer com carácter não vinculativo, sobre todos os tipos de operações urbanísticas a levar a efeito, de iniciativa pública ou privada, com ou sem relevância urbanística no enquadramento legislativo do RJUE e RJRU;
- Assegurar o funcionamento da Loja da Reabilitação, procurando difundir informação relativa aos apoios e benefícios fiscais associados à Reabilitação, estudar e propor outros modos de apoio e incentivos a ações de reabilitação de edifícios e cativar o interesse do público para a discussão da importância e do interesse pelas políticas da regeneração urbana;
- Prestar informação sobre candidaturas a programas disponíveis de incentivo e de apoio à reabilitação de edifícios, assim como colaborar na instrução do procedimento a submeter ao IRHU;
- Propor para além do contexto e universo de eventuais ARU, a intervenção em áreas ou edifícios considerados prioritários e cuja reabilitação tenha interesse ao município promover, pela sua localização estratégica, valor intrínseco ou de conjunto;

- 
- Assegurar o processo de reabilitação urbana dirigido ao tema de estrutura edificada e de residência agrupada, vulgarmente conhecida como “ilhas”;
 - Fomentar novas atitudes de intervenção pela disciplina da Reabilitação que se objetivam numa prestação de serviço que promova a mobilização e envolvimento dos agentes políticos, económicos e sociais com interesse nas áreas de intervenção;
 - Prestação de serviços no âmbito de concursos públicos em que a Gaiurb participe.

ORGANIZAÇÃO

A Divisão de Projetos assume hoje uma diversidade de competências ao nível do projeto com novas funções relacionadas com: o atendimento ao público, os procedimentos relacionados com a abertura de concursos, candidaturas a Fundos Estruturais e a outras formas de apoios ou financiamentos, gestão do património imobiliário, localizado na área do centro histórico e propriedade da Gaiurb, e participação integrada na gestão urbanística.

Nesta estrutura orgânica integra-se a Unidade de ARU/ORU Centro Histórico com atribuição funcional de:

- Assegurar a elaboração do projeto da ORU-Centro Histórico, do tipo “sistemática” que será desenvolvido através de um programa estratégico de reabilitação urbana, tendencialmente a materializar-se na elaboração dum plano de pormenor, dado o interesse de operacionalização dos objetivos e opções estratégicas a implementar e o respetivo controlo e assistência por via da gestão urbanística, assim como a relevante existência de património cultural, imóvel classificado ou em vias de classificação, e respetivas zonas de proteção, que conterà por inerência os objetivos e fins de proteção do respetivo plano de pormenor de salvaguarda;
- Elaborar o projeto da ORU, nas suas fases de desenvolvimento;
- Colaboração na preparação de eventual candidatura do Projeto da ORU a fundos comunitários, nas duas fases de desenvolvimento do projeto, que passam pela Programação preliminar (inventariação de dados, análise e caracterização do território) e elaboração de Programa estratégico (definição de objetivos estratégicos, prioridades de intervenção e programa de operacionalização) e pela elaboração do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e de Salvaguarda.
- Intervir na “Área de Reabilitação Urbana – Centro Histórico”, como parte integrante do novo modelo de urbanismo que se baseia na programação pública e que visa intervenções integradas e multidisciplinares;
- Elaborar ou emitir parecer sobre os projetos de intervenção no espaço público na área do centro histórico;
- Elaborar ou emitir parecer sobre todos os projetos de arquitetura municipais na área do centro histórico;
- Participar na gestão urbanística da ARU Centro Histórico de todos os tipos de operações urbanísticas a levar a efeito, de iniciativa pública ou privada, com ou sem relevância urbanística no enquadramento legislativo do RJUE e RJRU;

LOJA DA REABILITAÇÃO / ATENDIMENTO AO PÚBLICO

À Loja da Reabilitação confere uma nova dinâmica que se traduz numa oferta mais diversificada de tarefas e competências, procurando difundir informação relativa aos apoios e benefícios fiscais associados à Reabilitação, estudar e propor outros modos de apoio e incentivos a ações de reabilitação de edifícios e cativar o interesse do público para a discussão da importância das políticas da regeneração urbana.

O espaço da loja tem sido aproveitado para a divulgação dos trabalhos realizados pela Divisão, ou em curso, com vista à informação, mas também à participação pública.

A loja poderá ainda albergar a realização de exposições temáticas que aproximem os utentes da cidade e dos seus processos de transformação, que sensibilizem para o tema da reabilitação e tragam novos públicos e potenciais agentes da reabilitação.

ATIVIDADE DE PROJETO

A elaboração de projetos de espaço público e de estudos urbanos e urbanísticos constituiu sempre a principal atividade da Divisão de Projetos.

Esta competência manteve-se sendo agora mais completa e acrescida pelo contacto direto com os requerentes, pela gestão dos meios financeiros e pela administração dos procedimentos.

ATIVIDADES 2015

Existe a determinação da Gaiurb de fomentar novas atitudes de intervenção pela disciplina da Reabilitação que se objetivem numa prestação de serviço que promova a mobilização e envolvimento dos agentes políticos, económicos e sociais com interesse na área de intervenção. Todas as ações deverão ser participadas e partilhadas.

Gestão Urbanística

A gestão urbanística do centro histórico constituído como Área de Reabilitação Urbana é, indubitavelmente, uma ação de partilha de objetivos para a sustentabilidade desta área, para a qual concorrem diferentes valências de conhecimento e de opinião integrados no processo formal administrativo do licenciamento das operações urbanísticas.

Com vista à não dispersão da informação, à promoção de um tipo de gestão integrada e de proximidade, e à criação de um corpo técnico diretamente relacionado com todas as questões respeitantes ao centro histórico, no final de 2015 a Divisão de Projetos foi integrada numa equipa, composta ainda por elementos da Gestão Urbanística, e à qual foi atribuída a competência de emitir opinião e parecer técnico nos procedimentos administrativos relacionados com todos os tipos de operações urbanísticas que incidam sobre a ARU-Centro Histórico cabendo, obviamente, à gestão urbanística a condução de todos os atos associados à normal instrução dos processos, nomeadamente a verificação do cumprimento da legislação apropriada.



ARU – Área de Reabilitação Urbana “Centro Histórico”

A Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia aprovou no dia 20 de novembro de 2013, sob proposta da Câmara Municipal, a delimitação da “Área de Reabilitação Urbana – Centro Histórico”, com publicação no Diário da República, 2ª série, aviso nº 21, em 30 de janeiro de 2014.

A Reabilitação é parte integrante do novo modelo de urbanismo que se baseia na programação pública e que visa intervenções integradas e multidisciplinares.

A especificidade do carácter urbano do Centro Histórico é complementar do seu singular valor histórico e arquitetónico – reconhecido como património cultural, identificado e regulamentado no PDM em vigor - que, juntamente com lacunas que importa colmatar a nível social ou com interesse coletivo relevante, enquadra a possibilidade de aplicar as referidas condições de isenção ou redução relativas às taxas municipais.”

A DP tem vindo a desenvolver trabalhos preparatórios para a elaboração do projeto da ORU-Centro Histórico que contemplam duas fases de evolução do projeto:

1ª fase - Programação preliminar (inventariação de dados, análise e caracterização do território)

CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO - trabalhos concluídos:

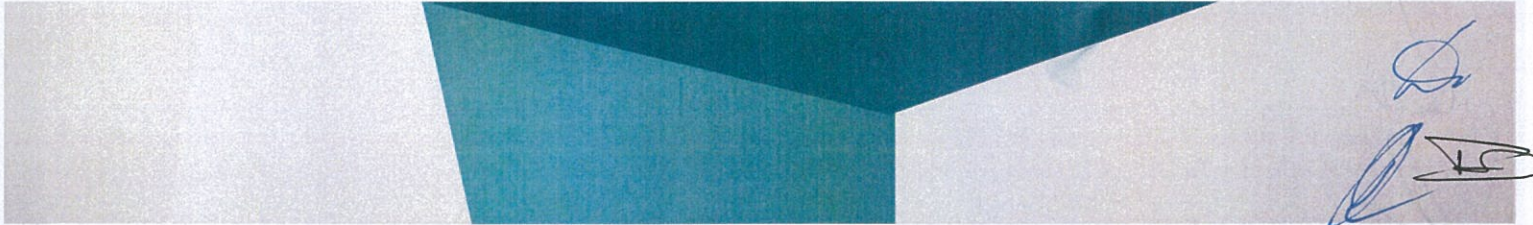
- Levantamento histórico
- Caracterização do território (edificado, espaço livre, usos, rede viária, património, topografia...)
- Levantamento do estado de conservação do edificado
- Levantamento do cadastro do CH
- Acompanhamento dos processos de licenciamento
- Levantamento de 6 arruamentos estratégicos localizados no CH (usos, tipologias, cérceas, património, materiais construtivos, estado de conservação, pretensões)

2ª fase - Elaboração de Programa estratégico (definição de objetivos estratégicos, prioridades de intervenção e programa de operacionalização).

Comissão de Consultores do Centro Histórico

A Divisão de Projetos integra a Comissão de Consultores do Centro Histórico centrada na discussão da temática do projeto de reposição da ZEP da área classificada como Porto Património Mundial da Unesco e na preparação da candidatura de extensão da área classificada à área aos armazéns de vinho do porto.

Em articulação com a administração da Gaiurb a Divisão de Projectos tem vindo a programar, preparar e organizar toda a documentação necessária à realização das reuniões de trabalho. O acompanhamento das reuniões por parte da Divisão de Projetos tem-se revelado fundamental na realização das suas funções, porquanto permite integrar os trabalhos desenvolvidos no âmbito da comissão no projeto da ORU CH, aproveitando da melhor forma os contributos dos consultores nas diferentes áreas.



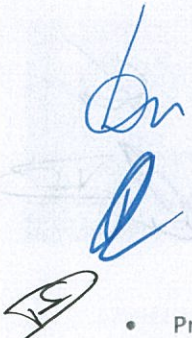
Este grupo de trabalho, constituído por especialistas em diferentes áreas temáticas de investigação e de especialização técnica, de reconhecido mérito, teve ainda a missão de preparar a 1ª Conferência de Cidades de rio e vinho, que teve lugar entre os dias 26 e 27 de março de 2015.

No âmbito da supracitada conferência a Divisão de Projetos realizou os seguintes trabalhos:

- **“1ª Conferência de Cidades de Rio e Vinho – memória, património e reabilitação”**, 26 e 27 de março de 2015 – Participação na organização e coordenação da realização;
- **Exposição** no âmbito da “1ª Conferência de Cidades de Rio e Vinho” – Produção, coordenação, realização e montagem [envolveu todos os elementos da equipa da Divisão de Projetos; composição gráfica – Dra Alexandra Cabral; logística de montagem por setores de serviços da Câmara Municipal];
- **Catálogo** da Exposição “Centro Histórico de V.N. Gaia - memória, património e reabilitação” – Produção, conteúdos e composição - [envolveu todos os elementos da equipa da Divisão de Projeto; composição gráfica – Dra Alexandra Cabral];
- **Projeto e coordenação** dos trabalhos de adaptação (limpeza, preparação de pavimentos, paredes e tetos, instalação elétrica e iluminação, sinalética e segurança) das salas no r/chão da ala nascente do Corpus Christi para acolhimento da Exposição “Centro Histórico de V.N. Gaia - memória, património e reabilitação” – [logística de obra por setores de serviços da Câmara Municipal];
- **Atas das conferências** - A Divisão de projetos. tem vindo a acompanhar o Dr. António Silva nos trabalhos de preparação de publicação das atas referentes à 1ª Conferência Cidades de rio e vinho.

Outros trabalhos desenvolvidos

- **Projeto e coordenação** dos trabalhos de adaptação (limpeza, preparação de pavimentos, paredes e tetos, instalação elétrica e iluminação, sinalética e segurança) de parte da área da nave central do edifício do Mercado Municipal da Beira Rio para instalação, com caráter provisório da “Bienal de Arte”;
- **Projeto e coordenação** dos trabalhos de adaptação (limpeza, preparação de pavimentos, paredes e tetos, instalação elétrica e iluminação, sinalética e segurança) da na área de espaço comercial do Edifício Habitacional D. Manuel Clemente, com caráter provisório da “Bienal de Arte”;
- **Estudo Prévio** do projeto de instalação de uma galeria de arte, com caráter permanente, na área de espaço comercial do Edifício Habitacional D. Manuel Clemente;
- **Reabilitação do Mercado da Beira Rio** – Organização e realização do processo para “Procedimento Concursal com publicidade internacional de conceção, construção e exploração do Mercado da Beira Rio”;
- **Inventário** (levantamento) **de usos dos edifícios** sítos em ARU do Centro Histórico - no âmbito do programa de preparação da elaboração do projeto da ORU do Centro Histórico;
- **RMUE** – contributo para o projeto de alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e edificação;
- **Assistência técnica** a obras de manutenção do espaço público em alguns arruamentos do centro histórico – empreitada promovida pela Câmara Municipal;

- 
- Processo de regularização de 6 edificações ilegais localizadas no Cadavão – Levantamento arquitetónico, projeto de arquitetura e instrução de pedido de licenciamento.

Recursos Humanos

Estágios - Durante o ano 2015 a DP acolheu dois casos de estágio académico de nível superior a tempo inteiro e inseridos no contexto e ambiente de trabalho – arquitetura (estágio de ingresso na Ordem dos Arquitetos) e História da Arte e colaboração com a Faculdade de Letras da UP.

Noutro nível de formação, e com assiduidade mais reduzida, acolheu seis formandos do curso de “Desenhador de Projetos – Arquitetura e Engenharia” em formação em contexto de trabalho, dois dias por semana.

Estagiários | 2015 | acolhimento de entidades externas.

- Colégio de Gaia – Formação em Contexto de Trabalho - curso “Desenhador de Projetos – Arquitetura e Engenharia - seis estagiários (dois dias por semana)
- Ordem dos Arquitetos – uma estagiária.
- Faculdade de Letras – História da Arte - uma estagiária.



DIVISÃO DE PLANEAMENTO

Compete à Divisão de Planeamento (DP) constituir-se como base estratégica das atividades da Gaiurb, estabelecendo os princípios orientadores, o desenho para o desenvolvimento sustentado do território que propiciem a sua gestão eficiente e racional.

Deste modo, e dada a diversidade de atuação, as atividades desenvolvidas durante o ano de 2015 na DP foram agrupadas e distribuídas pelas seguintes áreas temáticas:

A. PDM

B. PLANEAMENTO SUPRAMUNICIPAL

C. OUTROS PMOT

D. ESTUDOS E PROJETOS URBANÍSTICOS

E. OUTROS ESTUDOS E INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO

F. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

G. OUTRAS TAREFAS PERMANENTES

H. ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIOS

A. PDM

A1. Avaliação do procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal (PDM)

De acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, e mediante os princípios da nova Lei de Bases da Política de Solos Ordenamento do Território e Urbanismo que procedeu a uma reforma estruturante, tanto do ponto de vista dos conteúdos, no sentido de definir um conjunto de normas relativas à disciplina do uso do solo, como do ponto de vista do seu sistema jurídico, com objetivo de traduzir uma visão conjunta do sistema de planeamento e dos instrumentos de política de solos, entendidos como os instrumentos por excelência de execução dos planos territoriais, iniciou-se em 2015 a avaliação ao PDM que possibilita e justifica iniciar o procedimento de alteração, tal como está definido no artigo 118.º do RJIGT – “os planos municipais são alterados em função da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que lhes estão subjacentes ou sempre que essa alteração seja necessária, em resultado da entrada em vigor de novas leis ou regulamentos”.



A2. Monitorização do PDM

Conforme previsto no RJIGT “As entidades responsáveis pela elaboração dos instrumentos de gestão territorial promovem a permanente avaliação da adequação e concretização da disciplina consagrada nos mesmos, bem como, relativamente aos planos sujeitos a avaliação ambiental, dos efeitos significativos da sua execução no ambiente, por forma a identificar os efeitos negativos imprevistos e aplicar as necessárias medidas corretivas previstas na declaração ambiental.”

A DP materializou, em 2015, o Sistema Municipal de Informação Territorial (SMIT), e o Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo de V. N. Gaia. Estes projetos são estruturantes e fundamentais para o planeamento municipal e têm como objetivo principal, monitorizar e avaliar a execução dos planos assim como a qualidade de vida do concelho de V. N. Gaia, através da recolha, tratamento e divulgação de informação de carácter estatístico, técnico e científico relevante para a elaboração de relatórios bianuais do estado de ordenamento do território e ambiente.

- Atualização da base de dados do SMIT – sociedades sedeadas em V. N. Gaia.
- Indicadores da Declaração Ambiental do PDM.

A3. Atualização, permanente, das peças desenhadas do PDM, nomeadamente: condicionantes, mobilidade e salvaguardas, assim como da COS2015 (carta de ocupação do solo).

B. PLANEAMENTO SUPRAMUNICIPAL

B1. Mobilidade e transportes

Projeto Elena

- Elaboração e entrega do Relatório Final.
- Avaliação de Redes de Transportes Públicos (rede explorada e rede concessionada).

Levantamento da oferta de transportes públicos no município (levantamento de paragens).

B2. Participação no processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Espinho – reunião de concertação.

B3. Participação nas ações do Eixo Atlântico.

B4. Acompanhamento das Reuniões do Conselho Metropolitano Estratégico e do Conselho de Vereadores de Mobilidade.

- ESTRATÉGIA AMP 2020.
- Plano de Desenvolvimento e Coesão Territorial.
- Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável.
- Produção de contributos para as candidaturas das 3 DLBC's em que a Gaiurb participou como parceira e as entidades promotoras foram a ADRITEM (DLBC costeira), a Cruz Vermelha e a IPAV (DLBC urbanas).



Elaboração de relatórios e de propostas técnicas ao nível da mobilidade e dos transportes entregues à Vice-Presidência.

B5. MODELO DE ORDENAMENTO PARA A ORLA COSTEIRA CAMINHA-ESPINHO

B5.1. No âmbito da elaboração do Modelo de Ordenamento da Orla Costeira Caminha-Espinho, foi produzida e disponibilizada a seguinte informação, a utilizar no âmbito dos trabalhos do supramencionado plano:

- Cartografia de base, do ano 2012, à escala 1:5.000 e respetivos metadados (que abranja uma faixa litoral de 1.000 metros);
- Ortofotomapas do ano 2012 e respetivos metadados (que abranja uma faixa litoral de 1.000 metros);
- O plano diretor municipal em vigor, em formato raster e vetorial e respetivos metadados (formato shape file);
- A planta de condicionantes atualizada, em formato vetorial e respetivos metadados (formato shape file);
- Pontos de coordenação topográfica e respetivos metadados;
- Estudo do risco de erosão de Vila Nova de Gaia, realizado em 2008.

B5.2. No âmbito do procedimento de acompanhamento do Modelo de Ordenamento da Orla Costeira Caminha-Espinho, foram desenvolvidos pareceres técnicos e relatórios de participação para as diferentes fases do procedimento.

B6. PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO DOURO (RH3) E PLANO DE GESTÃO DOS RISCOS E INUNDAÇÕES

Apreciação técnica do relatório e emissão de pareceres com vista à concretização do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (RH3) e Plano de Gestão dos Riscos de Inundações.

C. OUTROS PMOT

C1. PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ÁREA ENVOLVENTE À VL10 - NÓ DE GERVIDE/ RUA ROCHA SILVESTRE

Nos termos dos artigos 76.º e 88.º, e para efeito do disposto no artigo 191.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia deliberou, em 9 de novembro de 2015, iniciar o procedimento de elaboração do Plano de Urbanização da Área Envolvente à VL10 - Nó de Gervide/ Rua Rocha Silvestre (PU-VL10).

A proposta de elaboração do Plano isenta o procedimento de avaliação ambiental.

C2. REVOGAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR PARA A ÁREA ENVOLVENTE AO CEMITÉRIO DE VILAR DO PARAÍSO (PP VILAR DO PARAÍSO)

Tendo por base uma solicitação da Câmara Municipal, foi concluído o procedimento de revogação do PP de VILAR DO PARAÍSO.



D. ESTUDOS E PROJETOS URBANÍSTICOS

D1. LOTEAMENTO PARA OS TERRENOS DA MISERICÓRDIA DE GAIA

Elaboração da proposta de alteração do loteamento para os terrenos da Misericórdia de Gaia, contíguos à Circular do Centro Histórico.

Desenvolvimento do anteprojeto de arquitetura para os edifícios que integram os lotes previstos na nova solução urbanística.

D2. PROJETO DE EXECUÇÃO E PROJETO DE LOTEAMENTO DO PARQUE EMPRESARIAL DE S. FÉLIX DA MARINHA

Elaboração do projeto de execução (versão 5.0);

D3. CENTRO CÍVICO DE CANELAS

Elaboração de projeto de escala intermédia que visa a implementação de um conjunto de equipamentos públicos:

1. Elaboração do Projeto de Arquitetura para o novo edifício da Junta de Freguesia;
2. Elaboração do Projeto de Arquitetura para o Tanatório Municipal.

D5. PROJETO DE RESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA O NÚCLEO CENTRAL DOS CARVALHOS

D6. PROJETO DE REABILITAÇÃO DA ANTIGA “FÁBRICA DA BORRACHA” – OLIVEIRA DO DOURO:

1. PROGRAMA 1 – habitacional de custos reduzidos
2. PROGRAMA 2 – centro de incubação empresarial
3. PROGRAMA 3 – instalação do centro de formação de Gaia

D4. UNIDADES RESIDENCIAIS PARA PESSOAS IDOSAS

Projeto de arquitetura

Desenvolvimento e concretização de projeto de execução para instalação de uma unidade residencial para pessoas idosas em edificações multifamiliares de habitação social existente – D. Armindo Lopes Coelho e Monte Grande.

Estes projetos desenvolvidos enquadram-se no disposto da Portaria nº 67/2012, de 21 de março, que define as condições de organização, funcionamento e instalação a que devem obedecer as estruturas residenciais para pessoas idosas.

D5. PROGRAMA DE REALOJAMENTO DE POPULAÇÃO DE ETNIA CIGANA: CASAS QUEIMADAS + PRESA NOVA

Projeto de execução

Desenvolvimento do projeto de execução de arquitetura para o realojamento de população de etnia cigana em Grijó (Casas Queimadas e Presa Nova) – aproximação à construção modular a custos controlados.



D6. CENTRO CULTURAL E EXPOSITIVO DE GAIA

Desenvolvimento do estudo de avaliação para a localização do Centro Cultural e Expositivo de Gaia, assim como da definição do programa de arquitetura.

E. OUTROS ESTUDOS E INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO

E1. PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PEDU)

A 19 de junho de 2015 foi publicado no Balcão2020 um aviso convite aos centros urbanos de nível superior que pretendessem contratualizar com o respetivo Programa Operacional Regional as prioridades de investimento inscritas no eixo urbano daqueles programas operacionais.

Como tal, o município de Vila Nova de Gaia para contratualizar com o respetivo Programa Operacional Norte as prioridades de investimento, elaborou e apresentou o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) que incluiu as respetivas prioridades de investimento (PI):

- Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação (PI 4.5 do eixo 5 do PO Norte);
- Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão), a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído (PI 6.5 do eixo 5 do PO Norte);
- Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais (PI 9.8 do eixo 5 do PO Norte).

O município de Vila Nova de Gaia, como Autoridade Urbana, propôs à Autoridade de Gestão (CCDR-N) uma estratégia integrada de desenvolvimento urbano através do respetivo plano estratégico (PEDU) definindo as ações que pretende candidatar a apoio comunitário em futuros concursos e que sejam fisicamente concluídos até 31 de dezembro de 2020. O PEDU integrou os seguintes planos de ação:

1. PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL

As medidas incluídas incidem na mobilidade sustentável, sendo a maior preocupação a diminuição de emissões de CO2. Assim, as prioridades de investimento incidem na implementação de percursos pedonais e cicláveis, transportes públicos, informação ao público e sistemas de gestão de tráfego e de informação.



2. PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

Vila Nova de Gaia apresentou a sua estratégia para as ações a desenvolver, dentro das ARU, para “melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução do ruído”. As ações incidem em centros históricos, zonas ribeirinhas ou zonas industriais abandonadas.

3. PLANO DE AÇÃO INTEGRADA PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

As ações foram delimitadas em áreas inframunicipais, não necessariamente incluídas em ARU. As intervenções a nível físico são acompanhadas de intervenções de natureza social. As ações correspondem a operações de regeneração física, económica e social.

Referir ainda que o PEDU de Gaia foi apresentado conforme a estrutura pré-definida pela entidade promotora:

- Diagnóstico
- Objetivos e definição da estratégia
- Identificação das prioridades de investimento
- Componentes dos planos de ação aplicáveis (mobilidade, regeneração e comunidades desfavorecidas)
- Resultados esperados
- Modelo de governação

E2. ESTRATÉGIA DE REGENERAÇÃO URBANA DE VILA NOVA DE GAIA (ERUG) E CONSEQUENTE DELIMITAÇÃO E PROGRAMAÇÃO DAS ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA

A Estratégia de Regeneração Urbana de Vila Nova de Gaia (ERUG) concluída durante o ano de 2014 e avaliada durante 2015 incide na totalidade do concelho, cumprindo o enquadramento estratégico e a fundamentação da proposta de delimitação de áreas de atuação prioritária, incluindo a de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU).

De acordo com a legislação em vigor compete ao Município promover as “*medidas necessárias à reabilitação das áreas urbanas que dela careçam*”, pelo que a estratégia proposta, parte da leitura do sistema urbano existente para identificar os territórios que requerem uma atuação programada com vista à regeneração da Cidade, à escala dos 165 km² do concelho e considerando a sua integração na área metropolitana e na região.

Os ‘espaços de oportunidade’ identificados são os lugares de eleição do concelho de Gaia, que se diferenciam do restante território devido a características específicas de identidade, do espaço público e da paisagem.

Na Carta Operativa ajustada durante o ano de 2015 sintetiza-se a delimitação das ARU propostas e a identificação da rede de arruamentos estruturantes – existentes e previstos – que sustentam a estratégia de atuação.

Em 2015 foram aprovadas ARU que delimitam situações distintas, às quais correspondem diferentes territórios e problemáticas e, por conseguinte, diferentes objetivos estratégicos. Para cada uma das sete ARU propostas, foram definidos os critérios de delimitação e os respetivos objetivos, de acordo com a estratégia geral previamente desenvolvida e atrás mencionada, a saber:

1. ARU Cidade de Gaia - abrange 3222 hectares
2. ARU Encostas do Douro - abrange 1444 hectares
3. ARU Zona Central dos Carvalhos – abrange 101 hectares
4. ARU Aguda | Granja – abrange 76 hectares
5. ARU das Zonas Industriais
 - ARU Zona Industrial da Feiteira – abrange 108 hectares
 - ARU Zona Industrial da Rechousa – abrange 148 hectares
 - ARU Zona Industrial da Rainha – abrange 18 hectares

E3. ELEMENTOS COMPLEMENTARES À DELIMITAÇÃO DAS ARU

No âmbito da aprovação da delimitação das ARU foi desenvolvido e aprovado o Quadro de Benefícios Fiscais e Incentivos Financeiros de acordo com o estabelecido no n.º 2 da alínea c) do artigo 13º do RJRU.

E4. RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO REOT

O Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) enquadra-se na obrigatoriedade legal, estabelecida na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBOTU) e no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), de apresentar, periodicamente, a síntese sobre o estado do ordenamento do território no concelho. Em 2015 foram concretizadas as seguintes tarefas:

- Atualização dos indicadores do REOT2.0 para 2015
- Georreferenciação e estruturação em base de dados das empresas sedeadas no concelho
- Recolha e tratamento de informação estatística – disponibilização interna e externa
- Recolha e atualização dos indicadores da Declaração Ambiental do PDM
- Recolha e atualização dos indicadores ECOXI
- Análise dos indicadores a fornecer pela CMG no âmbito do Observatório da Mobilidade na AMTP



E5. APRESENTAÇÃO DO 'OBSERVATÓRIO DA PAISAGEM E DO TERRITÓRIO DE GAIA'

O Observatório do Território e da Paisagem de Gaia [OTPG] é uma plataforma de troca de conhecimento, construída através de um sistema de informação e comunicação. Integra a participação de todos os interessados no tema da Paisagem e do Território de Gaia, de forma operativa e direcionada para a implementação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável do concelho.

Estruturado nos domínios INFORMAR + PARTICIPAR + ENSAIAR, o Observatório visa alertar e mobilizar o cidadão comum para a importância da Paisagem na sua qualidade de vida, bem como operacionalizar o envolvimento dos agentes institucionais no desenvolvimento socioeconómico do território e da comunidade.

E6. PROJETO CITYGAIA

Elaboração do processo de candidatura do projeto municipal CITYGAIA ao concurso "Cidades Analíticas".

E7. PROJETO CANIDELO AO PÉ

Participação no projeto municipal "CANIDELO AO PÉ", para o lugar de São Paio, Canidelo, que integra ações ao nível da mobilidade, da regeneração urbana e da participação.

F. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

F1. No âmbito da estratégia de diversificação das atividades empresariais da Gaiurb, nomeadamente ao nível da prestação de serviços, destaca-se em 2015, o projeto de *CONSULTORIA DE SISTEMATIZAÇÃO ORGANIZATIVA DO GTRUC (Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga)*, em Luanda, Angola.

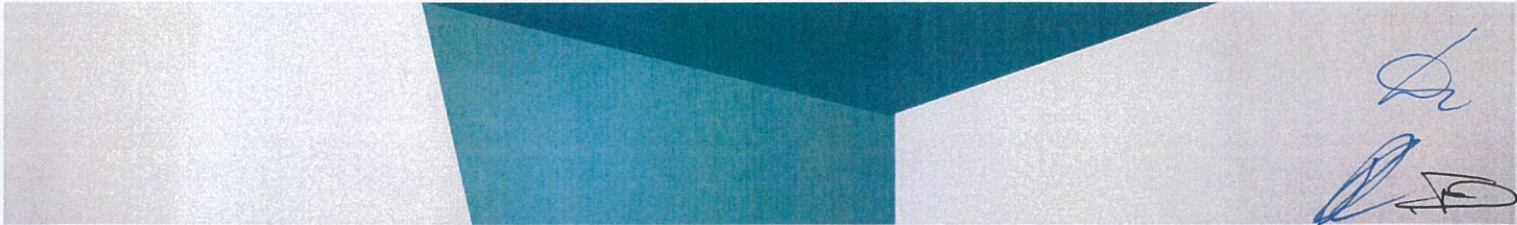
No âmbito deste projeto concluiu-se em 2015 as tarefas que possibilitam implementar o sistema de monitorização do GTRUC e a definição de uma política de atuação do Gabinete ao nível da participação.

F2. PRESTAÇÃO de SERVIÇOS PARA A CONCEÇÃO DE UM SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO TERRITORIAL (SMT) PARA O MUNICÍPIO DE VILA REAL

Esta proposta insere-se no âmbito da prestação de serviços para a conceção de um Sistema de Monitorização Territorial (SMT) para o Município de Vila Real, permitindo dotar o município de uma ferramenta avançada dedicada ao acompanhamento, monitorização e avaliação dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) em vigor no seu território, bem como dos processos de gestão territorial conexos ao planeamento e ordenamento do território.

O trabalho concluído em 2015 consistiu no estudo do modelo a adotar que melhor responda aos objetivos da Câmara Municipal de Vila Real (CMVR) levando em consideração:

- Modelos e práticas de implementação de sistemas de monitorização territorial;
- Indicadores de monitorização territorial segundo as diretivas nacionais e europeias;
- Dados disponíveis;

- 
- Recursos humanos e tecnológicos;
 - Objetivos específicos da CMVR.

O Modelo desenvolvido foi apresentado e considerado adequado pelo município. Como tal, perspectiva-se concretizar em 2016 a 2ª fase do projeto – fase de implementação do sistema.

G. OUTRAS TAREFAS PERMANENTES

G1. Foram desenvolvidas propostas e avaliações de pretensões constantes de processos em curso na gestão urbanística ou decorrentes de outras expectativas. A colaboração entre unidades da Empresa foi assumida como uma das atividades fundamentais da DP, a par da elaboração de propostas de estruturação urbanística consideradas oportunas, e que em conjunto visam garantir uma eficiente gestão do território, devidamente apoiada nas estratégias pré-definidas.

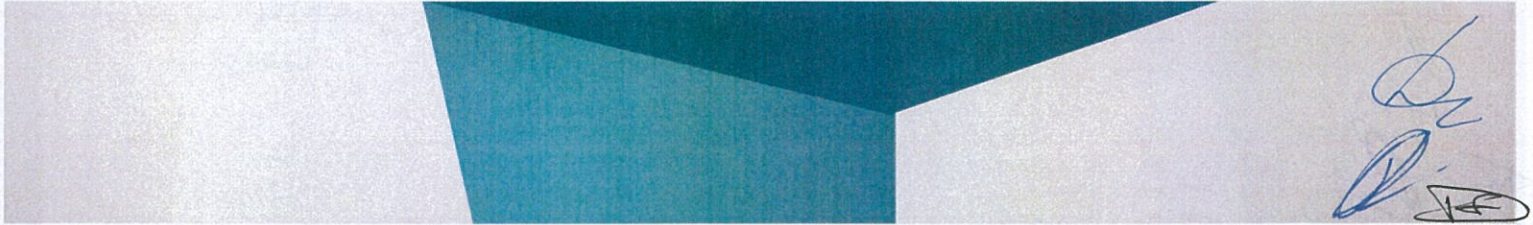
Destaca-se em 2015 a implementação de uma prática de atuação (reuniões conjuntas que integram os serviços da gestão, fiscalização e planeamento) que possibilita uma melhor e mais adequada resposta às pretensões urbanísticas com vista a uma atuação mais concertada e assertiva em termos territoriais.

G2. Edição e disponibilização de informação sobre o território de Gaia a outras unidades internas da empresa, à câmara municipal e a entidades externas, quer institucionais, quer particulares.

G3. PATRIMÓNIO CULTURAL - Desenvolvimento de propostas de classificação de imóveis, apoio permanente ao pelouro da cultura da CMVNG e à gestão urbanística.

H. ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIOS

No sentido de aproximar as culturas universitária e empresarial, a DP, no ano de 2015, acolheu e acompanhou 1 estagiário de Arquitetura do IEFP.



DIVISÃO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO URBANÍSTICA

Enquadramento

Em resultado da implementação de uma nova estrutura flexível para os serviços municipais em 2014, o Departamento de Gestão e o Departamento de Fiscalização Urbanística deram origem a uma única Divisão - Divisão de Gestão e Fiscalização Urbanística - que se repercutiu na estrutura orgânica da Gaiurb.

Esta Divisão centra as suas funções em quatro áreas de intervenção:

1 - Gestão do território de uma forma qualificada, com base nos princípios e preceitos definidos nos instrumentos de gestão territorial, permitindo a sua transformação ou consolidação em articulação com a vontade dos particulares, em resultado:

- Da apreciação de pedidos de informação ao nível da classificação dos usos do solo e dos respetivos parâmetros urbanísticos afetos a uma determinada parcela de território;
- Da validação de princípios de ocupação urbanística para uma parcela de território, permitindo a fixação de bases para o futuro desenvolvimento das operações urbanísticas;
- Da apreciação de operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio municipal;

2 - Acompanhamento das obras de edificação e urbanização sujeitas a controlo prévio municipal;

3 - Adoção de procedimentos tendentes à reposição da legalidade urbanística;

4- Promoção das ações de fiscalização das instalações de ascensores e de combustíveis.

A agregação das áreas de gestão e fiscalização promove a uniformização de conceitos e de procedimentos, com vista à promoção de um trabalho de continuidade. Os técnicos desta divisão desenvolvam assim as suas atividades, na defesa de um apoio técnico de proximidade com os utilizadores dos serviços, privilegiando o esclarecimento e a informação contínua no âmbito da gestão e fiscalização urbanística.

Objetivos

Durante o ano de 2015 a atividade da Divisão de Gestão e Fiscalização Urbanística incidiu nas seguintes vertentes:

- Assegurar a continuidade da simplificação procedimental de forma a acompanhar as diretivas de simplificação e informatização estabelecidas pelo Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, pelo programa Simplex;
- Assegurar a continuidade no processo de desmaterialização de procedimentos;
- Realização de sessões técnicas de esclarecimentos sobre a Regularização Industrial – regime Jurídico aprovado pelo Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, estabelece com carácter extraordinário, o Regime de Regularização e de Alteração e ou Ampliação de Estabelecimentos e Explorações de Atividades Industriais, Pecuárias, de Operações de Gestão de Resíduos e de Explorações de Pedreiras, incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e/ou condicionantes ao uso do solo.
- Implementação de novos procedimentos face ao referido regime excecional;

- 
- Realização de visitas técnicas aos locais, com o intuito de esclarecer os interessados sobre o referido regime excecional;
 - Apreciação dos procedimentos relativos a operações urbanísticas até à emissão do respetivo alvará, assegurando a correta gestão e aplicação dos instrumentos de gestão territorial e demais regulamentos e legislação aplicável;
 - Certificação a requerimento dos particulares ou de entidades externas ao município em diversas matérias;
 - Adaptação contínua dos conteúdos das informações técnicas e dos documentos de interação com os particulares face ao novo paradigma da tramitação digital;
 - Elaboração de manuais com vista à adaptação dos procedimentos internos existentes no âmbito do registo e da apreciação dos processos de obras particulares;
 - Licenciamento Zero - documentação de apoio;
 - Atualização dos conteúdos web no âmbito da ferramenta construtor;
 - Assegurar a qualidade de comunicação com o exterior, uniformizando e clarificando os conteúdos dos pareceres técnicos e respetivas notificações, reforçando a proximidade entre a Divisão e os utilizadores dos serviços - munícipes, técnicos, instituições privadas de carácter social, serviços municipais, instituições governamentais, entre outros;
 - Colaboração, no âmbito na prestação de serviços de consultoria que a Gaiurb presta ao Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga e Sambizanga (GTRUCS), para sistematização organizativa e operativa da reconversão urbana desses municípios Angolanos, no âmbito das competências desta Divisão;
 - Promover a celeridade na adoção dos procedimentos visando o controlo e o combate ao aparecimento de obras ilegais no território, monitorizando o crescimento da cidade, de uma forma ordenada e regular, assegurando e visando o cumprimento da legislação em vigor, em matéria de urbanização e edificação;
 - Reforçar os mecanismos de responsabilização e de controlo sucessivo;
 - Antecipar as ações que conduzem à adoção de procedimentos punitivos, com vista à reposição da legalidade urbanística.

Estrutura da Divisão de Gestão e Fiscalização Urbanística

Para atingir os referidos objetivos, durante o ano de 2015, a Divisão de Gestão e Fiscalização Urbanística, apresentava em termos organizativos a seguinte estrutura:



Competências

De um modo geral compete à Divisão de Gestão e Fiscalização Urbanística coordenar, fiscalizar e assegurar a compatibilização das operações urbanísticas aos instrumentos eficazes de gestão territorial, à legislação e normativos legais aplicáveis e ao modelo de desenvolvimento urbanístico do Município, consubstanciando as seguintes ações:

- Apreciar as operações urbanísticas de obras de construção, reconstrução, ampliação e alteração, operações de loteamento, obras de demolição e remodelação de terrenos, apresentadas no âmbito de pedidos de informação prévia, comunicações prévias, pedidos de licenciamento, e verificar a sua conformidade com os instrumentos de gestão territorial e com as disposições regulamentares em vigor;
- Obter de outras áreas ou serviços da Câmara, dos Departamentos da Administração Central ou de outras entidades competentes as informações ou pareceres necessários à informação e decisão dos respetivos processos;
- Apreciar pedidos de informação simples;
- Apreciar os Pedidos de Autorização de Alteração de Utilização;



- Apreciar e informar as comunicações de obras isentas de controlo prévio, sua conformidade com os instrumentos de gestão com as disposições regulamentares em vigor;
- Garantir a fiscalização das obras de urbanização e de edificação licenciadas;
- Apreciar os pedidos de certidão no âmbito da receção das obras de urbanização;
- Apreciar os pedidos de ocupação da via pública por motivo de obras relacionadas com operações urbanísticas e emitir os correspondentes alvarás;
- Apreciar a possibilidade de licenciamento ou admissão das obras identificadas no âmbito dos processos de fiscalização (obras ilegais);
- Emitir pareceres e informar todos os procedimentos legalmente previstos, relacionados com a fiscalização urbanística;
- Realizar ações de fiscalização com vista ao cumprimento da legislação em matéria de urbanização, de edificação ou de outras matérias da competência do Município no âmbito do ordenamento do território;
- Organizar, instruir e acompanhar processos administrativos com base nas reclamações apresentadas pelos munícipes no âmbito das competências da gestão do ordenamento do território;
- Elaborar e remeter à Divisão Municipal de Contraordenações os autos e relatórios elaborados no âmbito das ações de Fiscalização Urbanística;
- Emitir Certidões;
- Apreciar pedidos de averbamentos de substituições, prorrogações, licenças, emissão de alvarás e outros pedidos relacionados com a execução de obras;
- Prestar informação sobre os dados referentes à liquidação de taxas devidas no âmbito do urbanismo;
- Aconselhamento técnico;
- Definir condições técnicas;
- Controlar os prazos de apreciação de processos;
- Atendimentos ao público;
- Articular os conteúdos de informação com outras divisões;
- Responder a solicitações externas, nomeadamente ao tribunal e serviços de finanças;
- Caracterizar as operações urbanísticas com vista ao tratamento de dados para a monitorização interna bem como para o INE;
- Executar notificações no âmbito dos procedimentos administrativos;
- Requisitar e rececionar processos;
- Distribuir e anexar expediente.

Dentro das especificidades das Unidades Técnicas destacam-se ainda as seguintes competências:

Unidade Técnica de Loteamentos e de Obras de Urbanização

- Licenciar operações de loteamento;

- Controlar previamente as obras de urbanização;
- Apreciar Alterações aos Alvarás de Loteamento;
- Emitir Certidões que conduzem à alteração da configuração cadastral dos prédios;
- Emitir Alvarás das operações de loteamento;

Unidade Técnica de atividades económicas

- Apreciar as operações urbanísticas de obras de edificação destinadas:
 - Indústria e/ou armazém;
 - Comércio/serviços desde que abrangidos por áreas industriais e áreas de núcleos empresariais;
 - Comércio a retalho ou por grosso, cujo funcionamento pode envolver riscos para a saúde e para a segurança das pessoas, nomeadamente, comércio de produtos alimentares, comércio de tintas e vernizes, drogaria, comércio de fertilizantes fitossanitários, comércio de animais de companhia e respetivos alimentos;
 - Estabelecimento de restauração e/ou bebidas;
 - Prestação de serviços cujo funcionamento pode envolver riscos para a saúde e para a segurança das pessoas, nomeadamente, oficinas de manutenção e reparação de veículos automóveis/motociclos e ciclomotores, centros de bronzamento artificial, colocação de piercings e tatuagens;
 - Estabelecimento de alojamento local;
 - Estabelecimentos de recintos de diversão e recintos destinados a espetáculos de natureza não artística - bares com música ao vivo ("karaoke" inclusive), discotecas e similares, salões de festas, salas de jogos elétricos, salas de jogos manuais;
 - Estabelecimentos de prestação de serviços desportivos na área da manutenção da condição física - ginásios, academias ou clubes de saúde (healthclubs);
 - Operações de gestão de resíduos (toda e qualquer operação que envolva a operação de recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos);
 - Estaleiros;
- Gerir os pedidos de instalação/exploração de estabelecimentos indústrias Tipo 3;
- Apreciar os pedidos de Certidão de reconhecimento de interesse público apresentados no âmbito do regime excecional de regularização Industrial;
- Apreciar os Pedidos de Regularização Industrial;
- Apreciar os pedidos de instalação das infraestruturas de suporte de radiocomunicações;
- Realizar vistorias aos estabelecimentos industriais, no âmbito do regime jurídico do exercício da atividade industrial.



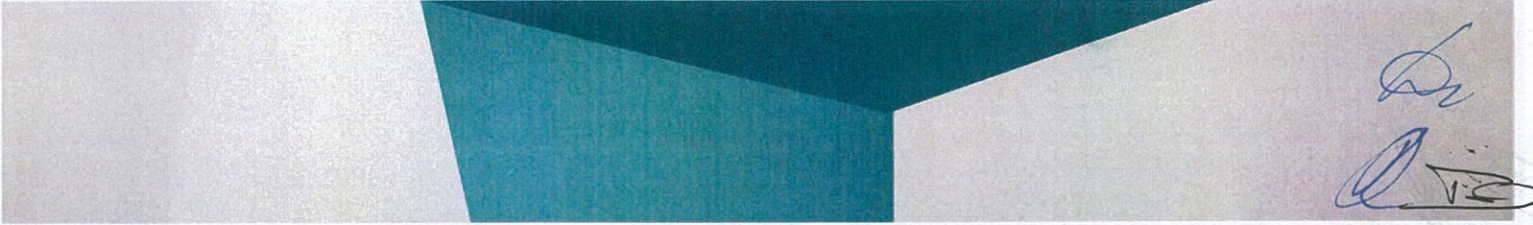
Para as unidades transversais, às unidades específicas da divisão, destacam-se as seguintes competências:

Unidade de Secretaria de Gestão Urbanística/NOPAPER

- Uma equipa dotada de conhecimento e prática para o desempenho das necessárias atividades à tramitação digital de processos, para que fosse possível garantir em permanência uma resposta eficaz e integrada interna e externa – Unidade de Secretaria da Gestão Urbanística (SGU), destacando-se:
- Suporte NOPAPER aos munícipes e técnicos, quando solicitado por internet, telefone ou correio eletrónico;
- Tratamento e registo de processos digitais, quando não entregues presencialmente;
- Apoio interno e atividades de expansão do projeto NOPAPER;
- Apoio geral às Unidades da Divisão de Gestão e Fiscalização Urbanística e a qualquer outro serviço da empresa relativamente à tramitação dos processos em formato digital;
- Processamento de pedidos de adesão aos serviços *online*;
- Processamento e tratamento de pagamentos por multibanco;
- Receção, registo e tratamento de requerimentos entregues por via digital;
- Processamento, manipulação e tratamento de peças em formato digital, nomeadamente certificação digital;
- Saneamento de processos em suporte digital quanto ao tipo de ficheiros apresentados;
- Consultas às entidades externas através da plataforma do SIRJUE ou por mail;
- Verificação e teste de funcionalidades relativamente às aplicações e informação fornecida ao requerente;
- Uniformização de registos e códigos nas aplicações SIGMA;
- Verificar a instrução dos pedidos e proceder à sua classificação;
- Executar notificações no âmbito dos processos de obras particulares;
- Proceder ao registo dos requerimentos;
- Proceder à distribuição dos processos pelas unidades.

Unidade Técnica de Licenciamentos

- Apreciação dos pedidos de licenciamento de obras, compreendendo a receção dos projetos de especialidades, consulta a entidades externas, fornecimento dos dados para a liquidação das taxas, emissão de alvarás de obras, elaboração dos respetivos pareceres técnicos neste âmbito e notificação da decisão;
- Apreciação de pedidos de licenciamento de instalações de armazenamento de combustíveis, compreendendo a receção dos projetos de especialidades, consulta a entidades externas, fornecimento dos dados para a liquidação das taxas, emissão de alvarás, elaboração da proposta de decisão neste âmbito e notificação da decisão;
- Apreciação dos pedidos de autorização de utilização e de autorização de alteração de utilização, compreendendo o fornecimento dos dados para a liquidação das taxas, emissão de alvarás de utilização, elaboração dos respetivos pareceres técnicos neste âmbito e notificação da decisão;

- 
- Apreciação dos pedidos de certificação de propriedade horizontal, compreendendo o fornecimento dos dados para a liquidação das taxas, emissão de certidões, elaboração dos respectivos pareceres técnicos neste âmbito e notificação da decisão;
 - Efetuar as vistorias previstas legalmente, designadamente no âmbito de pedidos de autorização de utilização / alteração de utilização, de certificação de propriedade horizontal e de obras de demolição;
 - Disponibilização dos dados estatísticos, relativamente às operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio, com a emissão dos respetivos títulos de licenciamento de obras e de autorização de utilização;
 - Apreciação de pedidos de atribuição de numeração de polícia e de certificação de correspondência de numeração de polícia, compreendendo o fornecimento dos dados para a liquidação das taxas, emissão de certidões, elaboração das respetivas informações neste âmbito e notificação da decisão.

Unidade de Planeamento Integrado

- Emitir certidões (viabilidade construtiva, IML, toponímia e certificação de áreas);
- Elaborar estudos de estruturação viária e definição de alinhamentos em vias municipais;
- Georreferenciação;
- Elaborar projetos de loteamentos municipais;
- Promover a alteração de alvarás de loteamentos municipais;
- Apoio técnico a todas as unidades desta Divisão.

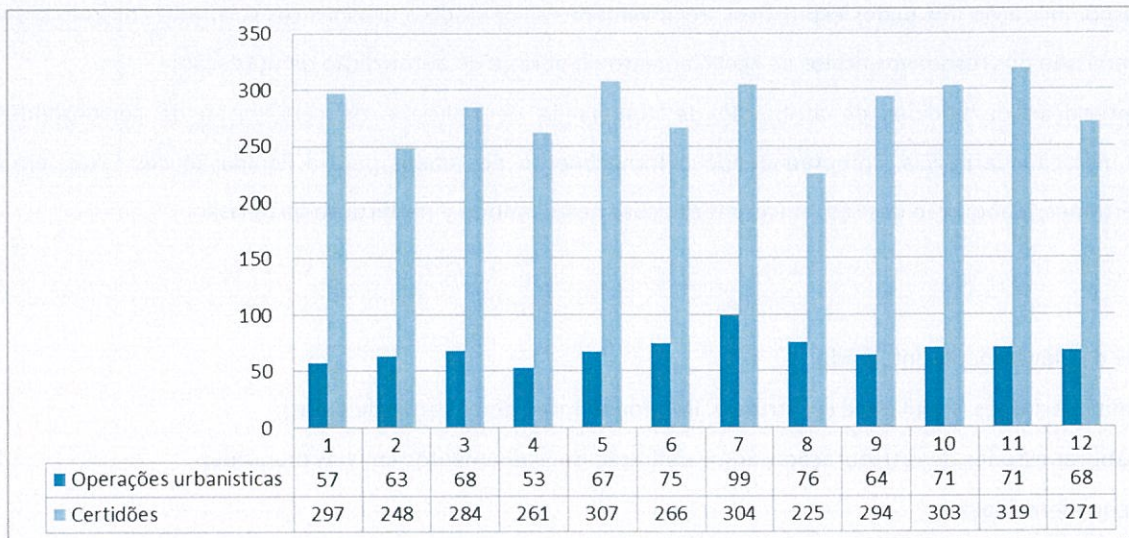
Unidade de Arquivo

- Organizar o arquivo físico, estabelecer critérios de classificação em função das necessidades de utilização;
- Monitorizar os prazos de resposta dos processos administrativos;
- Gerir o armazenamento e a preservação da documentação em papel;
- Assegurar a incorporação dos documentos em Arquivo Municipal;
- Enviar os processos físicos requisitados para os serviços respetivos;
- Imprimir documentos validados.

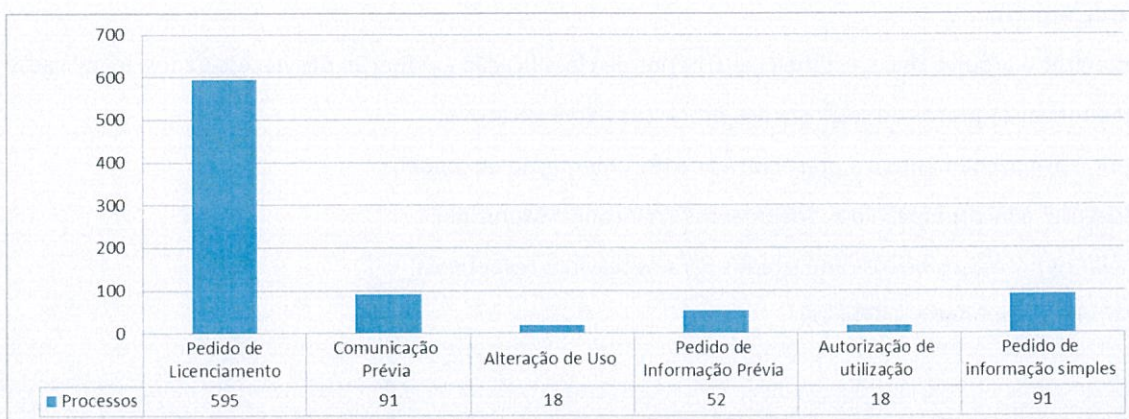


Operações urbanísticas em 2015

Durante o exercício de 2015 deu entrada na Gaiurb 832 processos referentes a Pedidos de Informação Simples, Pedidos de Informação Prévia, Comunicações Prévias, Pedidos de Licenciamento, Autorizações de Utilização e Alterações de Utilização e 3379 Pedidos de Certidão.



Destas operações urbanísticas, o Pedido de Licenciamento continua a ser o procedimento administrativo com mais incidência no ano de 2015.



Procedimentos de controlo prévio

Durante o ano de 2015, Canidelo foi a freguesia com o registo de maior número de pedidos no âmbito do controlo prévio das operações urbanísticas.

Freguesia	Processos
ARCOZELO	60
AVINTES	38
CANELAS	44
CANIDELO	91
GRIJÓ E SERMONDE	58
GULPILHARES E VALADARES	67
MADALENA	54
MAFAMUDE E VILAR DO PARAÍSO	69
OLIVEIRA DO DOURO	41
PEDROSO E SEIXEZELO	63
SANDIM, OLIVAL, LEVER E CRESTUMA	52
SANTA MARINHA E SÃO PEDRO DA AFURADA	71
SÃO FÉLIX DA MARINHA	56
SERZEDO E PEROSINHO	42
VILAR DE ANDORINHO	26

Total 832

Títulos emitidos

O quadro abaixo identifica o tipo de títulos e quantifica as licenças emitidas em 2015 no âmbito dos processos de obras particulares, que se encontravam licenciados ou com obra concluída.

TIPO DE TÍTULOS	Nº
Alvarás de utilização	476
Alvarás de construção e registo de CP	663
Alvarás e alterações de loteamento e obras de urbanização	88
Alvarás de prorrogação de prazo	118
Alvarás de ocupação de espaço público	258

Total 1603



Em relação aos títulos emitidos pelo município, que permitem a transformação física do território, conclui-se que o maior investimento em 2015 incide nas uniões de freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso, Santa Marinha e São Pedro da Afurada.

Freguesias	Tipo de Títulos					Total de Títulos Emitidos por Freguesia
	Utilização	Construção e aditamentos	Loteamentos e alterações / Urbanização	Prorrogação de Prazo	Ocupação de Espaço Publico	
ARCOZELO	29	51	5	9	9	103
AVINTES	25	26	8	8	13	80
CANELAS	21	31	5	2	4	63
CANIDELO	42	64	13	13	19	151
GRIJÓ E SERMONDE	29	56	4	4	5	98
GULPILHARES E VALADARES	41	65	14	10	21	151
MADALENA	30	35	5	8	5	83
MAFAMUDE E VILAR DO PARAÍSO	41	51	7	7	66	172
OLIVEIRA DO DOURO	20	34	3	8	22	87
PEDROSO E SEIXEZELO	54	55	7	10	15	141
SANDIM, OLIVAL, LEVER E CRESTUMA	49	81	1	14	6	151
SANTA MARINHA E SÃO PEDRO DA AFURADA	38	42	3	13	63	159
SÃO FÉLIX DA MARINHA	22	33	7	6	6	74
SERZEDO E PEROSINHO	26	27	4	6	1	64
VILAR DE ANDORINHO	9	12	2		3	26

As operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio e com título emitido são acompanhadas durante a sua execução pelas equipas técnicas que compõem as unidades de gestão e fiscalização urbanística.

A atividade de acompanhamento das referidas obras é auxiliada através de uma ferramenta informática - FISCALGEST, que permite a atribuição da obra ao técnico gestor do processo, que durante o acompanhamento da mesma procede aos registos das visitas, incluindo o registo fotográfico.

Processos de Fiscalização

Reclamações referentes a operações urbanísticas (averiguação da legalidade) e fiscalização das instalações de ascensores e de combustíveis

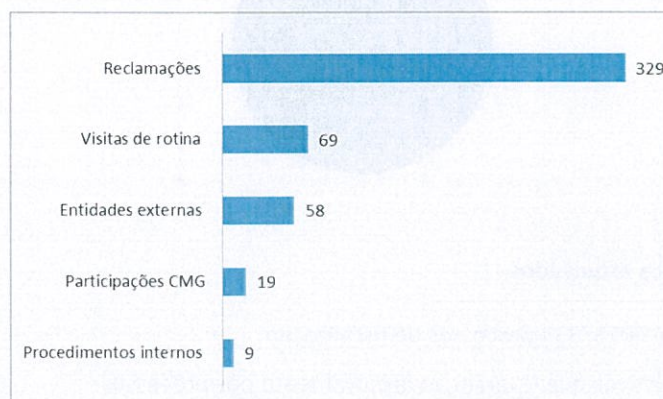
Os requerimentos relativos a reclamações que despoletam a adoção dos procedimentos de fiscalização adequados, dão origem à criação de processos designados no serviço por processo de fiscalização urbanística (FU).

As unidades de gestão e fiscalização urbanística dispõem de um sistema de controlo informático que permite aceder mensalmente a uma listagem com o ponto de situação do procedimento administrativo, no caso dos processos de fiscalização urbanística, de fiscalização de ascensores e de fiscalização de postos e armazenamento de combustíveis. Desta forma é possível acionar os mecanismos com vista ao prosseguimento do processo, tendo em consideração o término dos prazos. No caso dos ascensores é possível também identificar as situações em que aguardamos a emissão do certificado das inspeções.

Origem dos processos de fiscalização

Foram organizados 484 processos de fiscalização em 2015, dos quais 415 são relativos a processos de fiscalização urbanística (FU), 67 a processos de fiscalização de ascensores (FEL) e 2 a processos de fiscalização de instalações de armazenamento de combustíveis derivados do petróleo e postos de abastecimento de combustíveis (PC).

Do total dos 484 processos criados, 9 foram motivados por procedimentos internos, 19 por participações dos Serviços Municipais, 58 por participações de entidades externas, 69 por visitas de rotina e por último, e com maior expressão, 329 por reclamações. O presente gráfico contabiliza os processos por tipo de origem.



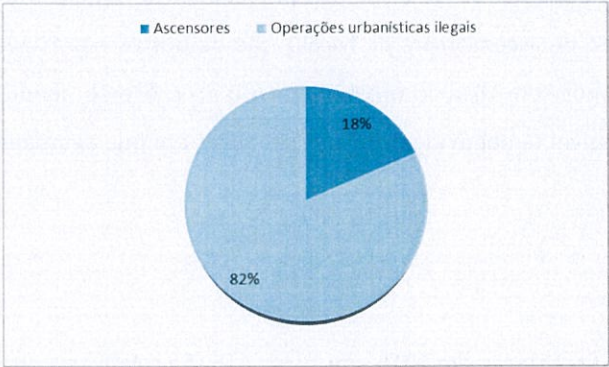
Autos de Notícia, Participações e Autos de Embargo

Nas situações em que são detetadas operações urbanísticas ilegais realizadas sem o respetivo procedimento de controlo prévio, é responsabilidade do serviço agir em conformidade no sentido da reposição da legalidade urbanística.

As reclamações apresentadas pelos munícipes e as ações de fiscalização de rotina assumem um peso considerável na atuação desta Divisão levada a cabo no território.

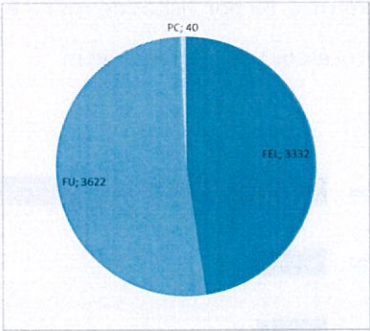


Foram elaborados 83 autos de notícia, 43 participações e 21 autos de embargo. Este gráfico representa o tipo de infração que motivou a realização dos respetivos autos de notícia ou participações.



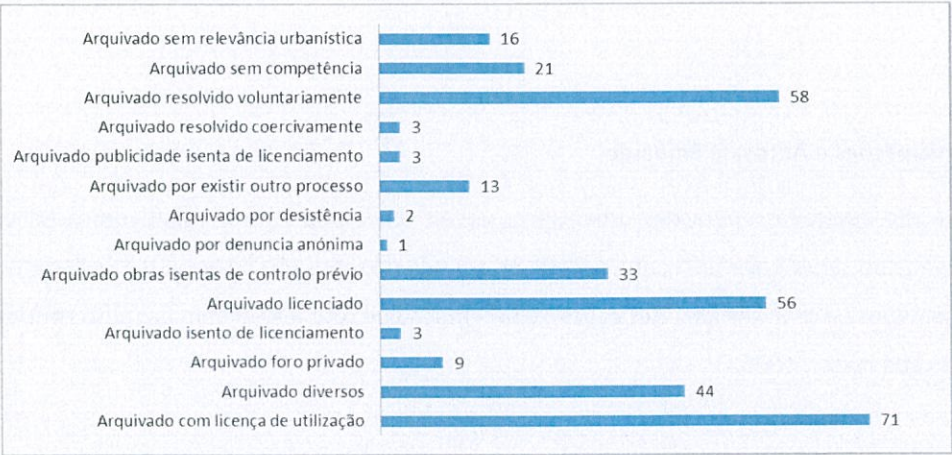
Processos de Fiscalização Ativos

No final de 2015 registaram-se como ativos 3622 processos de fiscalização urbanística (FU), 3332 processos de fiscalização de ascensores (FEL) e 40 processos de fiscalização de combustíveis (PC).



Processos de fiscalização urbanística arquivados

Foram arquivados durante o ano de 2015, 333 processos de fiscalização. O presente gráfico representa os motivos que levaram ao arquivamento dos processos.





Em suma e relativamente ao trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2015, em termos funcionais consolidaram-se as funções das novas unidades na adoção dos procedimentos de fiscalização tendentes à reposição da legalidade urbanística, criando-se alguma versatilidade na equipa face à formação técnica e académica dos colaboradores que a compõem. A fusão da anterior unidade técnica de fiscalização nas novas unidades de gestão e fiscalização urbanística, permitiu alargar e complementar o âmbito de atuação.

Tramitação digital dos processos em 2015

Desde a implementação do projeto NOPAPER, Abril de 2013, concluiu-se que os utilizadores dos nossos serviços aderiram a 100 % à tramitação digital dos referidos procedimentos administrativos, com vantagens claras ao nível:

- Da redução de custos que a apresentação de um processo em papel impunha, pela quantidade cópias solicitadas para a apreciação do processo no âmbito das consultas a entidades externas;
- Da facilidade e rapidez no relacionamento com os serviços da Gaiurb, utilizando a plataforma de entrega e consulta de processo, condicionado ao pedido prévio de adesão aos serviços online, permitindo a consulta da tramitação dos processos nos quais é titular ou técnico autor no âmbito das obras particulares e o envio desse tipo de processos em formato digital;
- Da eficácia e rapidez na construção do processo, utilizando a aplicação denominada “Construtor”. O “Construtor” é uma aplicação idealizada pela Gaiurb no sentido de ajudar os requerentes e técnicos autores na organização dos processos em formato digital, esta mostra ao utilizador quais as peças necessárias, quais os formatos e as regras de instrução, gerando um ficheiro zip que pode ser enviado via web, sem que exista a necessidade de deslocação ao serviço de atendimento da Gaiurb para apresentar o pedido.

DIVISÃO DE PAISAGEM URBANA

DIVISÃO DE GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE DO MUNICÍPIO

MISSÃO

Compete à Divisão de Gestão do Espaço Público e Publicidade (em diante designada por DGEPP), contribuir para a melhoria da paisagem urbana do concelho, promovendo a qualidade do espaço público em todos os seus domínios, com maior relevância nas áreas afetas ao domínio público ou de uso coletivo.

A atividade deste serviço compreende as seguintes áreas de intervenção:

- A gestão da publicidade e da ocupação do espaço público, no âmbito do licenciamento e/ou autorizações, apreciando e emitindo pareceres sobre todos os pedidos, ou comunicações no âmbito do Licenciamento Zero, designadamente de esplanadas e similares, bem assim como a emissão dos dados para liquidação das taxas no âmbito daqueles procedimentos e controlo dos respetivos pagamentos;
- A gestão da utilização do espaço público por quaisquer entidades;
- A regulamentação dos usos de natureza publicitária e de ocupação do espaço público;
- A gestão da sinalética direcional de índole comercial e de identificação da atividade;
- A Gestão do mobiliário urbano instalado no âmbito dos contratos existentes com o município e do mobiliário ou equipamentos urbanos, de privados ou de entidades externas instalados no espaço público;
- A elaboração de estudos reguladores de gestão da publicidade e de defesa da paisagem, nomeadamente no respeitante à ocupação do espaço público, mobiliário urbano e publicidade;
- O desenvolvimento de estudos e ações que visem a promoção da acessibilidade;
- O desenvolvimento de iniciativas com vista à promoção do enquadramento estético do concelho, nomeadamente no que diz respeito à paisagem;
- Desenvolvimento de projetos na área do desenho urbano e do design urbano;
- Aconselhamento técnico;
- Atendimento ao público.



ENQUADRAMENTO

Num contexto inicial de dificuldades e limitações orçamentais, 2015 foi o ano de viragem para o reequilíbrio e o ajustamento de políticas financeiras que se traduziram em sinais positivos para a câmara e em particular para todo o corpo técnico do município, sendo também o ano em que por sua vez, se concluíram e estabilizaram as alterações à sua estrutura orgânica, designadamente ao nível dos seus cargos dirigentes.

Em termos funcionais e do desenvolvimento das competências deste serviço podemos afirmar que foi um ano de **continuidade na mudança**, tendo por objetivo e fio condutor a otimização e sustentabilidade do serviço baseada no rigor e transparência e devidamente enquadrada nas opções estratégicas definidas quer pelo município e pela Direção Municipal do Urbanismo e Ambiente quer ainda pela empresa Gaiurb, por uma gestão equilibrada, inteligente e sustentável.

Neste alinhamento, confrontou-se o serviço ao nível dos recursos humanos, com redução de funcionários na sua equipa técnica o que se refletiu desde logo na necessidade de ajustar procedimentos e elencar prioridades sem diminuir a capacidade de resposta ao exterior e a aspiração a uma prestação de serviço público de excelência.

No contexto acima traçado e decorrente das metas traçadas para o serviço destacamos as ações mais relevantes:

1. Gestão da Publicidade/ Identificação e Utilizações do Espaço Público

No âmbito do licenciamento, autorização/ comunicação e liquidação de taxas dos pedidos de ocupação do espaço público e publicidade enumeramos na área procedimental 4 vetores de intervenção:

- a) Integração no novo procedimento de gestão de documentos, definido pela DMUA com a criação da Unidade de Expediente Geral
- b) Integração do projeto NOPAPER
- c) Criação de ferramentas de monitorização
- d) Utilização da plataforma BALCÃO DO EMPREENDEDOR

No sentido da sua implementação efetuaram-se as seguintes tarefas:

- Adaptação da equipa do serviço a esta lógica de tratamento de documentos, fornecendo adequada formação nesse sentido;
- Atualização dos templates constantes na aplicação SIGMA Publicidade;
- Desenho de fluxos dos diferentes procedimentos com definição dos respetivos prazos para implementação da tramitação digital (tarefa efetuada em articulação com a DTI);
- Conclusão da reorganização das novas classificações (tipificação) das famílias da publicidade e/ou ocupação de espaço público consoante o tipo de suportes e periodicidade das taxas, criando categorias mais específicas, que permitam o posterior desenvolvimento de ferramentas de controlo e gestão mais eficazes, tais como, através do GISMAT a visualização espacial por tipo de suporte e o mapa interativo;

- (NOPAPER) Início da tramitação desmaterializada a 100% de todos os procedimentos geridos neste serviço, sejam eles de origem externa ou criados internamente, sendo que numa fase experimental, procedeu-se apenas à digitalização de processos iniciados em 2015, e em agosto iniciou-se a tramitação digital para a totalidade dos processos;
- Na procura de maior eficiência e qualidade do trabalho (maior rapidez e mais assertividade na georreferenciação) mantiveram-se neste serviço, as consultas às entidades externas e a georreferenciação das pretensões com a respetiva confrontação dos instrumentos de gestão do território;
- Em conformidade com o já efetuado para as licenças anuais em estado de renovação, iniciou-se a emissão dos avisos de pagamentos com entidade e referência (multibanco) para as taxas trimestrais e mensais;
- Iniciou-se a utilização das novas ferramentas de monitorização, desenvolvidas pela DTI para o controlo geral dos fluxos, dos prazos, e da tramitação individual de cada processo;
- Para efeitos da monitorização de pagamentos, foi disponibilizado um Sistema de Informação estatística, onde se pode encontrar entre outros, um resumo dos pagamentos já efetuados e evolução temporal dos mesmos, bem assim como listagens por tipo de licenças e /ou tipo de suporte. Adiante juntamos gráfico sobre a evolução do nº de processos novos registados por mês e tabela com os indicadores sobre a taxa de cumprimento dos prazos definidos pelo serviço, para emissão de pareceres e para o controlo da cobrança das taxas.

Evolução temporal



INDICADORES DE RESULTADO				AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROCESSOS													
Código	Designação	Meta a Alcançar	2014	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	2015	
FLDPA.01	Cumprimento do prazo estabelecido pela empresa.	Meta: 30 Dias Atingir o cumprimento dos prazos definidos num intervalo superior a 90%.	91%	96%	96%	90%	72%	85%	94%	100%	99%	100%	99%	98%	100%	94%	
FLDPA.02	Taxa de Cumprimento do Pagamento das Taxas.	Atingir um nível de cobranças de taxas superior a 90%.	Anuais em renovação	97%	4,6%	28,4%	86,0%	92,3%	93,6%	97,3%	98,3%	98,5%	99,0%	99,1%	99,2%	99,7%	96,7%
		Atingir um nível de cobranças de taxas superior a 90%.	Trimestrais	95%	100%			99%			87%			86%			93%
		Atingir um nível de cobranças de taxas superior a 90%.	Mensais	99%	100%	100%	100%	100%	98%	97%	93%	93%	93%	85%	79%	75%	93%

Observa-se uma pequena diminuição da taxa de cumprimento no que respeita à cobrança das taxas mensais e trimestrais, visível a partir do 2º semestre, a qual tem a sua explicação pela fase experimental de implementação dos novos procedimentos decorrentes da entrada no projeto NOPAPER e da emissão dos avisos de pagamento das licenças trimestrais e mensais de forma repartida por outros serviços, a saber DTI e DGCF.



Utilização da plataforma do Balcão do Empreendedor para a Ocupação do Espaço Público no âmbito do Licenciamento Zero.

- Procedeu-se à identificação dos campos na aplicação SIGMA Publicidade para se poder associar os pedidos que entram pelo BE (Balcão do Empreendedor).
- Desenharam-se os fluxos para os dois procedimentos distintos: Autorização e Mera Comunicação Prévia.
- Em articulação com a DTI, elaborou-se o manual de procedimentos com as respetivas regras de registo.
- Adaptaram-se os templates, para este tipo de procedimentos.
- Procederam-se a diversos contactos com a AMA (Agência para a Modernização Administrativa) no sentido de se solicitar esclarecimentos e testar a plataforma.
- Efetuaram-se reuniões de esclarecimento internas, quer com os técnicos desta divisão quer com o serviço de atendimento e da DTI.
- Efetuou-se proposta de notícia informando os munícipes dos novos procedimentos a publicar no *site* da Gaiurb e do município.
- Está em preparação a implementação de ferramenta que monitorize os processos registados por essa plataforma.

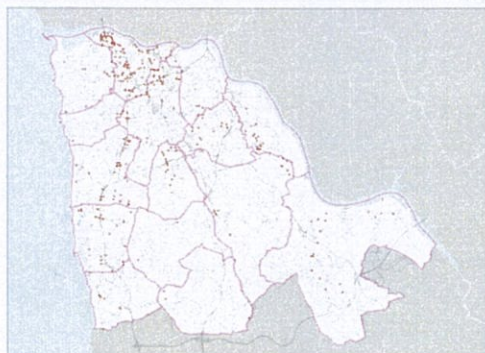
OUTRAS AÇÕES

- Informações no âmbito de processos da Fiscalização Municipal e de Contraordenações.
- Informações no âmbito de processos de atendimento referente a reclamações, esclarecimentos, pedidos de utilizações do espaço público, solicitados por outros serviços do município.
- Monitorização dos **pedidos de isenção ou redução de taxas**, bem assim como dos processos que usufruem dos protocolos vigentes. Adiante apresenta-se tabela comparativa 2014 e 2015

Pedidos de	Nº de	100%	Em análise *	Valores das
Isenção e Protocolos	Processos			isenções
2014	90	86	4	86
2014 Valores €		87.456,12 €		87.456,12 €
2015	99	95	4	95
2015 Valores €		104.405,82 €		104.405,82 €

- Definição de procedimentos e regras para a afixação ou inscrição de mensagens de propaganda política, com publicitação de notícia no site do município e da Gaiurb.
- Gestão de todas as utilizações do espaço público designadamente de eventos em parceria ou não com o Município, efetuando a sua calendarização. Encontra-se em estudo a criação de uma ferramenta informática que possa ser partilhada para melhor gestão dos diferentes pedidos.

- Gestão da sinalética – Aperfeiçoamento do modelo de gestão, atualizando-se a georreferenciação dos suportes e a base de dados e uma melhor articulação com a Divisão de Mobilidade e Transportes.
- Em apreciação proposta para inserção nos postes da câmara, de sinalética de entidades consideradas IPSS e de organismos em que decorre da lei a obrigatoriedade de colocação de sinalização, a exemplo do centro de inspeções (IPO).



Localização geográfica dos 243 postes de sinalética, sujeitos a licenciamento nos termos do artigo 36º do RMDPPOEP

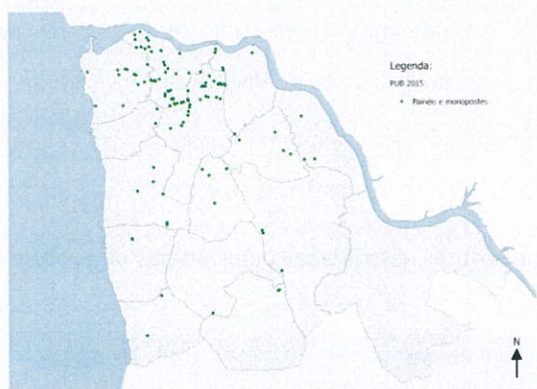
- Atualmente estão licenciadas 318 faces em placas direcionadores, distribuídas pelos 3 tipos de suporte conforme tabela anexa.

Artigo 36º do RMDPPOEP	Postes da CEMUSA	Postes da câmara	Postes colocados por particulares	Nº de Faces
Anual- Hotéis , alínea c)	39	8		52
Anual- alínea a)	13	13	70	103
Mensal- alínea b)	36	7	41	87
Anual - alínea a) - (postes CEMUSA tipo versalles da AEVP)	16			76
Total	104	28	111	318

- **Esplanadas** – Continuação da gestão e monitorização deste tipo de ocupação. Na orla marítima procedeu-se à elaboração de fichas por cada conjunto de esplanadas, com vista à clarificação e identificação do que é espaço público, privado ou de domínio público marítimo, no sentido de se promover um melhor controlo das mesmas bem como da gestão dos espaços exteriores e sobre quem recai a responsabilidade da sua manutenção. Criou-se uma nova categoria para as esplanadas em espaço privado de uso público para monitorização e controle das mesmas.
- **Painéis/monopostes** - Aprovação de critérios municipais adicionais mais objetivos para colocação de painéis publicitários nas áreas de jurisdição das Estradas Nacionais, face à ausência de legislação neste domínio, uma vez

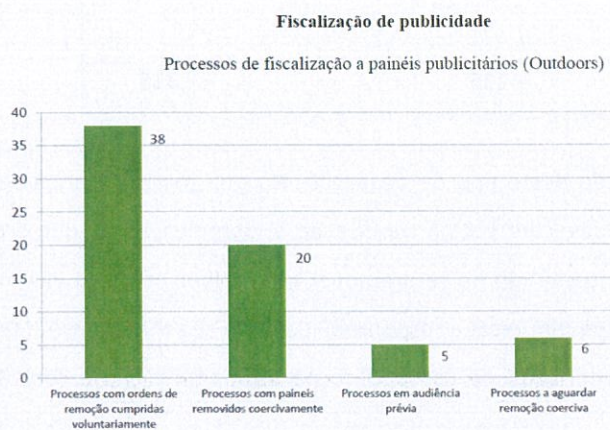
que ainda não foi publicada qualquer portaria nesse sentido de acordo com o previsto no artigo 59º da Lei nº 34/2015 de 27 de abril.

- Criação de fluxos específicos e com prazos muito curtos (linha verde) para o licenciamento de painéis publicitários.
- Continuação do trabalho de aperfeiçoamento nos domínios da Georeferenciação e monitorização dos processos referentes aos painéis publicitários, melhorando-se a base de dados existente e que informa o mapa interativo desenvolvido em conjunto com o Divisão de Tecnologias de Informação e Divisão de Informação Geográfica.



Distribuição espacial dos Painéis e Monopostos deferidos e em estado de renovação em 2015

- No final de dezembro de 2015 podemos afirmar que estavam colocados e licenciados 126, **suportes** deste tipo, aproximadamente mais 11% do que no ano anterior.



Com o propósito de se acabar com a proliferação de painéis ilegais no concelho tem sido melhorada a articulação com o Departamento da Polícia Municipal pelo que juntamos os elementos fornecidos pela Divisão de Fiscalização e Contraordenações sobre a ação naquele domínio.

2. Gestão do Mobiliário Urbano

- **MUPIS JCDecaux** – regularizou-se a permanência do 31 MUPIS colocados no âmbito de contrato já terminado, mantendo-se as faces cedidas ao município para informação institucional.
- **Mobiliário Urbano /CEMUSA**, concluiu-se ainda este ano o plano de investimento até 2017, para colocação do equipamento ainda por instalar, ao abrigo do contrato em vigor para o fornecimento em regime de comodato, instalação, manutenção e concessão de exploração de mobiliário urbano, dando-se continuidade à monitorização da execução do contrato.

Procedeu-se a uma atualização da georreferenciação do mobiliário urbano, no essencial Abrigos e MUPIS que por motivo de obras ou situações específicas, tenha sido deslocado ou removido definitivamente.

Em 2015 colocaram-se 9 MUPIS e estão em fase de análise a colocação de mais 15, já em cumprimento do plano de investimento acordado com a CEMUSA.

Trabalhou-se toda a informação existente, para fornecimento de dados à Divisão de Informação Geográfica da Gaiurb, com o intuito da elaboração de uma ferramenta que permita melhorar a gestão da informação institucional.

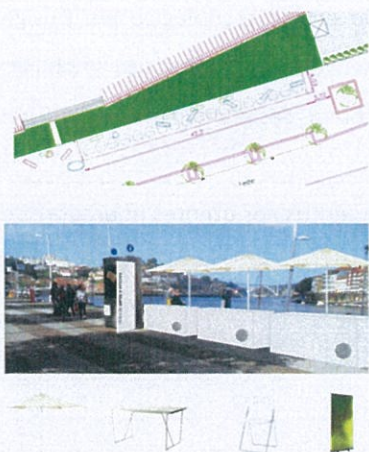
3. Unidade de Projeto e Design Urbano - Áreas de estudo:

(face à diminuição de recursos humanos e às prioridades definidas para o serviço ficaram suspensas algumas atividades nesta área)

- Sistema integrado de comunicação visual urbana
- Dinamização do espaço Público
- Estratégia municipal para o mobiliário urbano
- Sinalética
- Estudos no âmbito da melhoria de acessibilidade no espaço público

Propostas desenvolvidas:

Projeto cruzeiros – Implementação das bancas de venda de bilhetes nos locais indicados, já com a aplicação dos vinis, contemplando os conteúdos de cada empresa.



- Estudo para a instalação da Feira Municipal de Artesanato Qualificado, a ser implementada pelo Departamento de Ação Social e Atividades Económicas do Município, com indicação de mobiliário tipo e determinadas regras de ocupação. A proposta implicou ainda toda a reorganização do mobiliário e equipamento urbano existente.

- Regulação do espaço público, elaboração de estudos para disciplinar a ocupação da via pública por esplanadas ao longo de toda a marginal do centro histórico, Av. Diogo Leite e Av. Ramos Pinto, das zonas da Orla Marítima, Rua Álvares Cabral e de todos os locais onde se considere necessário.
- Estudo para sinalética e identificação das instalações onde funcionam os serviços da educação e ação social a pedido da Direção Municipal para a Inclusão Social (DMIS).
- Elaboração de várias propostas de suportes publicitários ou de identificação com inserção de fotomontagens, para substituição de suportes existentes que contrariam o Regulamento Municipal, ou decorrentes de pedidos quer por parte dos requerentes, quer do próprio município.
- Elaboração de um projeto de sinalética para a zona industrial de S. Félix Marinha.

PROJETO SINALÉTICA ZONA INDUSTRIAL S.FELIX MARINHA



tipologia de suportes



4. Outras ações desenvolvidas

- Acompanhamento de estágios curriculares dos alunos do 12º ano do ensino tecnológico em Design, da Escola Secundária António Sérgio, formação em contexto real de trabalho, desenvolvendo a temática “mobiliário urbano”, participando na elaboração de diferentes projetos para equipamento urbano, designadamente estruturas de apoio a esplanadas, quiosques, totens de informação e outros.

Foram efetuados estudos de casos, registos fotográficos e efetuados inquéritos aos utentes (moradores e turistas), por forma a identificar necessidades dos territórios intervencionados.

b) Formação, Certificação e SIADAP

- Participação em formações, quer externas quer internas, estas últimas sobre as novas ferramentas informáticas de visualização e georreferenciação bem como das aplicações associadas ao projeto NOPAPER. Destacamos a participação da maioria dos colaboradores na formação sobre o RJUE (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação); na formação sobre o novo CPA (Código de Procedimento Administrativo); nas conferências sobre Reabilitação Urbana; na Palestra sob o tema: Fúria de Vencer (Motivação e Liderança); no Fórum sobre segurança e Saúde no Trabalho e no curso de suporte básico de vida.
- Contribuição para o processo de Certificação do Sistema de Gestão de Qualidade da Gaiurb, tais como no cumprimento das metas estabelecidas para o serviço bem como no fornecimento de dados e na medição rigorosa dos indicadores de resultados e no plano de ações corretivas e preventivas com sugestões de melhoria.
- Continuação da Implementação do SIADAP, quer ao nível das ferramentas informáticas para a medição dos indicadores quer na sensibilização e participação de todos os intervenientes no processo de avaliação, nomeadamente na planificação do trabalho e definição e/ou reformulação dos objetivos face às alterações da equipa de trabalho.

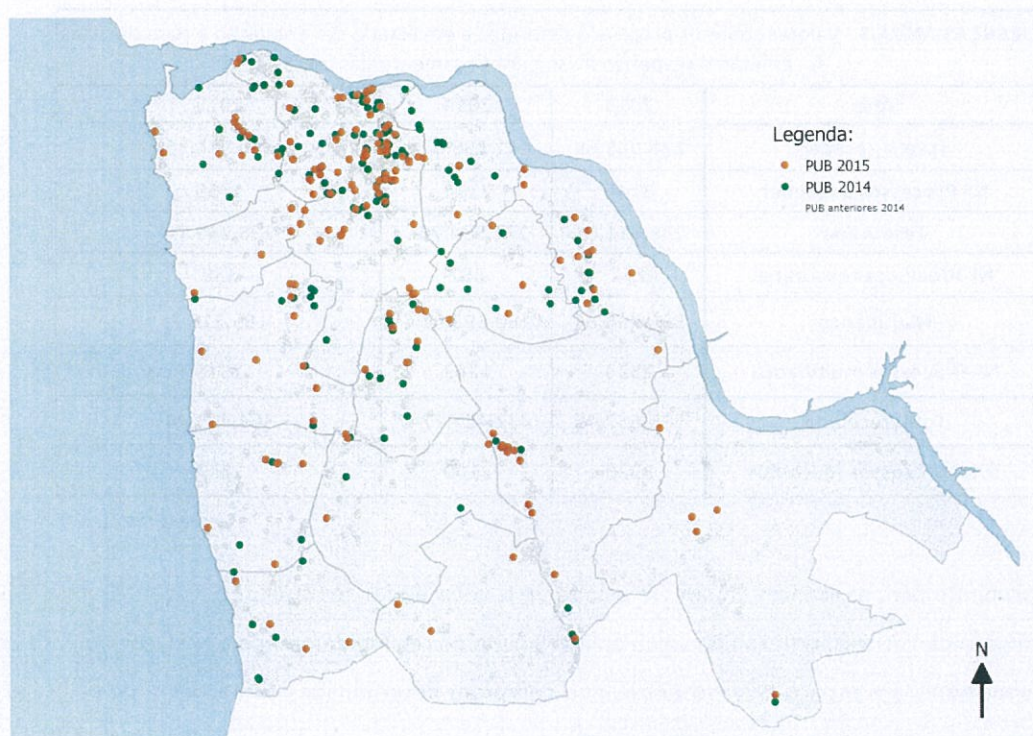
5. O ANO EM NÚMEROS E ESTATÍSTICAS

LICENÇAS ANUAIS - Valores sobre os processos deferidos e em estado de renovação e para os quais foi emitido o respetivo aviso para pagamento das taxas.			
Ano	2013	2014	2015
Total a receber	628.955,68	441.356.37 €	366.574,35
Nº Processos a receber	3744	2134	1859
Tesouraria	238.811,61	271.534.76€	195.249,74
Nº Processos tesouraria	797	857	538
Multibanco	351.855,84	160.893.01 €	169.215,7
Nº Processos multibanco	2523	1243	1315
Total recebido	585.667,45	432.427.77 €	364.465,44
Total processos recebidos	3320	2100	1853

O índice de cumprimento para as licenças anuais em estado de renovação foi de 99,7%. Contudo, continua a observar-se um decréscimo do número de licenças, reflexo não só da aplicabilidade do regime designado por Licenciamento Zero, que isenta as mensagens publicitárias em espaço privado desde que cumpram determinadas condições, mas também à retração da atividade económica local, que infelizmente ainda é visível.

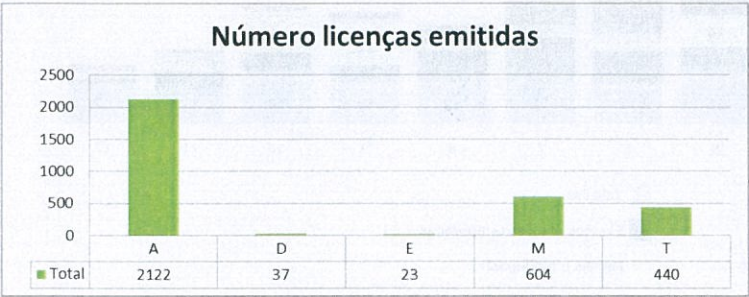
Dados gerais sobre a atividade do serviço	2013	2014	2015
Nº de processos registados	391	395	422
Nº de requerimentos registados	1991	1931	1361
Nº de pareceres técnicos		2161	1707
Nº de notificações processadas	2140	1813	1889
Quantidade de processos arquivados	438	564	388
Nº de licenças de publicidade	4202	3103	3226
Nº de certidões de dívida emitidas	247	144	72
Valor recebido das licenças de publicidade	1.162.958,96€	965.960,59 €	1.228.474,00
Valor recebido das licenças de Ocupação do Espaço Público	45.256,47€	56219,47 €	77.634,00
Valor das taxas de apreciação	1.536,80€	1977,46 €	1.258,00
Total dos valores recebidos	1.213.480,15€	1.024.157,52 €	1.307.366,00 €

Relativamente aos pagamentos totais recebidos, verifica-se que o valor das receitas aumentou mais de 11% relativamente ao ano anterior, e que tem a sua explicação quer pelo esforço de cobrança das dívidas quer pelo aumento das licenças trimestrais de publicidade exterior, tipo painéis e/ou *outdoors*, que compensou a diminuição de licenças decorrentes do Licenciamento Zero.



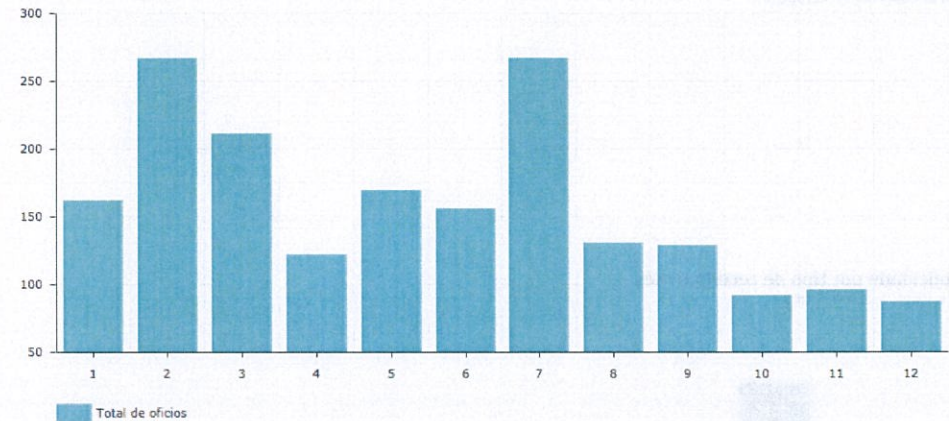


Distribuição geográfica dos processos de publicidade e Ocupação do Espaço Público, deferidos e em estado de renovação, sendo visível a maior proliferação de pedidos nos locais onde se concentra maior densidade populacional e/ou onde existe maior atividade comercial.

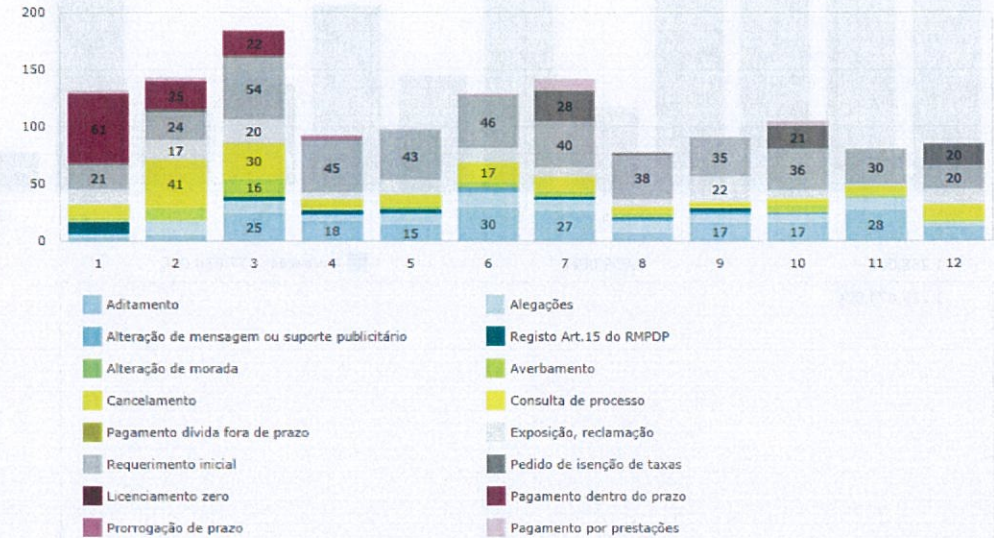


- A) Anuais
- D) Diárias
- E) Temporárias
- M) Mensais
- T) Trimestrais

Ofícios produzidos
Total de 1889 ofícios

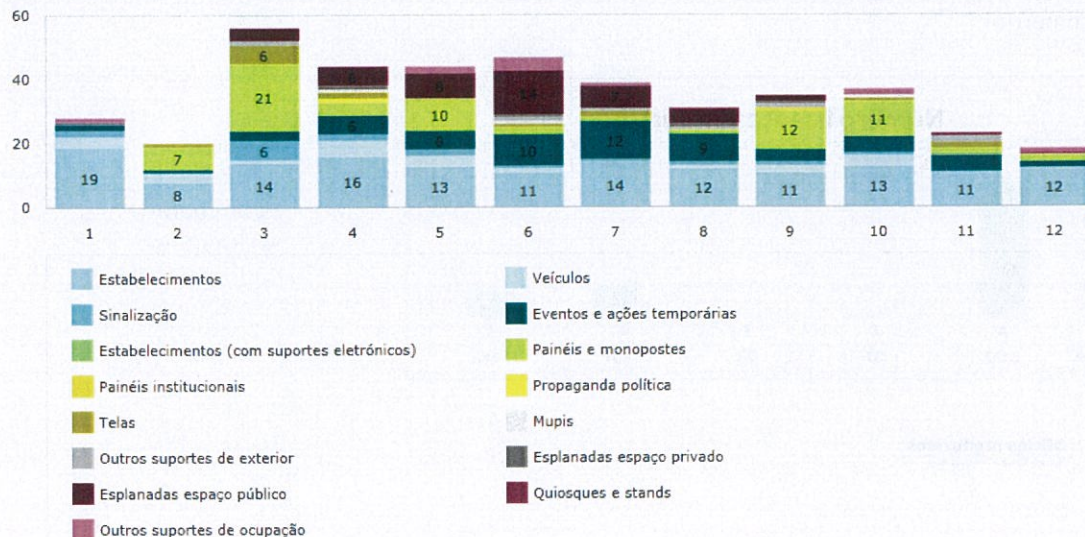


Requerimentos registados por mês e tipo
Total de 1361 requerimentos registados



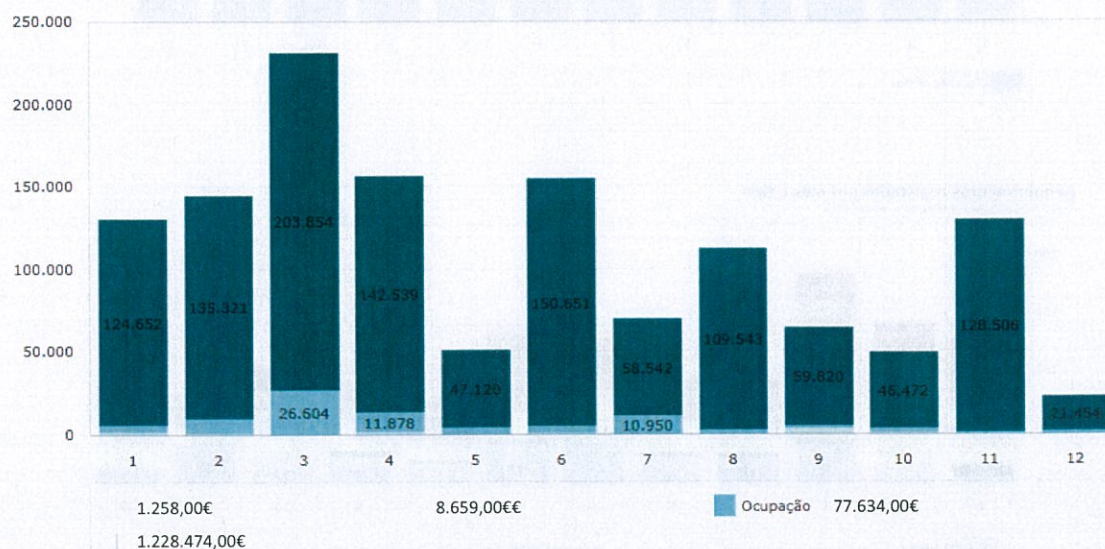
Novos processos registados por mês e por tipo

Total de 422 novos processos



Receitas de publicidade por tipo de receita e mês

Montante recebido no ano: 1.316.025,00 €





DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO E OBRAS

UNIDADE DE AÇÃO SOCIAL

A Unidade de Ação Social encontra-se na dependência orgânica do Departamento de Habitação e no âmbito das suas competências assume uma política de intervenção de proximidade e de planeamento estratégico atuando com maior incidência junto das famílias que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, preocupando-se com a valorização da qualidade de vida e o bem-estar das famílias residentes nas habitações sob sua gestão, atendendo à especificidade das suas necessidades no que respeita à educação, ao emprego, à saúde, ao ambiente, à cultura e às relações de vizinhança.

A política social de habitação vai muito para além da mera atribuição de fogos, pois a entrega de uma habitação não esgota a responsabilidade do ente público, considerando a necessidade de percorrer um longo caminho conjuntamente com os munícipes na sua adaptação a uma nova realidade, consubstanciada no desenvolvimento das suas competências pessoais e sociais em articulação, não só com os Gabinetes de Ação Social instalados em cada um dos empreendimentos, mas também na *interação participativa com a rede social do concelho*.

Integra a Unidade de Ação Social

- I. Os **GABINETES DE APOIO SOCIAL** distribuídos por 28 empreendimentos sociais - o que permite um trabalho de proximidade e retaguarda indispensável para minimizar as necessidades emergentes, mediar os conflitos sociais e impedir também a sua degradação, potenciando, assim, respostas mais eficazes e adaptadas a cada indivíduo e/ou agregado.
- II. E o **GABINETE DE ORIENTAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL** (GO.ES) que foi criado pelo Município de Vila Nova de Gaia, para, através da Gaiurb, dar apoio, aconselhamento e orientação aos munícipes com dificuldades financeiras e/ou problemas de sobreendividamento.

Eixos de intervenção do GO.ES:

- **Consumo:** A Gaiurb dispõe de um protocolo de colaboração com a DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor nas valências:
 - **APOIO AO CONSUMIDOR** - através do qual presta informação e apoio presencial e gratuito em matéria de Consumo e de Sobreendividamento. Para o efeito, os consumidores poderão solicitar o agendamento de uma consulta presencial pelos técnicos da DECO junto dos serviços do GO.ES. Foram realizados 43 atendimentos presenciais de apoio jurídico, quer a nível informativo, quer para início de mediações com vista a dirimir conflitos de consumo com as entidades reclamadas (Os assuntos mais reclamados em matéria de consumo foram as Telecomunicações, os Serviços de Interesse Geral -Eletricidade, Gás, Água - e a Compra e Venda no geral).



- **APOIO AO SOBRE-ENDIVIDADO** - Este serviço permitiu a informação e aconselhamento aos consumidores, o apoio na renegociação dos encargos/créditos, quando possível, e a orientação para respostas como o apoio social ou a insolvência, quando a mediação extrajudicial não se afigurou possível.

Para apoio personalizado ao consumidor, foram realizadas consultas presenciais no GOES, não obstante todo o trabalho de gestão de processos realizado à distância. Comparativamente ao ano transato registou-se um aumento do número de consultas de acompanhamento a consumidores em situação de sobre-endividamento (de 59, em 2014, para 109 em 2015).

- **INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO DO CONSUMIDOR** – tendo como objetivos principais o esclarecimento de dúvidas, a resolução de questões práticas e uma oportunidade de aproximação aos consumidores em geral. Foram realizadas pelos técnicos da DECO 21 sessões informativas no concelho de Vila Nova de Gaia (2 sessões em contexto escolar; 13 sessões informativas nos empreendimentos sociais; 3 sessões dirigidas à população de Vila Nova de Gaia, especialmente, consumidores em situação de vulnerabilidade social e económica; 3 sessões informativas dirigidas a técnicos de ação social).

→ **Emprego e formação:** análise personalizada dos perfis de competências/ habilitações dos munícipes orientando-os para cursos de formação profissional, empresas de trabalho temporário, ofertas de emprego e serviços locais da área (GIP's e IEFP).

→ **Apoio Social:** apoio, aconselhamento e orientação às famílias em situação de carência económica mediante uma estreita articulação com as instituições da rede social do concelho, promovendo o acesso a apoios económicos, bens alimentares, e outros que se revelem necessários para minimizar as dificuldades dos munícipes; realização de consultas de psicologia e respetivo acompanhamento.

→ **Habitação:** oferta de uma resposta habitacional alternativa ao mercado normal de arrendamento, através da dinamização do Programa Arco-Íris 2.ª geração.

A metodologia de trabalho adotada pelo Núcleo de Ação Social é a Intervenção Comunitária que visa a promoção da inserção social e profissional da população recorrendo a metodologias participativas através de abordagens territoriais integradas.

O seu Plano de Atividades traduz-se em 4 Eixos de Intervenção, a saber:

→ **Atendimento** – O horário de atendimento está devidamente afixado e em sítio visível e divulgado no site da Gaiurb habitação.

Atendimento ao público: Realizado nos Gabinetes de Apoio Social (GAS) dos empreendimentos sociais - aberto para que qualquer munícipe (incluindo o inquilino) que necessite dos serviços da empresa apresente o seu problema e tenha o devido encaminhamento;

Os pedidos são registados na base de dados do SIGA e origina um relatório de atendimento com sinalização da pretensão (pedido de habitação; revisão de renda; pedido de inclusão; pedido de troca ou permuta de habitação; obras e reparações...).

→ **Gestão Sócio – Habitacional** - Os Técnicos de Apoio Social (TAS) são responsáveis pela gestão corrente dos empreendimentos e de fazer cumprir o Regulamento Municipal para o Arrendamento Social.

Informam, ou em relatório de atendimento ou APS, sobre os problemas existentes normalmente relacionados com as seguintes problemáticas: carência económica, gestão desadequada de recursos económicos, adaptação ao novo espaço habitacional/cuidados de higiene e limpeza da habitação, relacionamento entre os vizinhos, fruição das zonas comuns e incumprimentos relacionados com os deveres dos arrendatários.

→ **Intervenção e Acompanhamento Social** - Trabalho Sistemático com as Famílias - o acompanhamento dessas famílias é feito através da Intervenção e Acompanhamento Social.

→ **Desenvolvimento de Dinâmicas Comunitárias – Projeto “Gaia + Social”** – foi apresentado um plano anual de intervenção e desenvolvidas as seguintes atividades:

MÊS (Data)	EMPREENHIMENTOS	ACTIVIDADE / Nº BENEFICIÁRIOS	RECURSOS: (humanos, materiais, financeiros)
Janeiro	General Ramalho Eanes, Boa Nova e Penedo; Ruy de Carvalho; Bela Vista; Grijó e Francisco Pinto Balsemão; Cavaco; Tabosa e Prof. Carlos Mota Pinto; D. Armindo Lopes coelho e Adelino Amaro da Costa; Sandim; Balteiro e Vila D’Este; Coronel Pinto Simões, Cova da Loba, Dr Barbosa de Melo, Manuel Pacheco Miranda; Dr Mota Amaral; Rosa Mota e P.e Américo, Dr. Mário Call Brandão; Perosinho; D. António Ferreira Gomes e Eusébio S. Ferreira; Alberto Martins Andrade.	(dia 9) “BAILE DE REIS” – Salão Nobre dos Bombeiros Voluntários de Valadares para cerca de 120 pessoas dos empreendimentos (*) Com animação do “Dário” e um lanche com Bolo-Rei e Pão-de- Ló	Transporte do município autocarro de 50 e 28 lugares; das juntas freguesia de Arcozelo, de Olival, de Sermonde e da Madalena.
Março 2 a 6	Armindo Lopes Coelho e Arnelas (Olival) Tabosa e Prof. Carlos Mota Pinto (Pedroso) Sandim e Lever / Dr. Mário Cal Brandão (Avintes) /Monte Grande; Balteiro e Vila D’Este (Vilar Andorinho) - no Salão Nobre da Junta Freguesia de Crestuma S. Félix da Marinha/Rosa Mota e Padre Américo (Canelas) /Cancela e Francisco P. Balsemão (Sermonde) / Grijó/ Mota Amaral (Arcozelo) /General Ramalho Eanes, Boa Nova e Penedo (Valadares) /Perosinho/Eusébio da Silva Ferreira e D. António Ferreira Gomes (Serzedo) – no Auditório do Parque Tecnológico de S. Félix da Marinha Bela Vista (Madalena) /Manuel Pacheco Miranda; Coronel Pinto Simões; Barbosa de Melo e Cova da Loba II (Canidelo) /Cavaco (Afurada) /D. Manuel Clemente (S. Marinha) Ruy de Carvalho (V. Paraíso) /D. Manuel Martins (O. Douro) – no Salão Nobre da Junta Freguesia S. Pedro da Afurada.	SEMANA DA MULHER – sinalização da comemoração do Dia Internacional da Mulher, com as seguintes actividades: 1 - Workshops temáticos: - a felicidade - Violência Doméstica – pelo Núcleo Investigação e Apoio a Vitimas Especificas e UMAR - Yoga do riso (encerramento). 2- Baile (inclui musica ao vivo, lanche, café, bebida) Total: 345	Transporte do município + aluguer de autocarros parcerias



Março 14 e 19	D. Manuel Martins (O. Douro)	(14) - Projeto de pintura urbana – reabilitação do polidesportivo - Programa: jogo de futsal entre a Equipa de Futsal do empreendimento e a Associação Desportiva Modicus / convite às empresas que patrocinaram o projeto de reabilitação. - Encerramento dos dois cursos EFA, de Logística e pintura de construção civil – com uma visita à empresa Luís Simões de GAIA no seguimento do curso de logística	Patrocínio de empresas com tintas. Parceria com GIP/IEFP e Junta Freguesia
Março	Eusébio da Silva Ferreira (Serzedo)	GAS local e Unidade de Saúde Pública do ACES's – aplicação de um Inquérito para Diagnóstico de Saúde Mental e Social aos Moradores do Empreendimento, para tratamento de dados, caracterização Sócio, Económica, Social e Simbólica. - Workshop sobre doenças sexualmente transmissíveis dirigido a 14 mulheres; - Rastreio de VIH com colaboração da unidade móvel do CAD – Centro de Acolhimento e Detecção do VIH – 36 pessoas (entrevista com aconselhamento pré-teste; realização de teste rápido VIH; aconselhamento pós-teste com entrega de resultado. Disponibilizado apoio psicológico e encaminhamento para consulta médica quando necessário;	Colaboração ACES – Unidade Saúde Pública e outros parceiros na área da Saúde
Abril 8 a 29	-Pedroso (Mota Pinto) / Canidelo – salão nobre da junta de freguesia/Arnelas (GAS local) /Olival – D. Armindo Lopes Coelho (GAS local) -General Ramalho Eanes (Valadares) /Empreendimentos de Sermonde e Grijó (Junta de Freguesia) / Alberto Martins Andrade (S. Félix da Marinha) - Quinta Monte Grande, junto ao GAS (Vilar de Andorinho) / D. Manuel Martins (O.do Douro) -Sandim; Lever; Avintes; Tabosa; V. Paraíso; Madalena; Afurada, Sta. Marinha; S. Félix da Marinha; Arcozelo, Canelas e Serzedo.	Comemoração do DIA MUNDIAL DA SAÚDE (7 de Abril) - Rastreio à cavidade oral pela Dental SML, Clínica Médica, Lda. seguida de uma ação de sensibilização pelo Presidente da ASADOCORAL. - Rastreios gerais de saúde realizado pela unidade móvel Escola Superior de Tecnologias da Saúde do Porto. - Colheita de sangue - Instituto Português do Sangue e da Transplantação. - Rastreios a cancro cavidade oral, com a Liga Portuguesa do Cancro e pela Ass. Portuguesa da Medicina Dentária Hospitalar.	Transporte do município parcerias

Abril	Balteiro (Vilar de Andorinho)	Comemoração do MÊS DA PREVENÇÃO CONTRA DOS MAUS TRATOS DA INFÂNCIA - Colocação de um laço azul nas janelas das habitações; Elaboração de um laço azul em fita de cetim para ser usado como alfinete de peito, para oferecer aos moradores; Afixação de cartaz e panfleto sobre a parentalidade positiva; Criação de um laço azul através de estampagem com as mãos das crianças em papel de cenário para futura afixação na sala de espera do GAS local; Realização do origami cocas no qual estará representado alguns dos direitos das crianças; Realização da Hora do Conto, onde será apresentado a história "Uma Aventura na Terra dos Direitos" de Paula Guimarães; Aula de Zumba na Associação Recreativa e Desportiva "Clube Balteiro Jovem".	Parcerias – rede social
Maio 2 a 30	Cal Brandão (Avintes) Empreendimentos sociais D. Manuel Martins (O. Douro) Padre Américo (Canelas) Eusébio da Silva Ferreira (Serzedo)	(2) DIA MUNDIAL DA DANÇA - Sarau Dançante promovido pela AZES - Associação Zeladora do Empreendimento Social de Avintes e o Gabinete de Apoio Social - decorreu na ACMA - Associação Cultural e Musical de Avintes. – (200 pessoas) (19) – Ação sensibilização – prevenção e tratamento da pediculose, dirigido a 12 famílias (18) DIA INTERNACIONAL DOS MUSEUS visita aos museus: Militar do Porto, Museu Vinhos do Porto; Museu Sandeman e Solar Condes de Resende. (26) DIA EUROPEU DO VIZINHO actividades lúdicas no Cantinho das Aromáticas (Canidelo) em parceria com o Instituto Piaget em que os alunos que vão promover jogos tradicionais e dança e a realização de um piquenique partilhado - DIA DA FAMÍLIA almoço comunitário com partilha de refeições entre as famílias no empreendimento D. Manuel Martins Aula de zumba, com 20 participantes (29) Sessão educação para a saúde – “prevenção de acidentes com crianças”	Transporte do município e juntas de freguesia Parceria com CDLS+ Parcerias ACES Espinho/Gaia

Junho 1 a 24	Eusébio da Silva Ferreira (Serzedo) Cal Brandão (Avintes) Alberto Martins Andrade (S. Félix da Marinha) General Ramalho Eanes (Valadares)	(1) DIA DA CRIANÇA brincadeiras com as crianças e pinturas faciais. (5) - Baile sénior na sede da AZES; (20)- peça de teatro intitulada "Uma Aventura na Terra dos Direitos" para 60 crianças e adultos (12 a 14) FESTAS EM HONRA DE SANTO ANTÓNIO E O ARRAIAL DE S. JOÃO com grupos musicais. (23 e 24) - festas sanjoaninas com atuação de 2 grupos musicais e decoração alusiva ao evento.	Escola Profissional do Infante, alunos do curso de animação socio cultural AZES/ Teatro Mérito Avintense Apoio a Comissão de Festas de Santo António da Quinta do Facas e Comissão de festas do empreendimento General Ramalho Eanes
Junho 5 a 29 Julho 3	Todos empreendimentos sociais	Realização da campanha Informativa "Energia Fantasma" - visa informar e sensibilizar os consumidores sobre os consumos stand-by/off-mode e outros desperdícios de energia nas casas – 120 participantes	Promovida pela DECO
Julho 1 a 30	(1 a 20) Bela Vista (Madalena), General Ramalho Eanes (Valadares), Dr. Mota Amaral (Freguesia de Arcozelo) e Ruy de Carvalho (Freguesia de Vilar do Paraíso) Padre Américo e Rosa Mota - Canelas Coronel Pinto Simões (Canidelo) e Cavaco (Afurada) Alberto Martins de Andrade – S. Félix Marinha Pedroso, Olival, Sandim e Lever D. António Ferreira Gomes, Eusébio Silva Ferreira e Perosinho (União de Freguesias de Serzedo e Perosinho) e Dr. Mota Amaral (Arcozelo) Cal Brandão (Avintes) Monte Grande e Vila D'Este	ATIVIDADES DE VERÃO: (1 a 20) - Torneio Futebol, Aula de Zumba, Ténis de Mesa e Taekwondo, jogos tradicionais, sessão cinema, atelier de culinária – (56 crianças) (3 a 15) - Sessões de culinária, desporto/Jogos Tradicionais, artes plásticas, aula de zumba (10 a 24) - Sessão cinema, artes plásticas, zumba e culinária (13/17) -M&M: Menores em Movimento:- Praia; atividades lúdico pedagógico; Visita aos B. V. de Esmoriz e piquenique no Parque do Buçaquinho (13/14)- Visita ao Sealife e Museu do FCP - 25 crianças dos 6 aos 12 anos (17 a 24) - Torneio de Futebol, Jogos Tradicionais, Aula de Surf na praia da madalena, Golf em miramar Semana "Nós e os afetos" – yoga para 30 crianças Aulas de fitness, - todas quintas- feiras	Parceria Junta Freguesia S. Félix Marinha Programa Escolhas 5ª- Escolhe Vilar

Agosto 3 a 21	Balteiro (Vilar Andorinho) / Monte Grande e Vila D'Este/ Call Brandão (Avintes) / empreendimentos de Canelas/ Arnelas/ Bela Vista (Madalena), General Ramalho Eanes (Valadares), Dr. Mota Amaral (Freguesia de Arcozelo) e Ruy de Carvalho (Freguesia de Vilar do Paraíso)	ATIVIDADES VERÃO: – Pintura do mural da amizade no Balteiro/sessão fotográfica para toda população do Balteiro/ workshops de culinária/ sessão cinema/ hora do conto/ yoga para pais e filhos/ginástica/aula de taekwondo/ golf/circuito de prevenção rodoviária com bicicletas e carrinhos a pedais/baile de verão em Canelas/sunset party em Vila D'Este com fitness e zumba; piquenique de verão /jogo futebol amigável entre Assoc. Balteiro Jovem x Escolhe Vilar do programa Escolhas 5ª G. (6 aos 8 anos) /futebol feminino casadas x solteiras do Balteiro/	parcerias
Agosto 22 /29 Setembro 5/12	Empreendimentos sociais e as coletividades desportivas que aderiram ao evento	TORNEIO FUTEBOL DE RUA - 176 Crianças dos 6 aos 10 anos de idade Parque Cívico de Sandim/Parque estacionamento do ELA/Centro Cívico da Afurada/Praça Atlântico ao El Corte Inglés.	Transporte do município e juntas de freguesia/ aluguer de transporte/ parcerias
Setembro 2 e 18	D. António Ferreira Gomes /Eusébio Silva Ferreira (Serzedo) / Perosinho (Perosinho) / Dr. Mota Amaral (Arcozelo). Empreendimento Social D. Manuel Martins em Oliveira do Douro	Visita ao Parque Temático "Martataka" III Festa de Verão em O. Douro – grupo musical.(21h00às 24h00)	Transporte do município Junta freguesia O. Douro
Outubro 2 a 30	Todos empreendimentos Padre Américo (Canelas)	(9)- Visita Santuário Fátima - 256 adultos (16/17)- Realização de uma campanha de recolha de bens essenciais - Armazenamento dos produtos para distribuição às famílias sinalizadas (1139 produtos doados no valor de € 1.103,27; (16 e 30)- Comemoração do mês do idoso Deslocação da população idosa (23 pessoas) para participar nas atividades organizadas pela PSP – Divisão de V. N. Gaia no convento Corpus Christi "Fado" "Baile/Magusto/ (28)- Festa do Halloween - convívio com a população alusivo ao tema (participação de 20 moradores) (24)- Sessão de Educação para a	

	General Ramalho Eanes (Valadares) Cal Brandão- Avintes/Ferreira Gomes e Perosinho/Tabosa/Bela Vista/Ruy de Carvalho/General Ramalho Eanes/Boa Nova/Afurada/Canelas/ Canidelo/S. Félix Marinha e Arcozelo	Sexualidade- 2 sessão de informação e sensibilização sobre sexualidade - 16 menores (9 –13 anos) Magustos: dirigido toda a população (7) Cal Brandão- Avintes (20h-23h30) (9) Ferreira Gomes (Serzedo) em conjunto com empreendimento de Perosinho (colaboração Junta Freguesia) (10)Convívio no Tabosa (11) Convívio inter empreendimentos : Bela Vista/Ruy de Carvalho/General Ramalho Eanes/Boa Nova – nos Bombeiros Voluntários de Valadares (70 pessoas) (11) Convívio inter empreendimentos: Afurada/Canelas/ Canidelo/ Complexo Recreativo e Cultural Zé da Micha, na Beira Rio. (12) magusto no S. Félix Marinha com deslocação de moradores do empreendimento de Arcozelo (colaboração Junta Freguesia)	
Novembro 28	20 empreendimentos -	Início 10. Edição do PROJETO DIVERTIR COM O SABER para o ano letivo 2015-2016. Abertura de 20 salas com 199 crianças a frequentar o pré-escolar (crianças com 5 anos), o 1.º e 2.º ciclo do ensino básico.	Professores contratados: 9
Dezembro 7 a 29	Monte Grande e Vila D'Este Padre Américo e Rosa Mota (Canelas) /Perosinho / Eusébio Silva Ferreira e D. António Ferreira Gomes (Serzedo) Alberto Martins de Andrade (S. Félix Marinha) e Mota Amaral (Arcozelo) Bela Vista (Madalena) Perosinho D. Manuel Clemente (Santa Marinha)/ Afurada e empreendimentos de Canidelo	- Ida circo – crianças da Quinta Monte Grande e Vila D'Este que frequentam projeto "Divertir com o saber" (15)- Visita ao Presépio de Natal em movimento em Santa Maria da Feira- 40 adultos, jovens e crianças. (18)-Visita ao parque temático de natal – Perlím com 35 crianças dos 6 aos 12 anos. (21) - Festa de Natal – Moradoras da Bela Vista organizaram uma festa para 45 crianças com idades até aos 12 anos – prendas, lanche e animação. - Projeto " Sonhos Azuis" do Departamento de Serviços Educativos do Museu do Futebol Clube do Porto - dinamizadas por 4 educadores, para todas as crianças dos 2 aos 16 anos. (28) - Visita ao Museu F.C.P. no âmbito do projeto "Sonhos Azuis" 40 crianças e jovens	

	Empreendimentos de Canidelo Padre Américo (Canelas) Pedroso, Olival, Sandim e Lever	(21/29) - Sessão de prevenção rodoviária e cinema para 25 crianças até aos 10 anos) / e sessão de cinema no Arrábida shopping para 23 crianças dos 6 aos 12 anos- promovida pela PSP de Canidelo. -Sessão de culinária alusiva ao Natal pelas crianças e os jovens, partilhado num lanche com população residente (21)Visita ao parque temático Martataka com 33 crianças	
--	--	--	--

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR RELEVANTE

Durante o mês de Agosto e Setembro o Exmo. Sr. Presidente da Câmara fez visitas técnicas aos empreendimentos de Adelino Amaro da Costa e D. Armindo Lopes Coelho (Olival), Bela Vista (Madalena) e Dr. Barbosa Melo /Cor. Pinto Simões (Canidelo) Cavaco (Afurada) D. Manuel Clemente (S. Marinha), Balteiro e Quinta Monte Grande e Vila D. Este (V. Andorinho) no âmbito de pequenas melhorias a realizar em todos os empreendimentos.

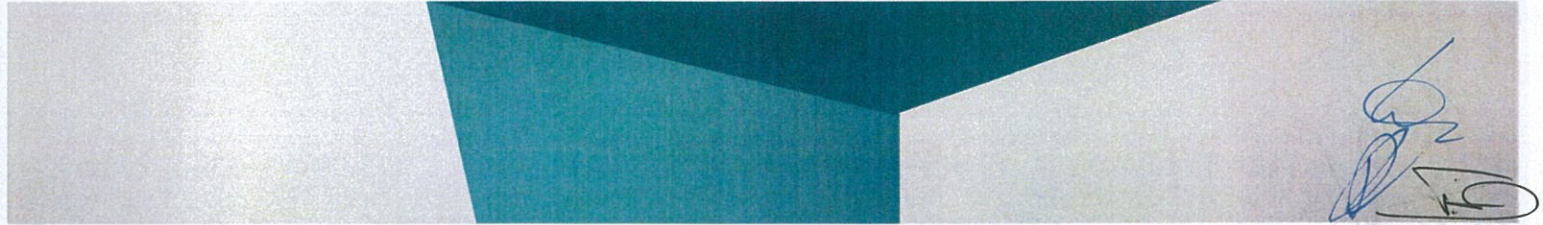
A nível das sinergias institucionais:

- No mês de Março - A Gaiurb e a UMR e a Associação P'ra Ti, assinaram um protocolo de colaboração a fim de se dar uma resposta social à necessidade de proteção e acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica. Nesse sentido, a Gaiurb cedeu à UMR três habitações sociais que ficarão sob gestão da UMR para **ACOLHIMENTO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**. O presente Protocolo e a cedência das habitações vigorarão pelo período de 2 anos, sendo sucessivamente renovado, por igual período de tempo. Os primeiros meses, após a celebração do protocolo, serviram para dotar as habitações com todas as infraestruturas necessárias, colocação de contadores de água, luz e gás, bem como para mobiliar um dos apartamentos de tipologia 4. Desde Novembro de 2015, que o apartamento de tipologia 4 está a ser ocupado por dois agregados familiares: titular de 34 anos e dois filhos, menino de 10 anos e menina de 5 anos; titular de 34 anos e três filhos, meninos de 15, 11 e 4 anos.
- No mês de Outubro foi realizada a assinatura do protocolo tripartido: Câmara Municipal, Gaiurb e Instituto Superior Serviço Social do Porto para a implementação do **PLANO GERONTOLÓGICO CONCELHIO** – com cedência de um espaço e equipamento da Gaiurb (em Virgílio Ferreira) para que 30 alunos do ISSSP trabalhem o Plano Gerontológico: Assente num diagnóstico social centrado nas pessoas idosas do concelho, com vista à deteção de problemas sociais que as atingem e à definição de estratégias de intervenção que favoreçam e promovam um envelhecimento digno, ativo e com qualidade. Ações iniciadas em 2015: -Sensibilização dos parceiros para o projeto (o que implica a multiplicação de reuniões com parceiros, tais como: a rede social, as juntas de freguesia, centros de saúde, entidades policiais...);Preparação teórica e metodológica dos estudantes de licenciatura e mestrado em gerontologia social que participarão neste estudo; Reuniões e visitas e outras autarquias que tenham já desenvolvido planos gerontológicos no seu concelho; Construção de um instrumento de recolha de dados



dirigido às pessoas idosas do concelho, a ser aplicado na sequência da definição de uma amostra; Definição da amostra sobre a qual o estudo irá versar e Início do processo de recolha de dados.

- Participação da Gaiurb no seminário Protocolos de RSI “10 anos contexto e realidade” com a comunicação “Estratégias de Parceria – Reflexões” pelo Sr. Administrador Dr. Israel Oliveira.
- No mês de Novembro foram realizadas sessões de apresentação à UAS de programas e projetos dos parceiros : - 1) pelo Centro de Emprego de Vila Nova de Gaia das formações existentes e como encaminhar formandos e/ou desempregados / 2) pela Cooperativa Solmaior do projeto CAFAP, enquanto parceiros para sinalização e cedência de gabinete sempre que necessário atendimento à população da freguesia.
- No mês de Dezembro foi realizada a assinatura de protocolo tripartido entre Gaiurb, Suma e Escola Artística e Profissional Árvore - preparação de material resultante da ESCOLA- OFICINA para apresentação e oferta a iniciar com 4 formandas do Empreendimento Social do Balteiro. (adaptação do GAS do Balteiro para desenvolvimento do projeto resultante da “Companhia do Dedal” que se está a autonomizar como Escola- Oficina).
- A Gaiurb manifestou a intenção de integrar os consórcios dos projetos que apresentaram candidaturas ao programa Escolhas 6ª Geração promovidas por: Junta Freguesia de Vilar de Andorinho; Junta Freguesia de Oliveira do Douro; União de Freguesias de Serzedo e Perosinho; Associação de Solidariedade Social da Madalena e Olival Social – disponibilização de dados de caracterização dos empreendimentos sociais que serão abrangidos pelos respetivos projetos.
- Disponibilização de 6 psicólogos da UAS para colaborar com o Município no programa educativo Gai@prende +(i) – apoio/acompanhamento dos professores que trabalham com crianças com necessidades educativas especiais.
- Decorreu durante o ano 2015 o PROGRAMA LOGOPÉDICO para apoio a crianças dos empreendimentos com dificuldades de linguagem a frequentar pré-escolar e 1º ciclo. Complementado com o projeto “EDUCAR COM AFETO” implementado nas turmas da Escola do Alquebre.
- No ano 2015 o projeto “VER BEM PARA VIVER MELHOR” – que visa promover uma boa acuidade visual dos adultos residentes nos empreendimentos abrangeu 73 adultos em consultas de optometria para diagnóstico e encaminhamento para especialidade quando necessário. Nos casos que necessitam de compensação visual (óculos ou lentes contacto) o valor a pagar é abaixo da média do mercado e podem pagar em prestações de acordo com o protocolo de colaboração com a Ergovisão. Dirigido às crianças que frequentam o programa “Divertir com o Saber” o projeto “VER BEM PARA APRENDER MELHOR” dá resposta através da Ergovisão que realiza igualmente as consultas de optometria para diagnóstico e quando necessitam de óculos poderá haver isenção total ou parcial do custo em função da capitação mensal do agregado familiar.
- Parcerias de colaboração com Entidades Formadoras e os Gabinetes de Inserção Profissional, nomeadamente de Canelas, Serzedo e Oliveira do Douro na implementação, cedência de espaços e encaminhamento de munícipes para formações modulares e EFAS - 1) Canelas (Padre Américo e Rosa Mota): cursos de Assistente familiar – 30 formandos e Assistente comercial – 20 formandos/ Curso de Costura - Formação de 75 horas, (6º ano) e com apoio alimentar e transporte. Frequentaram 6 munícipes. Workshop na Modatex - 15 munícipes; Visita aos jardins do Palácio de Cristal no Porto -15 participantes do curso de operador de jardinagem / Cursos de Técnico Apoio à Gestão



- 200h com estágio de 4 meses (9º ano) 6 munícipes inscritos / - Curso de Costura - 250h com estágio de 4 meses (4º ano) 12 munícipes inscritos /- Curso de Jardinagem/Agricultura - 250h (4º ano) 10 munícipes inscritos. 2) Serzedo (D. António Ferreira Gomes) formação modular em empregado de andares, nível 2 com a duração de 200h; 3) Oliveira do Douro (D. Manuel Martins) cursos Educação Formação Adultos EB2, na área da Logística e Armazenagem e de Pintura da Construção Civil frequentaram o curso 22 formandos. No final do ano 2015 deu-se continuidade, mediante candidatura ao IEFP, ao curso de Pintura da Construção Civil.

- Articulação com as Equipas de RSI na implementação de ações que promovam as competências pessoais e sociais dos beneficiários do RSI – Ex: no mês de março a Fundação Joaquim Almeida Lopes desenvolveu uma atividade no empreendimento Call Brandão (Avintes) relacionada com hábitos alimentares saudáveis e económicos. - Três sessões por semana/ abrangeu 6 a 8 pessoas (limitação da cozinha). No Balteiro, a Fundação Padre Luís dinamizou o atelier de costura “A companhia do Dedal”.
- No âmbito da participação nas Comissões Sociais de Freguesia (Rede Social) colaboração ativa no projeto “Mais Valor” numa lógica de parceria local na intervenção junto de famílias problemáticas com menores em idade escolher, – a técnica do GAS de Vila D’Este integrou a equipa multidisciplinar que implementou o projeto de Fevereiro a Julho.
- A par com o trabalho mencionado cumpriu-se o acolhimento de estágios e de protocolos de colaboração com escolas de ensino superior em trabalhos de investigação que nos permita ter uma visão mais aprofundada da realidade e uma reflexão sobre as políticas sociais, a destacar o estágio de mestrado da Escola Superior de Educação realizado no empreendimento Padre Américo (Canelas) que implementou o projeto “Há vida no bairro” desenvolvendo com a comunidade várias atividades e a criação de um atelier de costura com diversas atividades ocupacionais (arraiolos, trapilho, malhas...) incluindo também uma componente lúdica – desportiva (aulas de zumba), apresentando no final (mês de outubro) aos residentes um filme com as atividades do projeto “Há vida no Bairro” e uma filmagem pelos jovens com o tema “O Preconceito de viver num bairro” (envolveu diretamente 23 moradores).



UNIDADE DE GESTÃO HABITACIONAL

A Unidade de Gestão Habitacional (UGH) foi criada em Fevereiro de 2015, no âmbito da reorganização do organigrama da empresa, tendo aglutinado os núcleos de pré-realojamento, realojamento e zonas comuns, anteriormente integrados na Unidade de Ação Social.

Missão

A UGH tem como missão a gestão processual dos Empreendimentos Sociais do Concelho, isto é, assegura o acompanhamento, monitorização e controle dos procedimentos definidos para a atribuição de habitações sociais, desde a avaliação de candidaturas de pedidos de habitação, à tramitação dos contratos de arrendamento, bem como a gestão das zonas comuns.

Objetivos Estratégicos da Unidade

Na sequência da orientação estratégica da empresa em matéria de gestão habitacional, no ano de 2015, ocorreu uma profunda alteração do paradigma em que assentava anteriormente o trabalho desenvolvido pela equipa afeta à área de atribuição e gestão de habitação social.

Esta mudança de paradigma consiste em apreciar os pedidos de atribuição de habitação social de uma nova perspetiva, isto é, deixa de obedecer aos critérios ligados ao Programa Especial de Realojamento e passa a analisar esses pedidos numa perspetiva ligada a critérios mais amplos, contemplando não só a degradação das condições habitacionais mas também as dificuldades financeiras das famílias que as impedem de cumprir os compromissos que assumiram, com o risco de perda de habitação daí decorrentes.

Esta nova realidade socioeconómica, conjugada com a publicação de legislação em matéria de fixação de renda apoiada que definiu novos critérios de atribuição de habitação social, celebração de novos contratos de arrendamento e novas regras de cálculo de rendas, determinou a necessidade de se reverem todos os procedimentos desenvolvidos por esta unidade. Assim, o ano de 2015, pautou-se pela revisão de todos os procedimentos relativos a estas matérias.

Áreas de Intervenção da UGH

a) Candidaturas a Pedidos de Habitação Social:

Visa a análise de todos os pedidos de habitação que dão entrada no serviço, enquadrando esses pedidos nas políticas sociais de habitação definidas pela empresa, dando cumprimento à legislação em vigor nesta matéria, isto é, a Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro e o Regulamento Municipal para o Arrendamento das Habitações sociais.



Entre Janeiro e Dezembro de 2015, registou-se a entrada de 607 novas candidaturas a pedido de habitação. Em Dezembro de 2015, a UGH registava 1143 pedidos de habitação enquadráveis, 51 pedidos de habitação não enquadráveis.

Importa referir os novos procedimentos para atribuição de habitação social divididos pelas fases seguintes:

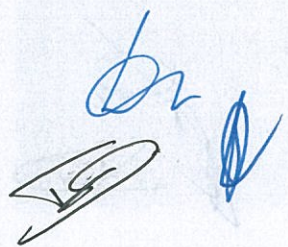
1. Formalização de Candidatura através da entrega de um impresso próprio – Requerimento para Pedido de Habitação Social, bem como a junção de um conjunto de documentos obrigatórios que são rececionados nos Gabinetes de Apoio Social, localizados nos Empreendimentos Sociais do Concelho.
2. Avaliação das candidaturas que podem ser enquadráveis, isto é, obedece aos requisitos estabelecidos no RMAHS para atribuição de habitação social, ou não enquadráveis, isto é, as que não reúnem todos os requisitos e que, por essa razão, são arquivadas. As candidaturas enquadráveis são avaliadas em função da aplicação da matriz e critérios de ponderação, constantes do RMAHS, obtendo-se uma classificação provisória. A classificação será considerada definitiva após visita técnica à habitação e validação completa das informações constantes no Requerimento para Pedido de Habitação, visita essa que apenas será realizada às candidaturas com pontuação mais elevada, mediante disponibilidade de habitações e tipologia adequada à composição do agregado familiar dos candidatos.
3. Comunicação aos candidatos do resultado da avaliação de candidaturas (pontuação e posição na Lista de Classificação Provisória), através do envio de ofício, diferenciado, para os candidatos com candidatura enquadrável e os candidatos com candidatura não enquadrável, bem como através da afixação da Lista de Classificação Provisória nas instalações do Departamento de Habitação. Esta Lista de Classificação Provisória encontra-se também no *site* da empresa, com acesso reservado. Estes meios de comunicação de candidaturas realizar-se-ão três vezes por ano, nos meses de Abril, Agosto e Dezembro.

b) Intervenção em situações de emergência

No âmbito de uma parceria com a Direção Municipal dos Bombeiros e Proteção Civil (DMBPC), esta unidade tem uma Equipa de Emergência Municipal, composta por equipa multidisciplinar de Assistentes Sociais e Psicólogos, que assegura uma rápida resposta às situações de emergência e risco habitacional identificadas pela DMBPC, utilizando uma metodologia de intervenção em crise: avaliação de necessidades, redução dos sintomas e regresso ao sistema adaptativo. Esta resposta vai desde o apoio emocional até ao realojamento temporário ou definitivo do agregado familiar em risco. **No ano de 2015, a Equipa de Emergência Municipal foi chamada a intervir em seis situações de emergência.**

c) Desenvolver a parceria com a UMAR

A Gaiurb e a UMAR, no passado dia 7 de Março de 2015, assinaram um protocolo de colaboração a fim de se dar uma resposta social à necessidade de proteção e acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica. Nesse sentido, a Gaiurb cedeu à UMAR três habitações sociais que ficarão sob gestão da UMAR para acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica. No âmbito deste Protocolo, a Gaiurb procedeu à colocação de



contadores de água, luz e gás em três habitações, localizadas nas freguesias de Canidelo, Vilar de Andorinho e Serzedo. A UMAR, através da Associação P'ra Ti, equipou e mobilou o apartamento de Canidelo. **Em Novembro de 2015, a Gaiurb autorizou a integração de dois agregados familiares ao abrigo deste protocolo.**

d) **Equipa de Acompanhamento da Obra de Reabilitação de Vila D'Este** - acompanhamento, na área social e em conjunto com a UAS, da empreitada de “Requalificação dos Edifícios da Urbanização de Vila D'Este, Fase II”, integrando a sua equipa de acompanhamento da obra.

e) **Assegurar o procedimento para as Audiências**

Tendo presente a orientação estratégica definida pela Administração de prestar uma resposta célere e eficaz a todos os esclarecimentos/dúvidas manifestadas pelos munícipes gaienses, esta Unidade ficou responsável pelas Audiências, sejam as solicitadas ao GAP, sejam as solicitadas internamente nos GAS, sejam as recebidas por correio eletrónico, interno ou externo (Programa “Fala Connosco”). Nesse sentido, criou-se uma equipa que realiza estas audiências de acordo com procedimentos acima referidos, **e que no ano de 2015, realizou 188 audiências.**

f) **Assegurar o procedimento de realojamento**

Esta área de intervenção consiste na coordenação e tramitação dos realojamentos desde a fase pré-contratual até ao realojamento físico das famílias: elaboração do cálculo de renda, assinatura do contrato de arrendamento e atualização no sistema informático. Envolve também a tramitação das atualizações e revisões de renda, transferências de habitação, bem como alterações de agregado familiar ou de titularidade dos contratos. Os procedimentos nesta área foram adequados à entrada em vigor do Regulamento Municipal para o Arrendamento das Habitações Sociais (RMAHS) bem como à Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro. Ressalve-se a exceção, relativamente à aplicação da renda apoiada, nos termos da legislação em vigor, que ainda não está a ser concretizada, dado que se encontra para aprovação camarária as alterações efetuadas ao RMAHS.

No ano de 2015, realizaram-se 64 realojamentos em habitação social.

g) **Assegurar uma boa gestão das Zonas Comuns**

Esta área de intervenção consiste na gestão das zonas comuns e otimização de custos, dividindo-se em duas vertentes:

1. Por um lado, a mediação na gestão de condomínios diversos, fazendo a “ponte” entre os arrendatários da Câmara e as administrações de condomínio dos edifícios como Vila D'Este, Quinta da Marroca, Quinta da Mesquita, Alto das Torres, Raposas, Penedo.
2. Por outro lado, o atendimento a munícipes reiteradamente incumpridores do Regulamento Municipal para o Arrendamento das Habitações Sociais no que concerne às zonas comuns. A sinalização destes munícipes é realizada através do GAS Local. Em atendimento, o munícipe é confrontado com os motivos do



incumprimento e assume um compromisso de mudança de comportamento. É, ainda informado que, caso o comportamento se mantenha, o processo será encaminhado para a Divisão dos Assuntos Jurídicos.

Nesta conformidade, segue a descrição sumária da atividade realizada por esta área:

- Informações trimestrais para pagamento das quotas de condomínio e de verbas relativas a obras e/ou reparações, das frações que são propriedade deste Município. **Entre Janeiro a Dezembro de 2015, foram efetuadas 232 novas informações.** Estas informações são encaminhadas para a Divisão de Gestão, Contabilidade e Finanças desta empresa, para que os pagamentos sejam processados. O posterior feedback relativo quer a pagamentos, quer a entrega de recibos é efetuado por essa Divisão.
- No ano de 2015, realizaram-se dois atendimentos a munícipes incumpridores sinalizados pelo GAS Local.



UNIDADE DE OBRAS E MANUTENÇÃO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS e MISSÃO

A atividade da Unidade de Obras e Manutenção (UOM), que está inserida no Departamento de Habitação, diz respeito, conforme competências delegadas pelo município, à conservação dos Edifícios de Habitação Social do Concelho de Vila Nova de Gaia, através de ações de **Manutenção e Reabilitação** assim como a manutenção das instalações da Gaiurb.

O parque habitacional social de Vila Nova de Gaia é constituído por três mil quatrocentos e dezoito casas, distribuídas por todo o Concelho. O parque habitacional necessita de manutenção regular por forma a garantir e manter as condições de segurança, salubridade e arranjo estético.

De salientar ainda que durante o ano de 2015 se concluiu a segunda fase da **Requalificação dos Edifícios de Vila D'Este** que fazia também, parte das competências desta unidade.

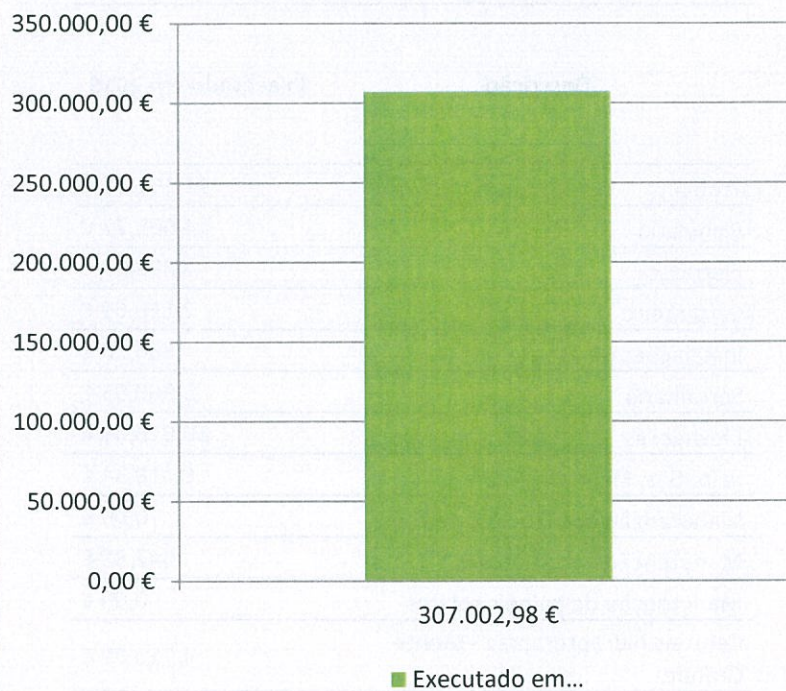
OBRAS DE MANUTENÇÃO

A Manutenção refere-se ao trabalho de rotina necessário para manter os edifícios em bom estado, assim como todos os seus componentes, quer sejam jardins, equipamentos, ou outros elementos.

Durante o ano de 2015 foi posta em prática uma gestão criteriosa dos recursos existentes, sempre tentando não prejudicar o bem-estar e a qualidade de vida dos nossos moradores conforme se pode verificar pelos resultados obtidos nos quadros e gráficos abaixo apresentados. Foram criadas equipas de manutenção “piquete” para realização de trabalhos por administração direta por forma a responder com maior celeridade a determinados pedidos e reduzir os custos de manutenção.

Descrição	Executado em 2015
Trolha	14.161,21 €
Pichelaria	14.665,27 €
Eletricista	4.893,07 €
Carpinteiro	2.820,69 €
Instalações de água	664,20 €
Serralharia	5.960,95 €
Elevadores	50.878,39 €
Insp. Gás, Eléct. Outros	6.618,34 €
Manutenção dos Campos de Jogos	0,00 €
Manutenção de extintores	542,38 €
Manutenção de painéis solares	0,00 €
Centrais hidropressoras - Monte Grande	4.710,90 €
Comparticipação na conservação e/ou reabilitação de empreendimentos em regime de copropriedade	0,00 €
Conservação e reabilitação de edifícios pertencentes à empresa	3.100,50 €
Reabilitação de Habitações	175.315,71 €
Drogaria – Material - Elétrico	2.298,46 €
Drogaria – Material – Construção Genérico	8.558,51 €
Drogaria – Material - Pichelaria	2.960,33 €
Drogaria – Material – Carpintaria/Serralharia	993,69 €
Limpeza	793,35 €
Manutenção de equipamentos	2.250,90 €
Ajuda Social	4.487,43 €
Diversos	328,70 €
	307.002,98 €

Executado em 2015



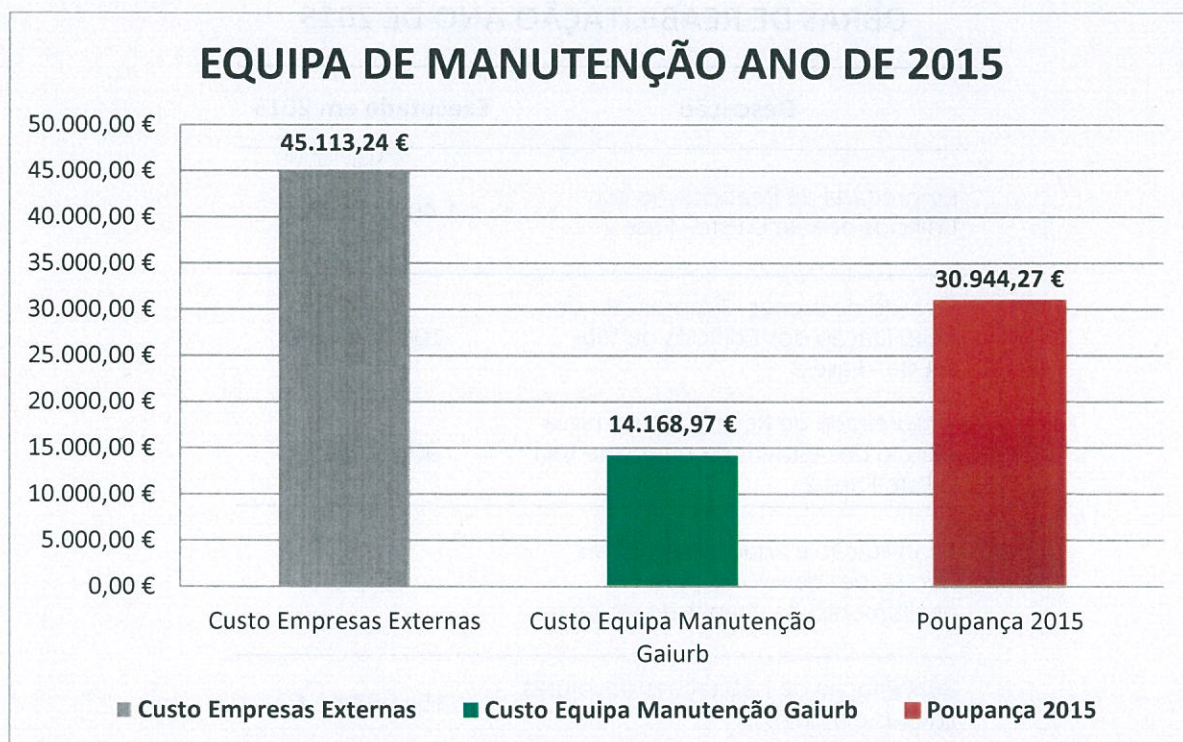
Os pedidos de intervenção são efetuados através de fichas de manutenção. Durante o ano de 2015 foram efetuados 792 pedidos de intervenção.

PEDIDOS DE INTERVENÇÃO EXECUTADOS



Dos 792 pedidos com intervenção efetuada, 453 são referentes a intervenção por parte de entidades externas e os restantes 339 são referentes ao executado pela Equipa de Manutenção.

Refere-se que a atividade da Equipa de Manutenção deu início no mês de Abril de 2015 tendo-se obtido os seguintes resultados:



OBRAS DE REABILITAÇÃO

A Reabilitação de edifícios é arquitetada através de um procedimento com fatores que visa inspecionar os edifícios tanto a nível da qualidade e segurança da sua construção, como do custo que poderá ter para satisfazer as exigências dos dias de hoje.

Traduzem-se em empreitadas planeadas e que visam o tratamento de questões estruturais dos edifícios, ou de operações de manutenção em grande escala e que por norma ascendem a montantes mais elevados.

À semelhança da orientação que seguimos nas obras de manutenção, as obras de reabilitação foram alvo de uma gestão criteriosa conforme se pode verificar na tabela e gráfico abaixo apresentadas.

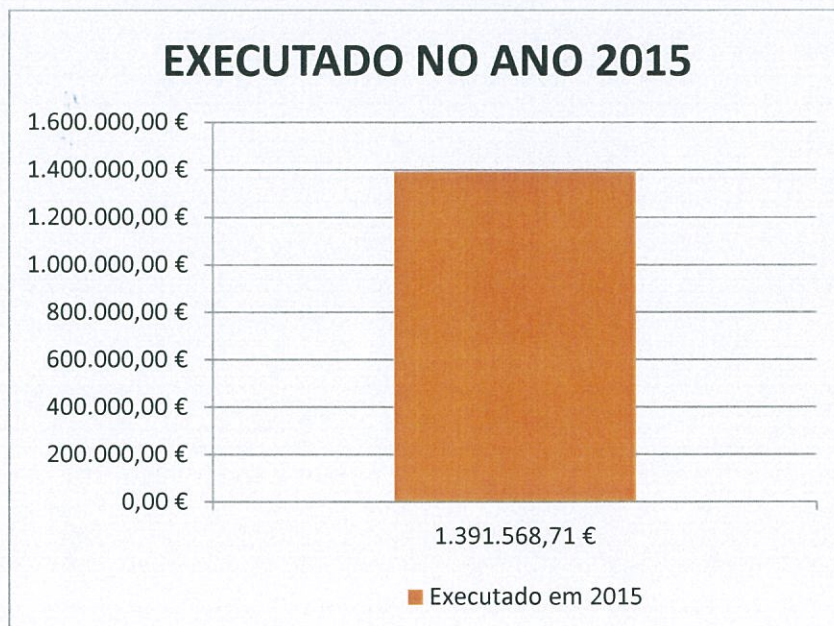
Durante o ano de 2015 foram reabilitadas várias habitações para se entregar a novos agregados.

No total foram reabilitadas 79 habitações.

OBRAS DE REABILITAÇÃO ANO DE 2015

Descrição	Executado em 2015
Empreitada de Reabilitação dos Edifícios de Vila D'Este - Fase 2	1.402.171,38 €
Revisão de preços - Empreitada de Reabilitação dos Edifícios de Vila D'Este - Fase 2	-100.752,67 €
Empreitada de Revest. Int. na nova divisão dos oitavos recuados de Vila D'Este-Fase 2	90.150,00 €
Reabilitação e adaptação de três habitações devolutas para acolhimento de vítimas de violência	0,00 €
Reabilitação de habitações devolutas ligeiras e médias	154.292,52 €
Reabilitação de fachadas e coberturas dos empreendimentos sociais	0,00 €
	1.391.568,71 €

[Handwritten signature]



Durante o ano de 2015 concluiu-se a empreitada de Reabilitação dos edifícios de Vila D’Este, Fase II, pioneira a nível nacional, não só pela sua dimensão física mas também pela grande diversidade a nível social.

Com esta empreitada, conseguiu-se alterar a imagem negativa existente daquela que é a porta de entrada mais visível para a cidade. Com esta segunda fase da qualificação dos edifícios de Vila D’Este concluiu-se um projeto de grande dimensão ao nível da Reabilitação de Edifícios.

A segunda fase da Reabilitação de Vila D’Este teve início em 2013 e à semelhança da primeira fase os trabalhos previstos resumiram-se aos seguintes:

- Reabilitação de fachadas
- Reabilitação de coberturas
- Reabilitação dos vãos envidraçados
- Reabilitação dos portões de garagens
- Reabilitação do sistema de drenagem de águas pluviais
- Reabilitação dos sistemas de combate a incêndios
- Reabilitação dos sistemas de drenagem de águas residuais domésticas
- Reabilitação das pinturas

A empreitada de Requalificação de Vila D’Este foi adjudicada pelo valor de 6.881.700,01€ (+IVA).

De salientar que para esta empreitada foi celebrado um contrato de financiamento com vista à submissão de pedidos de pagamento da candidatura apresentada junto da CCDR-N – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento da Região Norte e que cobriu 85 % do valor da empreitada.



07

SITUAÇÃO ECONÓMICA
E FINANCEIRA

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Decorridos cinco anos do processo de fusão por incorporação das empresas GaiaSocial, EEM e CidadeGaia, SRU, EEM na Gaiurb – Urbanismo e Habitação, EM, a empresa assumiu uma posição claramente mais sustentada e equilibrada, mas sempre sujeita aos fortes constrangimentos macroeconómicos sentidos no país.

Procurando alcançar o equilíbrio financeiro, a Gaiurb tem vindo constantemente a adequar as suas orientações estratégicas e a gestão corrente da empresa.

O setor empresarial local, em meados de 2012, sofreu um significativo reajustamento com a entrada em vigor da Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, revogando assim, as Leis nºs 53-F/2006 de 29 de dezembro e 55/2011 de 15 de Novembro.

A partir de Janeiro de 2015 a Gaiurb ficou sujeita às regras da Lei nº 22/2015 de 17 de Março, que introduziu a quarta alteração à Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) e aos procedimentos necessários à aplicação da mesma e à operacionalização da prestação de informação, nos termos do Decreto-lei nº 127/2012 de 21 de Junho.

A Gaiurb como empresa local, integrada no perímetro da Administração Pública sujeita aos princípios impostos pela Lei do Enquadramento Orçamental e às políticas de consolidação orçamentais rigorosas impostas aos Municípios, teve de readaptar as suas políticas internas de gestão para fazer face a todos os constrangimentos sentidos.

O cenário económico-financeiro que tem prevalecido nestes últimos anos no país, tem afectado e muito, não só a Empresa, como cada vez mais, as nossas famílias, os nossos munícipes e clientes. Esta situação fez com que a Empresa assumisse um papel ainda mais importante na resolução das mais diversas carências sociais, na prestação de um serviço de excelência e qualidade e numa gestão racional e consciente de todos os recursos existentes de forma a atingir o equilíbrio da Empresa.

Perante este cenário fortemente adverso, o Município numa visão estratégica para o futuro da Empresa e no reforço do seu papel enquanto instrumento fundamental para o desenvolvimento do Concelho de Vila Nova de Gaia, procedeu ao desenvolvimento e implementação de um processo de reestruturação visando a focalização da Empresa no seu negócio principal.

A preocupação diária da Empresa é, por um lado, assegurar que os recursos existentes estão a ser usados de forma racional e consciente e, por outro, em consolidar a sustentabilidade financeira futura. Esta gestão prudente e criteriosa permitiu à Gaiurb a obtenção de um resultado do exercício equilibrado e positivo.

A análise económico-financeira que se apresenta sintetiza os resultados alcançados pela Gaiurb, bem como a situação patrimonial e financeira em 2015, cuja análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas.

A Gaiurb, no desenvolvimento da sua missão de promoção do desenvolvimento local, nomeadamente, através da reabilitação urbana e da gestão urbanística e do ordenamento do território, tem vindo a perpetuar políticas de transparência e rigor, promovendo, assim, a qualidade urbanística do território do concelho de Vila Nova de Gaia, a valorização da sua imagem, do seu valor ambiental e social e a qualidade de vida dos seus cidadãos, bem como, a revitalização da zona histórica do Concelho.

No que respeita ao desenvolvimento sustentável de políticas sociais direcionadas para a coesão social, a Gaiurb tem seguido as orientações políticas e estratégicas definidas e solicitadas pelo município na área de intervenção social, procurando sempre desenvolver projetos e ações de elevado cariz social.

ATIVO

O Ativo Total da Gaiurb ascendia a 40 365 720 euros em 31 de Dezembro de 2015, sendo que o Ativo Não Corrente representa cerca de 72,90% desse valor, e o Ativo Corrente os restantes 27,10%.

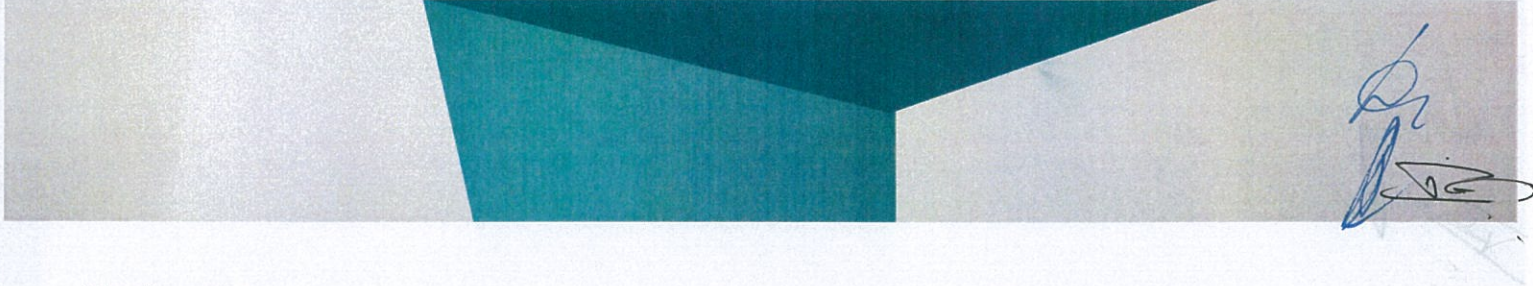
Ativo Não Corrente

A Gaiurb tem vindo nos últimos anos a desenvolver uma política de prudência no investimento, tendo sido investidos em 2015 cerca de 303 340 euros em Ativos Fixos Tangíveis. Deste montante cerca de 92,15% diz respeito à aquisição de vinte viaturas para a frota automóvel da Empresa e o restante corresponde à aquisição de equipamento informático, *software* e obras de reabilitação dos edifícios pertencentes à Gaiurb.

No seguimento da venda de vinte e oito viaturas da frota automóvel da Gaiurb, ocorrida no final do ano de 2014, a Empresa adquiriu no ano de 2015, dezoito viaturas Fiat Punto e duas carrinhas Peugeot Partner. Este investimento totalizou o montante de 279 536 euros.

O restante investimento apesar de residual, sustentou numa obra de reabilitação das instalações sitas na Rua Virgílio Ferreira, cedidas gratuitamente à ISSSP para elaboração de um plano gerontológico concelhio, no montante de 3 749 euros, bem como, na aquisição de quatro módulos do *software* da Medidata, nomeadamente SIGFLOW, SIGMADIX, INTRANET e Módulo de Faturação e de uma licença CorelDraw no valor total de 13 982 euros e aquisição de equipamento informático no montante de 6 072 euros.

Relativamente à rubrica Investimentos em Curso, foram investidos no exercício em análise, cerca de 817 229 euros, dando assim por concluída a Obra de Requalificação da Urbanização de Vila D'Este – Fase II, adjudicada em 9 de Julho de 2013 pelo montante de 6 881 700 acrescido de IVA. Esta obra de requalificação teve um peso considerável nas contas da Empresa.



Ativo Corrente

A Gaiurb tem registado na rubrica de inventários 3 imóveis localizados no Centro Histórico, que totalizam o montante de 768 526 euros.

A rubrica Outras Contas a Receber, no valor de 6 975 995 euros evidencia o montante contratualizado com o Programa Operacional Regional ON.2 ainda não liquidado, sendo que a operação com maior significado é a de Requalificação da Urbanização de Vila D' Este – Fase II, bem como, os montantes a liquidar pelo Município de Vila Nova de Gaia relativos aos Contratos Programa celebrados, perfazendo na sua totalidade o valor de 3 934 383 euros.

Dando cumprimento ao princípio da especialização do exercício, esta rubrica inclui também os acréscimos de proveitos no montante de 3 053 euros.

A rubrica de Clientes incluiu as dívidas vencidas e não liquidadas dos inquilinos das habitações sociais, no valor de 1 401 451 euros, e cerca de 647 172 euros refere-se ao serviço de consultoria prestado ao Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga e Sambizanga que ainda não foi liquidado. Procedeu-se no final do exercício, ao registo de um reforço de 16 255 euros de Perdas Por Imparidade, atingindo esta rubrica no montante de 554 562 euros.

No sentido de promover a responsabilização dos nossos inquilinos e com o intuito da cobrabilidade das dívidas dos nossos inquilinos, tendo sempre em atenção as suas vulnerabilidades sociais, temos vindo a promover mensalmente a celebração de acordos de pagamentos, fomentando, assim, a responsabilização destas famílias no que toca as suas obrigações.

Os Gastos a Reconhecer totalizam, no final do exercício, o montante de 6 495 euros.

As Disponibilidades ascendiam no final do ano a 1 632 458 euros, sendo que 65,89% encontra-se aplicado num depósito a prazo e serve de garantia ao financiamento obtido pela Empresa perante a Instituição Bancária.

CAPITAL PRÓPRIO

A GAIURB tem um capital estatutário de 2 268 000 euros, totalmente detido pelo Município de Vila Nova de Gaia.

A rubrica Outras Variações de Capital Próprio, contempla os subsídios e participações recebidos para investimentos, apoiados pelo Município de Vila Nova de Gaia, pelo QREN e pelo PROHABITA, e apresenta no final do exercício um saldo de 23 116 034 euros.

O Capital Próprio da Empresa de 26 871 822 euros, incluindo o Resultado Líquido do Exercício, e representa cerca de 66,60% do Ativo Total.

No final do exercício, a Empresa apresenta um Resultado Líquido Positivo de 34 575 euros.

PASSIVO

No final do exercício de 2015 o total do Passivo da Gaiurb atingiu os 13 493 898 euros, tendo registado uma diminuição face ao ano anterior de 424 746 euros, representando no final do exercício 33,40% do Ativo total.

Passivo não corrente

Foram reconhecidos Passivos Por Impostos Diferidos no montante de 6 711 106 euros de acordo com as normas introduzidas pelo Sistema de Normalização Contabilística.

A rubrica de financiamentos obtidos totaliza o montante de 2 427 106 euros tendo-se verificado um aumento, face ao exercício de 2014, de 2 179 255 euros. Este acréscimo é referente à contratualização de um empréstimo de médio prazo com o Crédito Agrícola, com libertações mensais faseadas, tendo totalizado no final do ano o montante de 2 100 000 euros. O restante valor de 327 106 diz respeito às operações bancárias de *Leasings* ainda em dívida.

Passivo corrente

A rubrica de Fornecedores ascende ao montante de 648 852 euros e evidencia uma redução face ao exercício anterior, de cerca 35 467 euros.

As Dívidas a Instituições de Crédito registadas no passivo corrente, no montante de 825 445 euros, dizem respeito às Contas Caucionadas detidas pela Gaiurb. Esta rubrica teve uma diminuição de 2 984 134 euros relativamente ao ano transacto, conferida pela amortização total do valor utilizado pela empresa através de *Confirming*.

As Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos totalizam o montante de 272 571 euros e relevam o IRC a pagar no ano de 2016 e os descontos obrigatórios dos trabalhadores e as respetivas contribuições da Empresa, nomeadamente, o IRS, as contribuições para a Segurança Social, CCD, ADSE, CGA, entre outras. Deste montante 82 266 euros é referente às contribuições da Segurança Social do mês de Julho de 2015 cujo pagamento foi fraccionado e autorizado pela entidade competente, ao abrigo do Decreto-Lei nº 213/2012.



A rubrica Outras Contas a Pagar inclui o montante das receitas das Taxas Municipais cobradas nos meses de outubro, novembro e dezembro e ainda não transferidas para o Município, no montante de 297 005 euros, bem como, o montante de 82 935 euros que corresponde à dívida aos fornecedores de investimento. Os acréscimos de gastos, no montante de 845 223 euros, dizem respeito, essencialmente, às remunerações a liquidar em 2016, referente a férias e subsídio de férias, bem como, os encargos com a segurança social e CGA.

Encontra-se também relevado nesta rubrica o montante de 482 337 euros, correspondendo aos valores retidos para garantia de trabalhos executados para a Empresa.

RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Os Rendimentos da Gaiurb atingiram, no exercício em análise, o valor de 7 871 765 euros, assim distribuídos:

rendimentos do exercício	valores
vendas	17.504
prestações de serviços	4.933.626
subsídios à exploração	2.400.000
outros rendimentos e ganhos	500.386
rendimentos e ganhos de financiamento	20.249
Total	7.871.765

Do total dos Rendimentos da Gaiurb, salientam-se os valores resultantes das Prestações de Serviços nas áreas do urbanismo, do arrendamento social e dos serviços de consultadoria, que correspondem a 2 951 178 euros, 1 126 985 euros e 682 630 euros, respetivamente.



O quadro seguinte decompõe a rubrica de Prestações de Serviços e mostra que as rendas assumem um peso de 22,8%, as taxas de publicidade cerca de 23%, as licenças de autorização cerca de 18,9% e os serviços de consultoria atingem 13,8% do total das prestações de serviço.

prestações de serviços		
	2015	2014
rendas	1.126.985	1.181.716
licenças de autorização	931.085	941.136
venda de plantas topográficas	38.264	32.104
fornecimento cópias autenticadas	5.268	4.481
taxa de publicidade	1.132.645	949.074
ocupação via pública - obras	82.302	119.107
inspeção de elevadores	197.346	207.874
vistoria	11.502	9.528
apreciação	310.583	325.518
venda de fotocópias	11.247	8.028
certificação energética	18.933	22.757
serviços de consultoria	682.630	476.678
prestação de serviços	153.901	31.608
taxa anual de postos combustíveis	130.500	108.500
outras taxas isentas de iva	100.435	95.675
Total	4.933.626	4.513.784

Os serviços de consultoria externa têm vindo a assumir um papel primordial na diversificação da área de negócios da Gaiurb e pretende-se apostar cada vez mais na promoção deste tipo de serviços, de forma a assegurar mais fontes de financiamento para a Empresa. O montante de 682 630 euros corresponde aos serviços prestados ao Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Canzenga e do Sambizanga.

A rubrica prestação de serviços no montante de 153 901 euros inclui os serviços prestados, ao Município de Gondomar nomeadamente de consultoria nos projetos de reabilitação dos conjuntos de habitação social e de elaboração de estudo técnico de análise da eficiência energética, no valor total de 76 110 euros, ao Município de Vila Nova de Gaia pela elaboração do plano estratégico de desenvolvimento urbano, no montante de 25 000 euros, à empresa Sudamtex – Têxteis, Lda na elaboração do *Master Plan* no âmbito do projecto de regeneração urbana da companhia de fiação de Crestuma e dos serviços de coordenação, acompanhamento e segurança em obra, que totalizou o montante de 46 500 euros. O restante montante diz respeito aos trabalhos de levantamento topográfico, às inscrições nos cursos promovidos pela Empresa e às inscrições dos utentes na bolsa de prestadores de serviços.



Estando consolidado o “Programa Simplex”, iniciativa designada por “Licenciamento Zero” que teve um impacto direto negativo na estrutura de rendimentos da Empresa, confirmado pelo decréscimo da taxa de publicidade desde o ano de 2012, a Empresa no ano de 2015 e em conjunto com o Departamento da Polícia Municipal, aumentou as ações de fiscalização dos painéis/*outdoors* publicitários, resultando num aumento das licenças trimestrais de publicidade exterior. A taxa de publicidade atingiu no ano de 2015 o montante de 1 132 645 euros verificando assim, um acréscimo de 183 571 euros relativamente ao ano anterior.

A Gaiurb tem como objeto principal o ordenamento do território, a gestão urbanística, a reabilitação urbana do centro histórico e a gestão do parque habitacional do Município de Vila Nova de Gaia, pelo que, o seu objeto social, bem como, os correspondentes poderes de autoridade atribuídos, inserem-se no âmbito de uma delegação de serviço público, visando a realização de objetivos setoriais integrados nas atribuições do Município de Gaia.

É também receita da Gaiurb a contrapartida de 2 400 000 euros, atribuída pelo Município de Vila Nova de Gaia, para fazer face aos custos com a sua atividade, tendo sempre como orientação os objetivos previamente programados e inseridos numa política de contenção de gastos.

A Gaiurb durante o ano de 2015, procedeu à cobrança das receitas provenientes da Taxa Municipal de Urbanismo, da Taxa de Compensação e da Taxa de Ocupação do Domínio Público, cujos valores são posteriormente transferidos para o Município, verificando-se um decréscimo, comparativamente ao exercício anterior, na ordem dos 27,90%, atingindo o valor total de 993 097 euros, assim discriminadas:

	2015
taxa municipal de urbanismo	697.256
taxa de compensação	213.348
taxa de ocupação domínio público	77.379
juros de mora - urbanismo	5.114
Total	993.097

O Município de Vila Nova de Gaia tem vindo a desenvolver uma política de apoio às instituições e de incentivo às Empresas para o investimento no Concelho. Este apoio consumou-se na atribuição de incentivos/isenções de taxas no montante total de 1 067 068 euros. Deste montante, 86% refere-se às isenções da Taxa Municipal de Urbanismo, Taxa de Compensação e da Taxa de Ocupação do Domínio Público.



Os Gastos do Exercício, no valor de 7 845 991 euros, sofreram um acréscimo de cerca de 4,85%, comparativamente ao exercício anterior, repartidos do seguinte modo:

gastos do exercício	valores
cmvmc	31.000
fornecimentos e serviços externos	1.607.204
gastos com o pessoal	5.764.308
gastos de depreciação e de amortização	272.659
perdas por imparidade	16.255
outros gastos e perdas	90.756
gastos e perdas de financiamento	63.808
Total	7.845.991

As rubricas com maior relevância e peso na estrutura de gastos da Empresa são os Gastos com o Pessoal e os Fornecimentos e Serviços Externos (F.S.E.).

Os Gastos com o Pessoal, que ascenderam a 5 764 308 euros, são o encargo mais relevante na estrutura de custos e incluem as remunerações e respetivos encargos, os seguros de acidentes de trabalho e doença, os custos com a ação social e ainda os custos com a formação profissional.

gastos com pessoal			
	2015	2014	Δ
vencimento órgãos sociais (*)	121.363	127.340	-5.976
vencimentos do pessoal	3.541.032	3.437.763	103.269
subsídio de férias e natal do pessoal	610.448	621.461	-11.014
abonos para falhas	1.035	1.035	0
deslocações - ajudas de custo	19.050	20.750	-1.700
bolsas de estágio	51.559	33.704	17.855
prestações familiares	7.065	4.624	2.441
subsídio de refeição	216.186	210.557	5.629
indenizações	0	0	0
encargos sobre remunerações	1.149.203	947.509	201.694
seguro de acidentes de trabalho	25.298	25.260	38
gastos de ação social	6.527	6.646	-119
outros gastos com pessoal	10.955	7.087	3.869
formação profissional	4.587	5.155	-568
Total	5.764.308	5.448.891	315.417

(*) inclui vencimento, subsídio de férias e de natal, subsídio de refeição, despesas de representação e honorários do fiscal único



O acréscimo face ao ano anterior no montante de 315 417 euros verificou-se fundamentalmente nas rubricas de Remunerações do Pessoal (2,69%) e nos Encargos sobre Remunerações (21,29%).

O aumento é justificado, pela restituição de 20% da redução remuneratória prevista no OE 2014, bem como, pela contratação a termo certo de 7 funcionários que estavam a realizar estágios profissionais financiados pelo IEFP (5 técnicos superiores e 2 administrativos), e de 1 técnico superior com experiência na área de inspeção de elevadores, uma vez que a Gaiurb iniciou o processo de acreditação no IPAC e na DGEG com o objectivo de alargar o âmbito da prestação de serviços.

A rubrica Encargos sobre Remunerações incluiu a actualização para 34,75% da taxa contributiva da Segurança Social, com efeitos a Janeiro de 2013, no montante de 137 302 euros.

No final do ano procedeu-se à contabilização da estimativa dos encargos com férias e subsídios de férias de 2015 a pagar em 2016, no montante de 23 074 euros.

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos encontram-se estabilizados, e atingem, neste exercício, a verba de 1 607 204 euros, tendo-se verificado um decréscimo de 0,70% comparativamente ao exercício anterior. Nos últimos anos, esta rubrica tem vindo a reduzir substancialmente, resultado da gestão criteriosa dos recursos da Empresa.

Os Gastos de Depreciação e de Amortização foram calculadas às taxas mínimas e fiscalmente aceites como gastos do exercício, tendo atingido o valor de 272 659 euros.

Foram criadas Perdas por Imparidade em créditos de cobrança duvidosa que se encontram em mora, no montante de 554 562 euros, tendo sido contabilizado como gasto do exercício o reforço desta rubrica, no valor de 16 255 euros. A imparidade foi calculada sobre os montantes em dívida e tendo em conta os limites legais.

A rubrica Outros Gastos e Perdas ascende ao montante de 90 756 euros. O aumento verificado nesta rubrica reflecte o registo de dívidas de clientes consideradas incobráveis, no montante de 43 449 euros. O restante valor é suportado, na sua maioria, pelos impostos liquidados no exercício (IMI, Imposto de Selo e IUC), quotizações, bem como, algumas correções do exercício relativas a anos anteriores.

Os Gastos e Perdas de Financiamento correspondem a 63 808 euros e resultam, essencialmente, dos juros suportados com os financiamentos obtidos, com os contratos de *leasing* e com os juros de mora suportados.

O exercício de 2015 apresenta um Resultado Líquido positivo de 34 575 euros. Apesar do cenário macroeconómico do país ser bastante desfavorável, a Gaiurb revelou um equilíbrio entre os seus gastos e rendimentos.



DÍVIDAS EM MORA À SEGURANÇA SOCIAL

Declara-se que não existem dívidas em mora à Segurança Social, dando-se assim cumprimento ao estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 41/91, de 17 de Outubro.



ARTIGO 397º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Não se verificaram nenhuma das situações contempladas nesta disposição legal.



FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

A Gaiurb foi convidada para participar na primeira edição do Zoom Smart Cities 2016, que se realizará nos dias 18 e 19 de Maio, e que pela escala internacional do mesmo, será o maior evento realizado em Portugal sobre o tema das Smart Cities.

No dia 15 e 16 de março a Gaiurb promoveu uma formação sobre o Novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), DL 80/2015 de 14/05, no Auditório da Gaiurb, tendo como formadora a Senhora Professora Fernanda Paula Oliveira. A formação foi destinada aos colaboradores da Gaiurb e CM Gaia que lidassem no seu dia-a-dia com este decreto e as restantes vagas foram abertas ao exterior, a lotação máxima da sala é de 100 pessoas os quais foram todos preenchidos.

Nos dias 22 a 25 de março o Presidente do Conselho de Administração acompanhado de 3 técnicos da Gaiurb, deslocaram-se a Lyon para



PERSPETIVAS PARA O ANO 2016

Durante o ano de 2016, a Gaiurb irá consolidar a expansão dos seus serviços para o exterior nas seguintes áreas:

- Sistemas de Informação Geográfica (consultoria e implementação de aplicações SIG, sistemas de informação geográfica e cartografia de referência, serviços de Geomática - topografia e posicionamento - GPS/GNSS e redes de apoio topográfico);
- Tecnologias de Informação (elaboração e gestão interna do site da internet (desktop e mobile), consultoria e desenvolvimento de plataformas digitais de aproximação do cidadão ao decisor, sistemas de informação no âmbito da gestão urbanística, gestão de plataformas eletrónica, help-desk e monitorização de planos);
- Reabilitação Urbana (estudos e projetos de Reabilitação e requalificação Urbana, projetos de mobilidade - Centros Históricos);
- Planeamento e Ordenamento do Território (planeamento municipal e ambiental, monitorização de planos);
- Gestão e Fiscalização Urbana (assessoria relativa a instrumentos, metodologias e procedimentos de apoio à Gestão e Fiscalização Urbanísticas);
- Gestão da Paisagem Urbana (gestão da paisagem urbana, projetos de regulação de publicidade, design urbano e sinalética);
- Design de Comunicação (elaboração de estudos e projetos de criação gráfica e de comunicação, e definição de estratégias de comunicação);
- Gestão Sócio Habitacional (elaboração de planos e metodologias de intervenção integradora que promova a inclusão social positiva das famílias a realojar);
- Certificação Energética.
- Formação (cursos de formação especializada e workshops).
- Elaboração dos procedimentos técnicos tendo em vista a acreditação pelo IPAC para a inspeção de plataformas elevatórias.

Esta estratégia de diversificação e reforço dos serviços da Gaiurb visa atingir um duplo objetivo: “prestar um serviço público de excelência” e “assegurar a autonomia financeira da empresa contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade local”.

O desafio para os próximos anos será assegurar o cumprimento destes dois objetivos, que deverão apresentar um nível de articulação superior e estar presentes em todas as atividades a desenvolver pela empresa.

A partir de 2016, esperamos reforçar a estratégia de crescimento, que continuará a passar, inevitavelmente, pela internacionalização dos nossos serviços.



A Gaiurb, EM pretende ainda dar continuidade, a uma política de resposta humanizada aos problemas da habitação social, assegurando o realojamento das famílias o mais próximo possível das suas raízes sociais e profissionais, evitando assim o dramático desenraizamento das populações relativamente às suas comunidades de origem.

Face à atual conjuntura económica, e por conseguinte à crescente procura de habitação por parte dos nossos munícipes, pretende-se ainda diversificar a oferta de habitação, criando para o efeito vários segmentos de oferta.

Para isso, estamos a negociar parecerias inovadoras com várias instituições, por forma a incrementar a oferta do número de habitações.

Pretendemos ainda reforçar a intervenção social junto das famílias residentes nos empreendimentos de Habitação Social, procurando incrementar o número de parcerias com instituições que possam contribuir para minorar os impactos negativos que esta conjuntura económica tem produzido, com particular incidência, junto deste segmento da população.

Sem descurar os objetivos basilares desta Empresa, é importante que a solidez financeira acompanhe a concretização diária destes objetivos, aplicando de uma forma conscienciosa os recursos cada vez mais escassos. Desta forma, estamos a promover o desenvolvimento sustentado para que cada vez mais a Gaiurb, EM seja assumida como uma Empresa de referência nas áreas do urbanismo e da habitação.

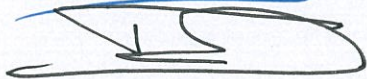
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe, nos termos da alínea g) do art.º 24.º dos Estatutos da Empresa, a seguinte aplicação para o Resultado Líquido do Exercício de 2015, no montante de 34 575,32 euros:

- a) Reserva Legal - 1.729,00 euros;
- b) Aplicação do remanescente em Resultados Transitados - 32.846,32 euros.

Vila Nova de Gaia, 31 de Março de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 24.º dos Estatutos da Empresa, juntam-se os quadros para o efeito elaborados:

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações no Capital Próprio no Período de 2014

Demonstração das Alterações no Capital Próprio no Período de 2015

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

BALANÇO

GAIURB - Urbanismo e Habitação, EM		Ano 2015	
Rubricas	Notas	2015	2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	27.662.249,73	26.800.842,13
Propriedades de investimento	9	1.752.472,27	1.765.969,96
Trespasse (Goodwill)		0,00	0,00
Ativos Intangíveis	7	0,00	0,00
Ativos Biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras (método de equivalência patrimonial)		0,00	0,00
Participações financeiras (outros métodos)		0,00	0,00
Accionistas / Sócios		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		8.400,99	167,41
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Subtotal		29.423.122,99	28.566.979,50
Ativo corrente			
Inventários	18	768.526,00	799.526,00
Ativos Biológicos		0,00	0,00
Clientes	12	1.494.060,27	1.005.356,66
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	28.3	65.063,27	57.460,53
Accionistas/Sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber	28.1	6.975.995,09	8.802.256,34
Diferimentos		6.494,66	47.400,10
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	1.632.458,00	1.622.825,47
Subtotal		10.942.597,29	12.334.825,10
Total do ativo		40.365.720,28	40.901.804,60
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital realizado	28.4	2.268.000,00	2.268.000,00
Ações (quotas próprias)		0,00	0,00
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Premios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		82.608,09	81.196,09
Outras reservas		911.307,46	911.307,46
Reserva de Fusão		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Outras variações de capital próprio		23.116.033,55	23.229.117,10
Resultados transitados		459.297,94	465.300,17
Subtotal		26.837.247,04	26.954.920,82
Resultado líquido do exercício		34.575,32	28.240,08
Total do capital próprio		26.871.822,36	26.983.160,90
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	10	2.427.105,91	247.851,16
Responsabilidade por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivo por impostos diferidos		6.711.106,60	6.743.937,21
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Subtotal		9.138.212,51	6.991.788,37
Passivo corrente			
Fornecedores	28.2	648.852,37	684.319,66
Adiantamentos de clientes		0,00	7.225,00
Estado e outros entes públicos	28.3	272.570,82	175.107,06
Accionistas/Sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	11	825.445,33	3.809.578,98
Outras contas a pagar	28.2	2.608.816,89	2.250.624,63
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros Passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Subtotal		4.355.685,41	6.926.855,33
Total do Passivo		13.493.897,92	13.918.643,70
Total do capital próprio e do passivo		40.365.720,28	40.901.804,60

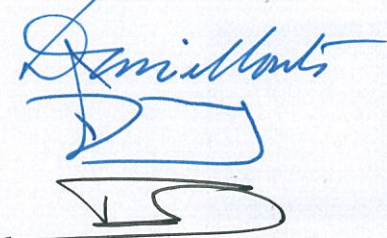
(valores em euros)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

GAIURB - Urbanismo e Habitação, EM		Ano 2015	
Rendimentos e Gastos	Notas	2015	2014
Vendas e serviços prestados	21	4.951.129,86	4.513.784,43
Subsídios à exploração		2.400.000,00	2.400.000,00
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação de Inventários na produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-31.000,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	31.1	-1.607.204,31	-1.618.594,95
Gastos com pessoal	29	-5.764.308,32	-5.448.891,07
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	-16.255,24	-61.448,33
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de activos não depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos / Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		520.635,02	581.006,64
Outros gastos e perdas		-110.221,74	-44.123,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		342.775,27	321.733,72
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	8	-272.659,14	-281.816,92
Imparidade de activos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		70.116,13	39.916,80
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-44.341,96	-28.507,40
Resultado antes de impostos		25.774,17	11.409,40
Impostos sobre o rendimento do período		8.801,15	16.830,68
Resultado líquido do período		34.575,32	28.240,08

(valores em euros)

O Conselho de Administração



A Técnica Oficial de Contas

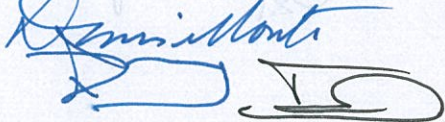


DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

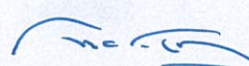
GAIURB - Urbanismo e Habitação, EM		Ano 2015	
RUBRICAS	Notas	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimento de clientes		5.916.101,73	6.179.322,88
Pagamento a fornecedores		-1.494.306,22	-1.388.531,05
Pagamento ao pessoal		-3.290.239,47	-3.155.105,73
Caixa gerada pelas operações		1.131.556,04	1.635.686,10
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-16.738,77	15.221,56
Outros recebimentos/pagamentos		634.411,26	1.946.943,61
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1.749.228,53	3.597.851,27
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-817.400,13	-6.314.803,12
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		-7.500,00	
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			7.950,00
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		27.014,40	21.698,41
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-797.885,73	-6.285.154,71
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		2.293.893,97	3.629.660,02
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-3.184.219,20	-800.781,43
Juros e gastos similares		-51.385,04	-36.861,59
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-941.710,27	2.792.017,00
Variações de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		9.632,53	104.713,56
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.622.825,47	1.518.111,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.632.458,00	1.622.825,47

(valores em euros)

O Conselho de Administração



A Técnica Oficial de Contas



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

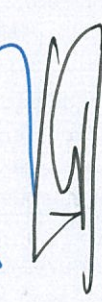
GAIURB - Urbanismo e Habitação, EM															
DESCRÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instr. de capital próprio	prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do período			Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	1	2.268.000,00				75.011,27	911.756,38	387.072,50			22.750.714,60	123.696,40	26.516.251,15	0,00	26.516.251,15
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	2														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alteração de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	0,00	0,00	0,00	0,00	6.184,82	-448,92	-39.283,91			638.745,00	-123.696,40	599.461,09		599.461,09
								117.511,58			-160.342,50		-160.791,42		-160.791,42
	3							78.227,67	0,00	0,00	478.402,50	-123.696,40	438.669,67	0,00	438.669,67
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	4 = 2+3											28.240,08	28.240,08		28.240,08
RESULTADO INTEGRAL												-95.456,32	466.909,75	0,00	466.909,75
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para coberturas de perdas															
Outras operações															
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	5														
	6 = 1 + 2 + 3 + 4 + 5	2.268.000,00	0,00	0,00	0,00	81.196,09	911.307,46	465.300,17	0,00	0,00	23.229.117,10	28.240,08	26.983.160,90	0,00	26.983.160,90

(valores em euros)

A Técnica Oficial de Contas

O Conselho de Administração





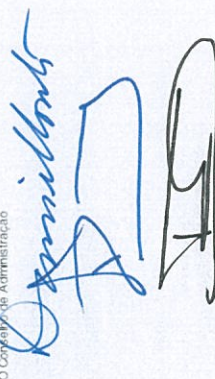
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

GAIURB - Urbanismo e Habitação, EM															
DESCRÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instr. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transfidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do período			Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1	2.268.000,00	0,00	0,00	0,00	81.196,09	911.307,46	465.300,17	0,00	0,00	23.229.117,10	28.240,08	26.983.160,90	0,00	26.983.160,90
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	2							-32.830,31			32.830,31	-28.240,08	-145.913,86	0,00	-145.913,86
Alteração de políticas contabilísticas								26.828,08			-145.913,86	-28.240,08	-145.913,86	0,00	-145.913,86
Diferença de conversão de demonstrações financeiras								-6.007,23	0,00	0,00	-113.083,55	-28.240,08	-145.913,86	0,00	-145.913,86
Realização de excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis												34.575,32	34.575,32		34.575,32
Excedentes de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												6.335,24	-111.338,54	0,00	-111.338,54
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2					1.412,00									
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	1.412,00	0,00								
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3														
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2+3														
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para coberturas de perdas															
Outras operações															
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	5 6=1+2+3+5	2.268.000,00	0,00	0,00	0,00	82.608,09	911.307,46	459.297,94	0,00	0,00	23.116.033,55	34.575,32	26.871.822,36	0,00	26.871.822,36

(valores em euros)

A Técnica Oficial de Contas

O Conselho de Administração

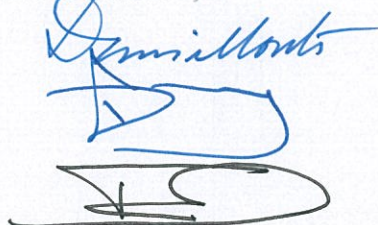


Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

GAIURB - Urbanismo e Habitação, EM			Ano 2015	
Contas	Descrição	Orçamentado	Execução Financeira	Desvio
	Propriedades de Investimento			
421	Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00
422	Edifícios e Outras Construções	30.000,00	3.749,66	-26.250,34
	Ativo Tangível			
431	Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00
432	Edifícios	32.500,00	0,00	-32.500,00
433	Equipamento Básico	10.500,00	0,00	-10.500,00
434	Equipamento de Transporte	0,00	279.535,94	279.535,94
435	Equipamento Administrativo	282.000,00	20.054,28	-261.945,72
437	Outros Ativos Fixos Tangíveis	155.500,00	0,00	-155.500,00
	Ativo Intangível			
442	Projectos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00
443	Programas de Computador	0,00	0,00	0,00
444	Propriedade Industrial e Outros Direitos	0,00	0,00	0,00
	Investimentos em Curso			
453	Ativos Fixos Tangíveis em Curso	1.691.769,00	817.229,17	-874.539,83
	TOTAL IMOBILIZADO	2.202.269,00	1.120.569,05	-1.081.699,95

(valores em euros)

O Conselho de Administração



A Técnica Oficial de Contas






NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

1. IDENTIFICAÇÃO DA SOCIEDADE

GAIURB – Urbanismo e Habitação, EM é uma pessoa coletiva de direito privado, de natureza municipal, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Tem a sua sede no Largo de Aljubarrota, nº 13 – Vila Nova de Gaia.

Constituída em 9 de Abril de 2002, ao abrigo do estabelecido na Lei n.º 58/98 de 18 de Agosto com as alterações sucessivas, a empresa iniciou a sua atividade em 1 de Junho de 2002.

A Gaiurb, EM, como empresa local, rege-se pela Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto (Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local), pela lei comercial, pelos seus estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do sector empresarial do Estado, sem prejuízo das normas imperativas neste previstas.

Tem como objeto principal, por delegação do Município de Vila Nova de Gaia nos termos do artigo 27º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, o ordenamento do território e gestão urbanística, reabilitação urbana, o desenvolvimento da habitação e a promoção do desenvolvimento local no concelho de Vila Nova de Gaia.

Para a prossecução do seu objeto, incumbe, designadamente, à GAIURB:

a) Desenvolver as iniciativas necessárias com vista à promoção do enquadramento estético do concelho, nomeadamente no que diz respeito à paisagem e reabilitação urbana;

b) Promover todas as atividades associadas à reabilitação urbana, nos termos da legislação em vigor;

c) Instruir, apreciar e emitir parecer sobre todos processos de licenciamento de publicidade e ocupação do espaço público a eles associados, prestando colaboração necessária, mediante a elaboração de estudos e/ou projetos, tendente à regular instrução de processos;

d) Propor a definição dos parâmetros e do desenho urbano, necessários à qualificação urbana do território;

e) Participar na elaboração dos instrumentos de gestão territorial de nível supramunicipal e emitir parecer dirigido à Câmara Municipal sobre as suas diferentes fases da elaboração;

f) Emitir parecer sobre a integração e exclusão de áreas de Reserva Ecológica Nacional e na Reserva Agrícola Nacional;

g) Propor à Câmara Municipal que requeira a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação e posse administrativa, de terrenos necessários à execução dos planos de urbanização e dos planos de pormenor e de unidades de execução plenamente eficazes;

h) Executar e monitorizar a execução dos planos municipais de ordenamento do território e propor medidas de atualização ou correção de desvios;

i) Propor a delimitação das zonas de defesa e controlo urbano e dos planos de renovação de áreas degradadas;



j) Emitir pareceres e gerir todos os procedimentos relativos às operações urbanísticas, nos termos da lei;

k) Assegurar a compatibilização dos projetos e operações urbanísticas com os instrumentos eficazes de gestão territorial, a legislação e normativos legais e o modelo de desenvolvimento urbanístico do município;

l) Elaborar estudos de estruturação viária e propor alinhamentos em vias municipais;

m) Assegurar ações de fiscalização urbanística e propor as medidas previstas na lei, tendo em vista o cumprimento das disposições legais e regulamentares;

n) Organizar, instruir e propor as decisões no âmbito dos processos de contraordenação;

o) Coordenar e executar tarefas de recolha, produção e processamento de informação alfanumérica, cartográfica e topográfica, necessárias ao apoio nas funções de planeamento, gestão e fiscalização urbanística;

p) Gerir informação topográfica obtida pelos serviços municipais e fornecida pelas entidades particulares;

q) Promover a realização de ações de formação em matéria de urbanismo e ordenamento do território ou outras da sua competência;

r) Desenvolver produtos informáticos que auxiliem a atividade corrente da empresa, designadamente nas áreas de gestão do ordenamento do território e no seu enquadramento urbanístico;

s) Promover, através de peritos qualificados nomeados para o efeito, a certificação energética dos edifícios sitos no Concelho de Vila Nova de Gaia, nos termos da lei;

t) Assegurar a divulgação das atividades desenvolvidas junto dos munícipes, nomeadamente através da elaboração de estudos e projetos de criação gráfica e de comunicação;

u) Desenvolver outras atividades no âmbito da gestão urbanística, nomeadamente no que respeita ao licenciamento de postos de abastecimento e de armazenagem de combustíveis e outros derivados do petróleo; inspeção e fiscalização de elevadores; autorização de equipamentos de telecomunicações, bem como outras atividades de licenciamento e fiscalização relacionadas;

v) Promover o desenvolvimento da habitação social no Concelho e a gestão e exploração do parque habitacional da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;

w) Desenvolver projetos e promover todas as atividades associadas à reabilitação e requalificação urbanas, nos termos da legislação em vigor;

x) Zelar pela criação da habitação de qualidade com vista à fixação de populações específicas no Concelho de Vila Nova de Gaia;

y) O desenvolvimento de projetos e ações de criação e requalificação de áreas de implantação empresarial no Concelho de Vila Nova de Gaia;

Acessoriamente, inclui-se ainda no objeto da Gaiurb, EM o desenvolvimento de outras atividades no mercado de bens e serviços, junto de outros agentes económicos, relacionadas com o seu objeto, designadamente nas áreas da assessoria e consultoria e na elaboração de projeto.



As Demonstrações Financeiras apresentadas neste documento referem-se ao período decorrido entre 1 de Janeiro de 2015 e 31 de Dezembro de 2015.

As notas que se seguem respeitam à numeração sequencial definida no Sistema de Normalização Contabilística, não sendo aplicáveis a esta Empresa as notas cuja numeração se encontra omissa deste documento.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As Demonstrações Financeiras Individuais foram preparadas com base no sistema de Normalização Contabilística (SNC) e respetivas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI).

2.2 INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCECIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

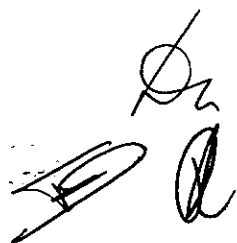
2.3 INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2015, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do sistema de Normalização Contabilística.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da GAIURB mantidos de acordo com o SNC.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.



3.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, encontram-se relevados pelo custo de aquisição líquido das respetivas depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas a partir do exercício em que entram em funcionamento, com base no método das quotas constantes, às taxas mínimas, de acordo com as taxas de amortização fiscalmente aceites como custo e fixadas no DR 25/2009 de 14 de Setembro.

Da aplicação das taxas de amortização fiscalmente aceites como custo, resultam as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e Outras Construções	20 - 100
Equipamento Básico	16 - 20
Equipamento de Transporte	8
Ferramentas e Utensílios	8 - 10
Equipamento Administrativo	6 - 20
Outros Ativos Fixos Tangíveis	8 - 20

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição.

Estes ativos são depreciables a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

Os custos com a manutenção e reparação e que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. As benfeitorias e as beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que comprovadamente aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.2. Propriedades de Investimento

As propriedades de Investimento estão relevadas pelo respetivo custo histórico de aquisição. As respetivas depreciações são contabilizadas a partir do exercício em que entram em funcionamento, com base no método das quotas constantes, às taxas mínimas, de acordo com as taxas de amortização fiscalmente aceites como custo e fixadas no DR 25/2009 de 14 de Setembro.

3.3. Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos fixos intangíveis, correspondem, essencialmente, aos investimentos em projetos de desenvolvimento que poderão originar benefícios económicos futuros para a empresa, sendo amortizados segundo o método das quotas constantes às taxas mínimas, a partir do ano de aquisição, em conformidade com as taxas de amortização fiscalmente aceites como custo, durante um período de 6 anos.

3.4. Inventários

As mercadorias são valorizadas ao custo de aquisição, o qual compreende o preço de compra e os gastos suportados direta ou indiretamente para a sua colocação no estado atual.

As mercadorias detidas pela Empresa em 31 de Dezembro de 2015 referem-se a edifícios sitos na zona histórica de Vila Nova de Gaia no montante total de 768 526 euros.

3.5. Subsídios recebidos para Investimentos

Os subsídios recebidos para financiamento de ativos fixos tangíveis, estão registados no Balanço em Capital Próprio na rubrica Outras Variações de Capital Próprio e em 31 de Dezembro de 2015 o seu valor, abatido dos correspondentes passivos por impostos diferidos no montante de 6 711 106,60 euros, era de 23 119 033,55 euros.

Anualmente, e durante a vida do ativo relacionado com o subsídio, são calculadas e transferidas para a conta de Outros Rendimentos e Ganhos, verbas correspondentes ao produto do valor dos referidos subsídios, pelas taxas de depreciação aplicadas aos respetivos ativos fixos tangíveis.

3.6. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros na Gaiurb classificam-se conforme a seguinte discriminação e a sua mensuração depende da categoria.



3.6.1 Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos nesta rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósito à ordem, todos eles imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

3.6.2 Contas a Receber

As dívidas a receber são registadas pelo seu valor nominal.

3.6.3 Contas a Pagar

As contas a pagar encontram-se registadas pelo valor nominal.

3.6.4 Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo seu valor nominal. São apresentados no passivo não corrente as obrigações que se vençam há mais de um ano e no passivo corrente, as dívidas que se vençam no prazo de 12 meses após a data do balanço.

Os custos de juros incorridos com empréstimos obtidos são contabilizados como gastos do período de acordo com o regime de acréscimo.

3.7. Especialização de Exercícios

A Gaiurb regista os réditos e os gastos de acordo com o princípio da periodização económica, pelo qual os réditos e os gastos são reconhecidos quando incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos gerados são registados nas rubricas de “devedores e credores por acréscimos” e “diferimentos”.

4. FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de Caixa e seus equivalentes, constante do balanço e da demonstração de fluxos de caixa, tem a seguinte decomposição.

Decomposição		2015	2014
Caixa	Numerário	15.314,21	26.571,20
Depósitos Bancários	Depósitos à Ordem	541.370,60	532.025,85
	Depósitos a Prazo	1.075.773,19	1.064.228,42
Saldo de caixa e depósitos bancários		1.632.458,00	1.622.825,47

(Valores em euros)

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

A Gaiurb não procede à contabilização de ativos por impostos diferidos relacionados com os prejuízos fiscais apurados, uma vez que não existem expectativas seguras quanto à sua recuperação, dada a crescente incerteza relativamente ao futuro panorama económico a nível nacional.

6. PARTES RELACIONADAS

A empresa é detida a 100% pelo Município de Vila Nova de Gaia, tendo celebrado neste exercício um contrato-programa para financiamento da atividade nos seguintes montantes:

Transferências Correntes: 2 400 000 euros;

7. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Os ativos fixos intangíveis são mensurados na data do seu reconhecimento contabilístico pelo seu custo de aquisição.

O valor apresentado como saldo inicial, corresponde aos montantes reconhecidos como projetos de desenvolvimento que reúnem os requisitos estipulados na Norma.

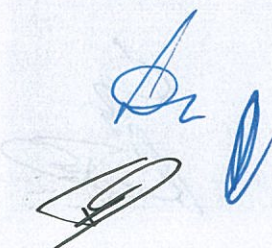
Os ativos são mensurados após o seu reconhecimento segundo o modelo de custo. Não foi feita qualquer reavaliação dos ativos.

As amortizações referentes ao ano foram calculadas pelo método das quotas constantes às taxas mínimas, em conformidade com o DR 25/2009 de 14 de Setembro.

Durante o período o movimento ocorrido nos ativos fixos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas expressa-se da seguinte forma:

Ativos Fixos Intangíveis	Saldo inicial	Reavaliação Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Projetos de Desenvolvimento	182.213,74	0,00	0,00	0,00	0,00	182.213,74
Programas de Computador	18.086,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.086,00
Total	200.299,74	0,00	0,00	0,00	0,00	200.299,74

(Valores em euros)



Amortizações Ativos Fixos Intangíveis	Saldo inicial	Reforço	Anulação/reversão	Saldo final
Projetos de Desenvolvimento	169.231,03	12.982,71	0,00	182.213,74
Programas de Computador	18.086,00	0,00	0,00	18.086,00
Total	187.317,03	12.982,71	0,00	200.299,74

(Valores em euros)

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são mensurados na data do seu reconhecimento contabilístico pelo seu custo de aquisição. Todas as aquisições e beneficiações de montante significativo que prolonguem a vida útil do bem são reconhecidas como ativos. As despesas normais com a reparação e manutenção são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos são mensurados após o seu reconhecimento segundo o modelo de custo. Não foi feita qualquer reavaliação dos ativos.

Durante o período em análise, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, expressa-se da seguinte forma:

Ativos Fixos Tangíveis	Saldo inicial	Reavaliação Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Terrenos e Recursos Naturais	1.189.696,33	0,00	0,00	0,00	0,00	1.189.696,33
Edifícios e Outras Construções	7.525.388,69	0,00	3.749,66	0,00	0,00	7.529.138,35
Equipamento Básico	564.737,59	0,00	0,00	0,00	0,00	564.737,59
Equipamento de Transporte	199.564,60	0,00	296.351,78	-16.815,84	0,00	479.100,54
Equipamento Administrativo	3.463.961,82	0,00	20.054,28	0,00	0,00	3.484.016,10
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.683.785,76	0,00	0,00	0,00	0,00	2.683.785,76
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	16.276.981,29	0,00	817.229,17	0,00	0,00	17.094.210,46
Total	31.904.116,08	0,00	1.137.384,89	-16.815,84	0,00	33.024.685,13

(Valores em euros)

Amortizações Ativos Fixos Tangíveis	Saldo inicial	Reforço	Anulação/reversão	Saldo final
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	1.170.814,00	77.539,26	0,00	1.248.353,26
Equipamento Básico	337.358,46	23.782,22	0,00	361.140,68
Equipamento de Transporte	165.185,61	66.322,33	-16.815,84	214.692,10
Equipamento Administrativo	3.075.580,04	71.494,62	0,00	3.147.074,66
Outros Ativos Fixos Tangíveis	354.335,84	36.838,86	0,00	391.174,70
Total	5.103.273,95	275.977,29	-16.815,84	5.362.435,40

(Valores em euros)

9. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são mensuradas na data do seu reconhecimento contabilístico pelo seu custo de aquisição.

Durante o período em análise, o movimento ocorrido nas propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, expressa-se da seguinte forma:

Propriedades de Investimento	Saldo inicial	Reavaliação Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Terrenos e Recursos Naturais	458.032,50	0,00	0,00	0,00	0,00	458.032,50
Edifícios e Outras Construções	1.349.767,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.349.767,56
Total	1.807.800,06	0,00	0,00	0,00	0,00	1.807.800,06

(Valores em euros)

Propriedades de Investimento	Saldo inicial	Reforço	Anulação/reversão	Saldo final
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	41.830,10	13.497,69	0,00	55.327,79
Total	41.830,10	13.497,69	0,00	55.327,79

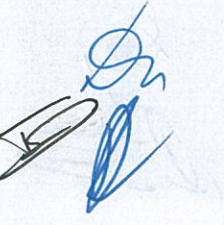
(Valores em euros)

A última avaliação efetuada aos imóveis incluídos nas propriedades de investimento, a fim de aferir o seu justo valor, foi realizada em Setembro de 2014, por técnicos do Departamento Municipal de Património.

Do relatório final de avaliação remetido para a Gaiurb aferiu-se que o justo valor dos imóveis incluídos nas propriedades de investimento totaliza o montante de 1 514 900 euros, assim descriminados:

Propriedades de Investimento	Justo Valor
Edifício Rua Cândido dos Reis, 62	91.000,00
Edifício Rua Cândido dos Reis, 248-252	76.000,00
Mercado da Beira Rio - Av. Diogo Leite	825.000,00
Lojas e Arrumos - Rua Guedes Amorim	522.900,00
Total	1.514.900,00

(Valores em euros)



10. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Os Bens utilizados em regime de Locação Financeira são os seguintes:

Bens		31-12-2015	31-12-2014
Viaturas Ligeiras de Passageiros:			
Fiat Punto 1.3 4Fleet Working	18	204.094,54	
Peugeot Partner 1.6 HDI	2	27.242,78	
Imóvel sito na Rua Virgílio Ferreira		58.978,95	176.292,98
Ar Condicionado		36.789,64	71.558,18
		327.105,91	247.851,16

(Valores em euros)

O montante em dívida está registado na rubrica financiamentos obtidos – locações financeiras, no passivo não corrente e em 31 de Dezembro de 2015 o valor era de 327.105,91 euros.

11. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

11.1. Financiamentos Obtidos

Esta rubrica está decomposta da seguinte forma:

EMPRÉSTIMOS OBTIDOS		2015	2014
Empréstimos bancários	Banco BPI, SA	0,00	0,00
	Banco Santander Totta	825.445,33	825.445,33
	Crédito Agrícola	2.100.000,00	0,00
Confirming	Banco Santander Totta	0,00	2.984.133,65
Total		2.925.445,33	3.809.578,98

(Valores em euros)

Os empréstimos bancários estão, na sua integralidade, denominados em euros e vencem juros às taxas de mercado.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

11.2. Garantias Bancárias

Em 31 de Dezembro de 2015, a Empresa tinha assumido as seguintes responsabilidades por garantias prestadas.

Banco	Beneficiário	Descrição	Valor
Banco Santander Totta, SA	CCDRN	Correspondente a 85% do montante de financiamento concedido à Gaiurb, EM nos termos do Contrato de Financiamento NORTE-10-0241-FEDER-000530	10.455,00 €
Banco Santander Totta, SA	Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga e Sambizanga	Correspondente a 5% do valor do contrato de prestação de serviços celebrado com o GTRUCS	44.200,00 USD

12. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de Clientes tinha a seguinte composição:

	31-12-2015	31-12-2014
Clientes		
Clientes Conta Corrente	498.325,25	333.406,02
Clientes com Acordos	728.287,14	597.351,23
Clientes em Mora	822.009,95	612.906,24
	2.048.622,34	1.543.663,49
Perdas Por Imparidade Acumuladas	-554.562,07	-538.306,83
	1.494.060,27	1.005.356,66

(Valores em euros)

Os movimentos ocorridos na rubrica Perdas por Imparidades de Clientes foram os seguintes:

	31-12-2015	31-12-2014
Perdas Por Imparidades		
Saldo Inicial	538.306,83	476.858,50
Reforço	16.255,24	61.448,33
Reversão	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00
Saldo Final	554.562,07	538.306,83

(Valores em euros)



18. INVENTÁRIOS

O inventário encontra-se valorizado pelo custo. O valor dos bens inclui todos os custos de compra incorridos para colocar os inventários na sua condição atual.

Bens	31-12-2015
Rua Cândido do Reis, 83 a 87	591.000,00
Rua S. Lourenço, 203 e Rua São Marcos	126.626,00
Calçada da Serra, 17 - A	50.900,00
	768.526,00

(Valores em euros)

21. RÉDITO

É política da empresa reconhecer os réditos quando estes incorrem, independentemente do momento em que são recebidos. Nos anos de 2015 e 2014 os réditos reconhecidos tiveram a seguinte proveniência:

Quantias dos réditos reconhecidos no período	2015		2014	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total
Vendas e Prestações de Serviços	4.951.129,86	62,90%	4.513.784,43	60,23%
Subsídios à Exploração	2.400.000,00	30,49%	2.400.000,00	32,02%
Outros Rendimentos e Ganhos	520.635,02	6,61%	581.006,64	7,75%
Rendimentos e Ganhos de Financiamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total	7.871.764,88	100,00%	7.494.791,07	100,00%

(Valores em euros)

As vendas e as prestações de serviços estão descriminadas da seguinte forma:

	2015	2014
Vendas	17.504,00	0,00
	17.504,00	0,00
Prestações de serviços:		
- Rendas	1.126.985,05	1.181.716,20
- Venda de Plantas Topográficas	38.264,19	32.103,50
- Fornecimento de Cópias Autenticadas	5.268,35	4.481,45
- Licenças de Autorização	931.085,33	941.136,14
- Taxa de Publicidade	1.132.645,17	949.074,48
- Ocupação Via Pública - Obras	82.302,15	119.107,03
- Inspeção de Elevadores	197.346,00	207.874,24
- Vistorias	11.501,85	9.527,95
- Apreciação	310.582,51	325.517,80
- Venda de Fotocópias	11.246,77	8.027,64
- Certificação Energética	18.932,54	22.756,68
- Serviços de Consultoria	682.629,96	476.678,38
- Prestação de Serviços	153.900,59	31.607,80
- Taxa Anual Postos Combustíveis	130.500,00	108.500,00
- Outras Taxas Isentas de IVA	100.435,40	95.675,14
	4.933.625,86	4.513.784,43

(Valores em euros)

23. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

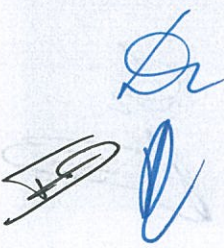
As transações em moeda estrangeira (USD) foram registadas às taxas de câmbio, do Banco de Portugal, das datas das respetivas transações. Aquando da liquidação dos itens monetários, foram utilizadas as taxas de câmbio dessa data, sendo as diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, apuradas em relação ao valor inicialmente registado e reconhecidas como ganhos ou perdas no período em que a liquidação ocorre.

25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não foram registados eventos subsequentes a 31 de Dezembro de 2015 que tenham impacto nas Demonstrações Financeiras apresentadas.

26. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Foi apurado no final do período, um imposto estimado de 24 029,46 euros. Este valor resulta, do apuramento da Coleta, das Tributações Autónomas e do cálculo da Derrama do ano de 2015.



28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Outras Contas a Receber

A Conta “Outras contas a receber” inclui o seguinte:

Outras contas a receber	2015
Devedores por acréscimos de rendimentos	3.053,15
Outros Devedores	6.972.941,94
Município de Vila Nova de Gaia	3.934.383,55
ON2 - Programa Operacional Regional	3.029.331,62
Outros Devedores	9.226,77
Total	6.975.995,09

(Valores em euros)

A conta de Outros Devedores traduz, essencialmente, o valor em dívida referente aos Contratos Programa celebrados com o Município e do valor a receber relativos aos Programas de Ação já aprovados pelo ON.2 – Programa Operacional Regional.

28.2. Fornecedores e Outras Contas a Pagar

A conta de fornecedores apresentava em 31 de Dezembro de 2015 o valor de 648 852,37 euros.

Relativamente a “Outras contas a pagar”, esta rubrica estava distribuída da seguinte forma:

Outras contas a pagar	2015
Pessoal	103,24
Fornecedores de Investimentos	82.934,96
Credores por acréscimos de gastos	845.222,70
Remunerações a liquidar	767.033,07
Outros acréscimos de gastos	78.189,63
Outros Credores	1.680.555,99
Total	2.608.816,89

(Valores em euros)

28.3. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2015 não há dívidas registadas ao Estado e Outros Entes Públicos em situação de mora.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Em Outubro de 2012, através de requerimento enviado à Direção de Serviços de Reembolsos do IVA, foi solicitado o reembolso do crédito de IVA no montante de 62 082,49 euros registado e não recuperado pela extinta empresa CidadeGaia, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EEM.

28.4. Capital Social e Acionistas

O Capital Social da Empresa, em 31 de Dezembro de 2015, é detido na sua totalidade pelo Município de Vila Nova de Gaia.

29. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os Gastos com o Pessoal apresentaram a seguinte distribuição:

Quantias dos gastos reconhecidos no período	2015		2014	
	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total
Remunerações	4.567.738,46	79,24%	4.457.235,11	81,80%
Encargos sobre remunerações	1.149.203,41	19,94%	947.509,12	17,39%
Seguros de acidentes de trabalho	25.297,61	0,44%	25.259,80	0,46%
Gastos de ação social	6.526,89	0,11%	6.645,86	0,12%
Formação profissional	4.586,60	0,08%	5.154,60	0,09%
Outros gastos com o pessoal	10.955,35	0,19%	7.086,58	0,13%
Total	5.764.308,32	100,00%	5.448.891,07	100,00%

(Valores em euros)



Em 31 de Dezembro de 2015, a Empresa tinha ao seu serviço 230 funcionários ativos.

Os três elementos do Conselho de administração auferiram, no ano de 2015, as seguintes remunerações:

Órgão social	Remunerações atribuídas				
	Vencimento	Sub de férias e de natal	Despesas de representação	Subsídio de Refeição	Rem. ADM. não Executivos
Conselho de Administração	61.281,52	10.600,14	25.236,56	2.105,11	0,00
Fiscal Único	22.140,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	83.421,52	10.600,14	25.236,56	2.105,11	0,00

(Valores em euros)

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

31.1. Fornecimentos e Serviços

A conta de fornecimentos e serviços externos apresentava-se distribuída da seguinte forma:

Quantias dos gastos reconhecidos no período	2015		2014	
	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total
Subcontratos	361.973,12	22,52%	398.668,22	24,63%
Serviços Especializados	540.698,04	33,64%	469.721,70	29,02%
Materiais	35.426,36	2,20%	42.570,27	2,63%
Energia e Fluidos	246.631,71	15,35%	261.129,79	16,13%
Deslocações, Estadas e Transportes	139.824,07	8,70%	165.774,69	10,24%
Serviços Diversos	282.651,01	17,59%	280.730,28	17,34%
Total	1.607.204,31	100,00%	1.618.594,95	100,00%

(Valores em euros)

Esta rubrica reflecte uma estabilização face ao exercício anterior, resultado de uma gestão criteriosa dos recursos existentes. Comparativamente ao ano anterior foi verificada uma redução de cerca de 11 390,64 euros em fornecimentos e serviços.

31.2. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de Março de 2016.

Não se registaram alterações relevantes nas condições à data do Balanço.

Posteriormente a 31 de Dezembro de 2015 e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que venham a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Empresa.

31.3. Outras Informações

O objeto social da Gaiurb compreende por delegação do Município de Vila Nova de Gaia, entre outros, o desenvolvimento de projetos e a promoção de todas as atividades associadas à reabilitação e requalificação urbana. Assim, a Empresa tem vindo a suportar despesas com obras de requalificação no parque habitacional do Concelho, pertencente ao Município, nomeadamente nos Edifícios de Vila D' Este – Vilar de Andorinho e em diversos edifícios - PROHABITA.

Para fazer face a estas despesas, a Gaiurb, EM tem auferido receitas relacionadas com subsídios ao investimento no âmbito de candidaturas ao QREN/FEDER, bem como de comparticipação do IHRU e do Município, totalizando em 31 de Dezembro de 2015 os seguintes montantes:

- Ativos Fixos Tangíveis em Curso: 17 094 210,46 euros;
- Capital Próprio – Subsídios ao Investimento: 14 568 551,84 euros.

De acordo com o estabelecido com o Município de Vila Nova de Gaia, que será vertido num Protocolo a celebrar, as Obras de Reabilitação dos Edifícios de Vila D'Este e os respetivos subsídios serão debitados no prazo de 5 anos a contar da data da conclusão da obra.

Relativamente às Obras de Reabilitação do PROHABITA, está em fase de conclusão a elaboração da Conta Final de Empreitada, para envio ao Município de Vila Nova de Gaia.



08

ANEXO: CONTRATO PROGRAMA

a *Dr*

CONTRATO PROGRAMA

2015

Entre

Município de Vila Nova de Gaia, entidade Equiparada a Pessoa Colectiva com o nº 505 335 018, aqui representada pelo seu Presidente, Exmo Senhor Dr. Eduardo Vitor de Almeida Rodrigues, que outorga no uso de poderes concedidos nos termos e para os efeitos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, abreviadamente designado por Município, como Primeiro Outorgante

E a

Gaiurb – Urbanismo e Habitação, EM, aqui representada pelo seu Presidente do Conselho de Administração, Arq.º Daniel Fernando de Almeida Moreira Couto, abreviadamente designada por Gaiurb, EM, como Segunda Outorgante

Considerando que:

A Gaiurb – Urbanismo e Habitação, EM, é uma pessoa coletiva de direito privado, de natureza municipal, regida pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e tem como objeto principal, por delegação do Município de Vila Nova de Gaia, nos termos do artigo 27º da referida Lei, o ordenamento do território e gestão urbanística, a reabilitação urbana, o desenvolvimento da habitação e a promoção do desenvolvimento local no concelho de Vila Nova de Gaia, em conformidade com o disposto no artigo 3º. dos respetivos estatutos;

O objeto social da empresa, bem como os correspondentes poderes atribuídos, se inserem no âmbito da delegação de serviço público visando a prossecução de objetivos setoriais integrados nas atribuições do Município, de acordo com o disposto no artigo 23.º n.ºs 1 e 2, alíneas a), c), i), m) e n) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

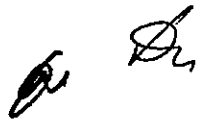
A natureza do serviço prestado pela Gaiurb, EM reconduz-se à previsão das alíneas a), b) e c) do artigo 48.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, configurando o modo como o mesmo é prestado ao Município de Vila Nova de Gaia, por mandato administrativo, ao tipo de prestação subsumível ao disposto no artigo 36.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

A externalização na Gaiurb, EM, das atividades de gestão urbanística, que abrange o controlo das operações urbanísticas e fiscalização urbanística associada, bem como a promoção do desenvolvimento local, desenvolvidas através de processos específicos próprios, enformadas pelo disposto no n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, implica que o presente contrato-programa se apresente imprescindível para a realização do interesse público municipal inerente ao normal e regular funcionamento dos mencionados serviços;

Determina, aliás, o nº 1 do artigo 50.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto que *"as entidades públicas participantes devem celebrar contratos-programa com as respetivas empresas locais de promoção do desenvolvimento local e regional onde se define a missão e conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local e regional, assumidas"*;

A Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, na sua reunião de 4 de dezembro de 2014 e, sob proposta da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, aprovou o presente contrato-programa, nos termos do disposto no nº 5 do artigo 47.º, ex vi n.º 2, do artigo 50.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

Os meios financeiros inscritos no presente contrato representam valores apurados através de estimativas orçamentais suportadas em consultas exploratórias ao mercado e no conhecimento que a Gaiurb, EM possui a partir do tratamento da informação conhecida internamente, atento o histórico da atividade desenvolvida pela empresa na área da gestão urbanística e da habitação social;



A Gaiurb, EM planeou, mobilizou e comprometeu os seus recursos internos, humanos e materiais, por referência ao seu plano de atividades para o ano de 2015, constituindo o presente contrato-programa um dos pressupostos em que estão suportadas as projeções compreendidas nos instrumentos de gestão previsional comunicados à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e que mereceram o parecer favorável do fiscal único da empresa, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 6 do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

Assim,

Atento o disposto no artigo 21º e 50º da Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto, que aprovou o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais,

É celebrado o seguinte Contrato-Programa que se rege pelas seguintes cláusulas:



Cláusula 1ª

(Objeto)

O presente Contrato-Programa tem por objeto o estabelecimento das condições de cooperação entre os Outorgantes para o cabal desenvolvimento, pela Gaiurb, EM, dos objetivos, atividades e funções de desenvolvimento económico local decorrentes da delegação de serviço público concretizada no seu objeto estatutário, para o exercício financeiro de 2015, bem como a determinação das participações financeiras públicas a conceder como contrapartida pelas mesmas.

Clausula 2.ª

(Orientações Estratégicas)

Tendo em vista um melhor cumprimento da sua missão a Gaiurb, EM parametrizará, em termos gerais, a sua ação de modo, a:

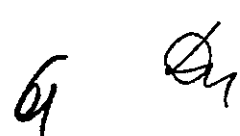
- a. Garantir a sua estabilidade económica e financeira;
- b. Aumentar a sua autonomia financeira;
- c. Melhorar a qualidade do edificado e do espaço público;
- d. Promover uma imagem de confiança e credibilidade nos serviços prestados;
- e. Apoiar a captação de investimento estruturante;
- f. Aumentar a sua notoriedade;
- g. Contribuir para a valorização profissional, social e pessoal dos colaboradores;
- h. Contribuir para a produção e divulgação do conhecimento do urbanismo;
- i. Promover o desenvolvimento da habitação social no concelho de Vila Nova de Gaia e a gestão e exploração do Parque habitacional da Câmara de Vila Nova de Gaia;
- j. Desenvolver projetos e promover todas as atividades associadas à reabilitação e requalificação urbanas, nos termos da legislação em vigor;
- k. Apostar na prestação de um leque de serviços inovador, designadamente a clientes públicos, em áreas como a consultoria na sistematização organizativa de instituições públicas, no licenciamento de instalações e armazenamento de combustíveis, na certificação energética dos edifícios, nos serviços de Sistemas de Informação Geográfica, GPS/GNSS e Topografia e na tramitação digital de processos.

Clausula 3ª

(Obrigações da Gaiurb, EM)

1 – Constituem obrigações, no âmbito da atividade da Empresa:

- a. O incremento do sistema de planeamento territorial no Município de Vila Nova de Gaia, incluindo a monitorização e acompanhamento da implementação das opções do PDM;

- 
- b. O desenvolvimento de todos os planos em curso nos Serviços de Gestão Urbanística, de Fiscalização Urbanística e de Publicidade, e a agilização do sistema de instrução dos procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas no Município de Vila Nova de Gaia, designadamente pelo recurso a novas ferramentas informáticas, especificamente concebidas pelos quadros especializados da empresa para o efeito;
 - c. A racionalização dos procedimentos, processos e projetos atualmente em curso nos referidos Serviços;
 - d. A cobrança das rendas sociais, aplicadas em função dos critérios definidos pelo Regime Jurídico da Renda Apoiada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio;
 - e. A cobrança das receitas provenientes de TMU, Taxas de Compensação e Taxa de Ocupação ao Domínio Público, em estrito cumprimento pelos Regulamentos Municipais de Taxas e Compensações Urbanísticas e de Taxas e Outras Receitas do Município de Vila Nova de Gaia, no valor previsível de € 1.500.000,00 para 2015 a transferir mensalmente para a Câmara no mês seguinte à respetiva cobrança;
 - f. O desenvolvimento da habitação social no concelho de Vila Nova de Gaia e a gestão e exploração do Parque habitacional da Câmara de Vila Nova de Gaia;
 - g. A criação de habitação de qualidade com vista à fixação de populações específicas no concelho de Vila Nova de Gaia;

2 – No desenvolvimento das obrigações referidas no número 1, a Gaiurb, EM, desenvolverá, além de outras, as seguintes atividades:

- a. Elaborar estudos de apreciação técnica sobre o modo de instrução de procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas no Município de Vila Nova de Gaia;
- b. Apresentar ao Município de Vila Nova de Gaia propostas no que respeita à simplificação e racionalização dos procedimentos referidos na alínea anterior;
- c. Elaborar o seu plano de atuação no domínio dos procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas no Município de Vila Nova de Gaia, cuja realização e concretização deverá ter início logo que possível, e de acordo com as solicitações dos municípios;
- d. Adquirir e alienar imóveis e realizar operações urbanísticas que se revelem necessárias ao desenvolvimento do seu objeto;
- e. Desenvolver atividades relacionadas com o seu objeto e prestar serviços para o exterior, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 3º dos seus Estatutos e, que, aliás, decorrem das suas orientações estratégicas.

3 – A Gaiurb, EM, compromete-se a assegurar uma estreita colaboração com o Município de Vila Nova de Gaia, com vista ao mais correto acompanhamento, controlo e execução do presente Contrato-Programa, nos termos do artigo 42º da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto.

4 – A Gaiurb, EM, compromete-se, ainda a :

- a) Assegurar os princípios de boa gestão financeira na execução de todas as opções constantes dos instrumentos de gestão previsional;
- b) Apresentar ao Município o relatório de prestação de contas da empresa e um relatório de execução do presente contrato, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;
- c) Fornecer ao Município todos os elementos por este solicitados, relacionados com a execução do presente contrato-programa.

Cláusula 4ª

(Obrigações do Município de Vila Nova de Gaia)

1- Para prossecução dos objetivos programados e respetivas atividades, a Gaiurb, EM receberá do MUNICÍPIO um subsídio anual no montante de €2.400.000, a liquidar em 12 prestações mensais de €200.000,00 cada, devida e adequadamente justificado no Anexo I ao presente contrato-programa que dele faz parte integrante para os devidos efeitos legais, com início a Janeiro de 2015, mas sempre após a notificação ao Município de Vila Nova de Gaia da declaração de conformidade ou do visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos e com as consequências decorrentes do art.º 45º, n.º 4, da Lei 98/97, de 26 de Agosto alterada pela Lei 48/2006 de 29 de agosto e pela Lei 61/2011, de 7 de dezembro, rectificado pela Lei 2/2012, de 6 de Janeiro, vigorando até 31 de dezembro de 2014.

2 – O Município de Vila Nova de Gaia acompanhará a execução financeira do presente contrato.

3 – Constitui, ainda, responsabilidade do Município de Vila Nova de Gaia, proceder à verificação de todos os documentos de prestação de contas da Gaiurb.

Cláusula 5ª

(Contabilização)

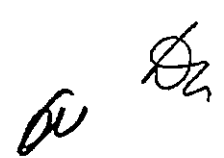
O montante do subsídio à exploração previsto neste contrato-programa deverá ser refletido no orçamento da empresa e no orçamento do Município de Vila Nova de Gaia para o ano de 2015.

Cláusula 6ª

(Receitas da Gaiurb)

Constituem receitas próprias da empresa as provenientes de:

- 1 – Rendas devidas pela utilização do parque habitacional;
- 2 – Taxas liquidadas no âmbito da gestão urbanística;
- 3 – Preços relacionados com a atividade de prestação de serviços de consultoria e assessoria no âmbito da vertente comercial da empresa;
- 4 – Outras inerentes à sua atividade.



Cláusula 7ª

(Indicadores de desempenho organizacional)

O desempenho organizacional da Gaiurb, nas áreas da "Habitação Social", "Gestão e Planeamento Urbanístico", "Fiscalização Urbanística", "Gestão de Informação Geográfica", "Reabilitação e Requalificação Urbana" e "Funcionamento dos Serviços" será medido, no ano de 2015, através de indicadores de eficácia e de eficiência que permitam habilitar a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia com informação sobre as características, os atributos e os resultados do serviço que constitui o processo através do qual a empresa cumpre o seu objeto social.

Cláusula 8ª

(Indicadores de Eficácia e Eficiência)

A qualidade do serviço prestado pela Gaiurb, EM, assim como a produtividade assegurada pela empresa, no exercício da sua atividade, será medida através de indicadores descritos no Anexo II do presente contrato, que dele faz parte integrante para todos os efeitos.

Cláusula 9ª

(Avaliação)

O comportamento da Gaiurb, à luz dos indicadores consignados na cláusula anterior, será periodicamente objeto de avaliação, e os resultados correspondentes serão reportados ao Município de Vila Nova de Gaia.

Cláusula 10ª

(Execução e Vigência)

1 – Para efeitos da execução do presente Contrato-Programa, considera-se este integrado nos Instrumentos de Gestão Previsional da Segunda Outorgante, para o ano de 2015.

2 – O presente Contrato-Programa entra em vigor na data da notificação ao Município de Vila Nova de Gaia da declaração de conformidade ou do visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos e com as consequências decorrentes do art.º 45º, n.º 4, da Lei 98/97, de 26 de Agosto alterada pela Lei 48/2006 de 29 de agosto e pela Lei 61/2011, de 7 de dezembro, rectificado pela Lei 2/2012, de 6 de Janeiro, vigorando até 31 de dezembro de 2015.

3 – Nos casos de prorrogação de vigência deste contrato, a Segunda Outorgante enviará ao Primeiro, o Plano de Atividades correspondente ao período da prorrogação, que deverá, por declaração do MUNICÍPIO, achar-se conforme aos objetivos do Contrato.

Cláusula 11ª

[Fiscalização]

O acompanhamento e controlo deste Contrato-Programa são feitos pelo MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

Cláusula 12ª

[Alterações]

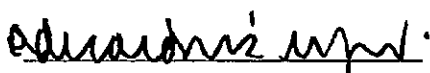
Sem prejuízo do disposto na Cláusula Quinta, quaisquer alterações ou adaptação ao presente Contrato carecem de prévio acordo do Primeiro Outorgante e implicarão a celebração de um contrato escrito.

Pelos outorgantes foi dito, na qualidade em que outorgam, que aceitam as condições expressas neste Contrato-Programa, comprometendo-se a cumprir inteiramente as respetivas condições e cláusulas.

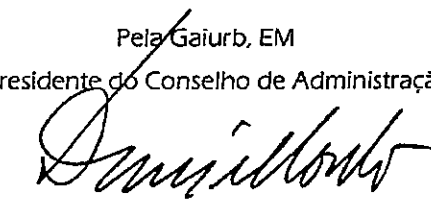
Assim o disseram e outorgaram e rubricaram todos os anexos que fazem parte integrante do presente Contrato-Programa.

Feito nos Paços do Concelho de Vila Nova de Gaia, aos 18 dias do mês de dezembro de 2014, em duplicado, ambos valendo como originais.

Pelo MUNICÍPIO
O Presidente da Câmara Municipal de Vila
Nova de Gaia



Pela Gaiurb, EM
O Presidente do Conselho de Administração



ANEXO I

2015

GAIURB - URBANISMO E HABITAÇÃO, EM

COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS

Fornecimentos e Serviços Externos	1.803.923,00
Gastos com o Pessoal	5.719.471,00
Gastos de Depreciação e de Amortização	375.000,00
Perdas por Imparidade	15.000,00
Outros Gastos e Perdas	18.000,00
Gastos e Perdas de Financiamento	25.000,00
Sub- Total	7.956.394,00
Imposto s/ rendimento do período	3.100,23
Total	7.959.494,23

COMPOSIÇÃO DOS RENDIMENTOS

Prestações de Serviços	5.053.810,00
Subsídios à Exploração	2.433.455,00
Contrato Programa Município Vila Nova de Gaia	2.400.000,00
Fundo Social Europeu / QREN	33.455,00
Sub- Total	7.487.265,00
Outros Rendimentos e Ganhos	463.892,00
Rendimentos e Ganhos de Financiamento	20.000,00
Total	7.971.157,00
Resultado líquido do exercício	11.662,77

(Valores em euros)

ANEXO II
(Indicadores de Eficácia e Eficiência)

INDICADORES DE EFICÁCIA

OBJETIVO	INDICADOR	META	Avaliação de performance		
			Ineficaz	Eficaz	Muito Eficaz
Garantir a satisfação do cliente	Índice de satisfação geral dos clientes	75%	<75%	>=75% e <=90%	>90%
Reduzir o tempo de espera no atendimento ao público	Tempo médio de espera	10 minutos	> 10 min	>= 9 min e <=10 min	< 9 min
Garantir a execução das atividades sóciois planeadas	Execução do plano de atividades	90%	<90%	>=90% e <=95%	>95%

INDICADORES DE EFICIÊNCIA

OBJETIVO	INDICADOR	META	Avaliação de performance		
			Ineficiente	Eficiente	Muito Eficiente
Promover a eficiência na resposta à Câmara Municipal	Tempo de realização de inf. técnica referente ao Pedido de Informação Simples (PI)	8 dias	<75%	>=75% e <=90%	>90%
Promover a eficiência na resposta à Câmara Municipal	Tempo de realização de inf. técnica referente ao Pedido de Informação Prévia de Operações Urbanísticas (PIP)	25 dias	<75%	>=75% e <=90%	>90%
Promover a eficiência na resposta à Câmara Municipal	Tempo de realização de inf. Técnica referente ao Pedido de Licenciamento de Operações Urbanísticas (PL)	25 dias	<75%	>=75% e <=90%	>90%
Promover a eficiência na resposta à Câmara Municipal	Tempo de realização de Inf. Técnica referente às Comunicações Prévias de Operações Urbanísticas (CP)	20 dias	<75%	>=75% e <=90%	>90%
Promover a eficiência na resposta à Câmara Municipal	Tempo de realização de informação técnica referente ao Pedido de Emissão de Certidões (CENT)	8 dias	<75%	>=75% e <=90%	>90%
Promover a eficiência na resposta à Câmara Municipal	Indicador de medida para os pedidos apreciados na Unidade Técnica das Vistorias	10 dias	<75%	>=75% e <=90%	>90%
Promover a eficiência na resposta à Câmara Municipal	Indicador de medida para processos de Fiscalização Urbanística (Processos FU e PC)	90 dias	<75%	>=75% e <=90%	>90%
Diminuir custos com manutenção de habitação social	Redução do número fichas de manutenção com intervenção	5%	<5%	>=5% e <=7%	>7%
Promover a eficiência na resposta aos utentes da habitação social	Tempo médio de resposta aos pedidos de intervenção	30 dias	> 30 dias	>= 25 dias e <=30 dias	< 25 dias
Promover a eficiência na resposta aos pedidos internos de manutenção	Prazo médio entre a verificação e a conclusão (instalações da Gaitrib)	15 dias	> 15 dias	>= 13 dias e <=15 dias	< 13 dias
Promover a execução de projetos de reabilitação urbana	Projetos desenvolvidos	TIPO I: 6, TIPO II: 4, TIPO III: 2	Mais do que 1 meta não atingida	Pelo menos 2 metas atingidas ou superadas	Todas as metas superadas
Promover a execução de projetos de planeamento urbanístico	Projetos desenvolvidos	TIPO I: 6, TIPO II: 4, TIPO III: 2	Mais do que uma meta não atingida	Pelo menos 2 metas atingidas ou superadas	Todas as metas superadas



09

CERTIFICAÇÃO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **GAIURB – URBANISMO E HABITAÇÃO, E.M.** as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015 (que evidenciam um total de 40.365.720,28 euros e um total de capital próprio de 26.871.822,36 euros, incluindo um resultado líquido de 34.575,32 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de **GAIURB – URBANISMO E HABITAÇÃO, E.M.**, em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASES

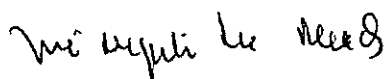
9. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para as seguintes situações:

- A GAIURB, por delegação do Município de Vila Nova de Gaia, tem como objeto social, entre outros, o de promover todas as atividades associadas à reabilitação e requalificação urbana. Nestes termos e, conforme se encontra divulgado no ponto 31.3 do Anexo, a GAIURB suportou despesas com obras de requalificação do parque habitacional de Vila D'Este e diversos edifícios (PROHABITA), tendo igualmente auferido receitas de subsídios ao investimento no âmbito do QREN/FEDER, do IHRU e do Município. De acordo com informação prestada pela Administração da Empresa, as obras e os subsídios contabilizados, serão debitados, no prazo de 5 anos a contar da data da sua conclusão, ao Município de Vila Nova de Gaia.
- Em Setembro de 2014 a GAIURB foi considerada Entidade Pública Reclassificada (EPR) e nessa medida ficou obrigada a elaborar informação financeira adicional. Em 2015 foi implementado o controlo financeiro previsto na Lei dos Compromissos, mas ainda decorrem os trabalhos inerentes à implementação da contabilidade orçamental.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 15 de Abril de 2016



MGI & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Representada por:

José Augusto Silva Mendes

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores:

Em cumprimento da lei e dos estatutos, o Fiscal Único da Sociedade **GAIURB – URBANISMO E HABITAÇÃO, E.M.**, vem apresentar o relatório da sua atividade e dar parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração.

Acompanhamos a atividade desenvolvida no período, tendo para o efeito reunido com o Conselho de Administração e obtido as informações e esclarecimentos que entendemos convenientes.

No âmbito das competências que nos estão atribuídas, elaboramos um relatório sobre a situação económica e financeira referente ao 1º semestre e emitimos parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

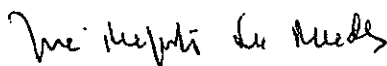
Analizamos as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados e verificamos a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte.

Examinamos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas, concluindo que os mesmos respeitam as normas em vigor.

Em face do exposto e considerando o teor da Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de opinião que o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados do exercício, apresentados pelo Conselho de Administração estão em conformidade com as disposições legais e estatutárias e merecem a nossa concordância.

Porto, 15 de Abril de 2016

O Fiscal Único



José Augusto Silva Mendes, em representação de
MGI & Associados, SROC, Lda

